UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE – PPGEDUC

TELMA REGINA BATISTA NASCIMENTO

DIMENSÃO EDUCATIVA DA PARTICIPAÇÃO DAS TRABALHADORAS NA GESTÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS E AGRICULTORES FAMILIARES DE SERRINHA

Salvador
2009

TELMA REGINA BATISTA NASCIMENTO

DIMENSÃO EDUCATIVA DA PARTICIPAÇÃO DAS TRABALHADORAS NA GESTÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS E AGRICULTORES FAMILIARES DE SERRINHA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Faculdade de Educação da Universidade do Estado da Bahia/UNEB, como requisito para obtenção do grau de Mestra em Educação na área de concentração Educação e Contemporaneidade.
Orientador: Professor Doutor Avelar Luis Bastos Mutim

Salvador
2009

N244a Nascimento, Telma Regina Batista
Dimensão educativa da participação das trabalhadoras na gestão do Sindicato dos trabalhadores rurais e agricultores familiares de Serrinha / Telma Regina Batista Nascimento. - Salvador: (s.n.), 2009.
187 f. il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação Campus I.
Orientador: Profº Dr. Avelar Luis Bastos Mutim

1 -Trabalhadoras rurais – Serrinha. 2. Trabalhadoras rurais – Condições sócio-econômico-culturais. 3. Trabalhadoras rurais – Educação não formal. I. Mutim, Avelar Luis Bastos II. Universidade do Estado da Bahia – Departamento de Educação Campus I. III. Título

CDD – 331.4098142

Ficha Catalográfica elaborada Biblioteca Paulo Freire – UNEB – Campus XI

TELMA REGINA BATISTA NASCIMENTO

A DIMENSÃO EDUCATIVA DA PARTICIPAÇÃO DAS TRABALHADORAS NA GESTÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS E AGRICULTORES FAMILIARES DE SERRINHA

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, na área de concentração Educação e contemporaneidade.

Salvador, _____de _____de 2009

_____

Avelar Luis Bastos Mutim
Doutor em Gestão Escolar Participativa, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Professor da Universidade do Estado da Bahia.

_____

Zoraya Maria de Oliveira Marques
Doutora em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora da Universidade do Estado da Bahia.

_____

Roberto Sidnei Macedo
Pós-Doutor em Currículo e Formação pela Universidade de Fribourg – Suíça, Professor da Universidade Federal da Bahia.

A

Maria Camila, minha avó, brava trabalhadora rural, por ter me inspirado através do seu exemplo de força e simplicidade;

Regina Camila, minha mãe, por me estimular a buscar, adiante do horizonte, a perfeição possível;

Isabelle, minha filha, por me encorajar ante o desafio epistemológico de pensar modelos societais mais humanizados e comprometidos com a vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus que na sua onipresença sempre me acolheu, protegeu e encorajou na superação dos desafios da existência.

A meu pai, Renault Batista de Araújo, (*in memorian*) pelo exemplo de generosidade e desprendimento.

Aos meus familiares: Ranúzio, Ronaldo e Antônio Rogério Batista, bem como Celina Camila, Jonas Xavier e Jonas Júnior, Elineide Rodrigues Pinto, Aureni Monteiro e a minha comadre Lucidalva Santos, pelo companheirismo.

À Maria Auxiliadora, pelos sábios e inspiradores conselhos.

Às colegas/irmãs: Elivânia Reis Andrade, Luzmar Cardoso, Mônica Moreira, Isaura Fontes e Zoraya Marques, pelo sempre incondicional apoio.

À Doutora Luciene Maria, querida professora, pelo cativante e coerente profissionalismo.

Aos Professores Doutores, Antônio Dias do Nascimento e Nadia Fialho, pela generosidade e acolhimento.

Ao Professor Doutor Avelar Luiz Bastos Mutim, respeitável orientador, pela solidariedade e competência.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, pela seriedade e compromisso de seus profissionais.

Ao Departamento de Educação – CAMPUS XI/Serrinha, pela confiança e apoio.

A Professora Doutora Isaura Fontes, ao Professor Doutor Gildenor Carneiro e a Bibliotecária Maria Claudete Estrela pela valiosa colaboração na área metodológica – estatística.

À Coordenação Estadual – UNEB, do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, pela oportunidade de troca com os movimentos sociais camponeses.

À Helena Barreto do MOC Serrinha, Vandalva Oliveira e Vera Carneiro do MOC Feira de Santana, à Tereza Rocha da Apaeb Serrinha, à Jaci Barreto do MMTR Serrinha e a Ivan Fontes do Codes Sisal pela relevante troca de informações.

A Maria Zilda por nos ter aberto as portas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Serrinha.

Ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Serrinha, pela generosidade em socializar seu legado político-epistemológico.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que esse sonho se transformasse em realidade.

A Contemporaneidade nos colocou de frente com a necessidade de trazer à tona a referência de pessoas que por terem ficado à margem da grande promessa desenvolvimentista, trouxeram uma valiosa contribuição a histórica luta em torno de um mundo mais inclusivo e capaz de incorporar novos elementos culturais [...].

RESUMO

O estudo analisou a inserção das trabalhadoras rurais na gestão do SINTRAF Serrinha, enquanto elemento cultural que indicou o fortalecimento da democracia legitimada pela diversidade da participação, que nesse particular se confundiu com a própria história de emancipação dessas trabalhadoras, deixando transparecer a dimensão educativa dessa participação social. Diante disto, a dissertação buscou três momentos. Inicialmente priorizou os estabelecimentos de um marco referencial para o projeto de pesquisa, o qual priorizou a discussão da participação e da sua dimensão educativa no âmbito das especificidades socioambientais e sociopolíticas do Território do Sisal. Para tanto, tomou como referência a organização das trabalhadoras rurais rumo à consolidação do direito de filiação no SINTRAF Serrinha, no cenário histórico marcado pela contestação política dos trabalhadores rurais frente à hegemonia do poder público municipal na gestão da entidade. Em seguida apresentou a metodologia da pesquisa, cuja prioridade foi a concepção qualitativa, que no âmbito do estudo do tipo etnográfico, priorizou a abordagem etnopesquisa com enfoque fenomenológico. As informações primárias foram colhidas através de observação e entrevista semiaberta, ao tempo em que as informações secundárias surgiram da análise documental de atas, livros de presença e livros de registro de filiações. Por último, a pesquisa demonstrou que de fato a dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do SINTRAF Serrinha realimentou transformações políticas, não apenas de ordem pessoal, através do fortalecimento da autonomia dessas trabalhadoras, como de ordem institucional, através do aprofundamento democrático da gestão da entidade. Mais que isso, faze-se mister criar condições político-culturais para que a participação das trabalhadoras supere a invisibilidade e possibilite um maior compartilhamento do poder decisório na entidade. Diante dessas conclusões e da necessidade de fortalecimento político das trabalhadoras nas instâncias de poder do SINTRAF Serrinha, recomendamos novos estudos que verifiquem se a dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais seria um fenômeno presente em outros sindicatos rurais do Território do Sisal e quais desdobramentos estariam produzindo para o desenvolvimento local sustentável.

Palavras-chave: Participação. Dimensão educativa da participação. Gestão democrático-dialógica.

ABSTRACT

In this paper, we analyzed the insertion of female rural workers under the management of Sintraf/Serrinha, as cultural subjects who contributed to the strengthening of democracy legitimated by the diversity of participation. In such study, their engagement also meant their own history of emancipation, displaying the educative dimension of this social involvement. For these reasons, this paper aimed at three moments. In the beginning refers to the discussion about the primary reference for this research project, which prioritized the discussion of the participation and the education dimension regarding the social environmental and social political specificities in the *Sisal* Territory. For that, it was taken as a reference the Female Rural Worker Organization driving into the consolidation of their right to affiliate with SINTRAF Serrinha, in the historic scenario marked by the rural workers' political impugnment against the municipal hegemony of the public government during the entity management. Next showed to the choice of the research methodology, which prioritized the qualitative intake in an ethnographic study perspective and an ethnic survey approach with phenomenological emphasis. The primary information was collected through observations and semi-open research interviews, along with secondary information from records, books and filiation books. For last, the research showed that, in fact, the educative dimension of the rural workers' participation under SINTRAF Serrinha management contributed to political changes, not only personally through the strengthening of these workers' autonomy, but also institutionally through a democratic deepener of the entity rule. However, cultural and political conditions ought to be created so that the rural workers' participation overcome invisibility and assure them part of the entity decisions. Before these conclusions and the need of political strengthening at SINTRAF Serrinha, we recommend new studies in order to verify whether the educative dimension of the rural workers' participation is present in other rural unions inside the Sisal Territory and what results it would produce for the local sustainable development.

Key Words: Participation , educative dimension of participation, dialogical democratic management.

LISTA DE MAPAS, FOTOS E QUADROS

Mapa 1 – Territórios de Identidade 26

Mapa 2 _ Território do Sisal 28

Foto 1 _ Antiga sede do Sintraf /Serrinha 61

Foto 2 _ Atual sede do Sintraf/Serrinha 62

Foto 3 _ Trabalhadoras e trabalhadores rurais participando de assembléia 86

Foto 4 _ Trabalhadora assinando livro de freqüência de assembléia 86

Quadro 1_ Incremento do percentual de filiações 2007 em relação a 1987 e 1997 87

Quadro 2 _ Freqüência nas assembléias ao longo de um ano 87-88

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAEB	Associação dos Pequenos Agricultores
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CET	Coordenação Estadual de Territórios
CRIA	Centro de Referência Integral de Adolescentes
CODES	Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Sisaleira da Bahia
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S. A.
FATRES	Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares do Território do Sisal
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEB	Movimento Eclesial de Base
MEC/USAID	Ministério da Educação e United States Agency for International Development
MOC	Movimento de Organização Comunitária
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PNAD	Programa Nacional de Amostra Domiciliar
PET	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SINTRAF	Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Serrinha
SUS	Sistema Único de Saúde
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para Proteção da Infância

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO..... 13
2. TRABALHADORAS RURAIS, EDUCAÇÃO POPULAR E A GESTÃO DEMOCRÁTICO-PARTICIPATIVA NO SINTRAF SERRINHA...... 20
2.1 Organizações camponesas e participação no Território do Sisal 21
2.2 Fóruns participativos e sua dimensão educativa..... 33
2.3 Educação popular e o fortalecimento político das trabalhadoras rurais..... 43
2.4 Trabalhadoras rurais e a organização social – o Sintraf/Serrinha 51
2.5 Transformações da gestão do Sintraf/Serrinha e participação das trabalhadoras rurais..... 57
2.6 A participação das trabalhadoras e o Sintraf/Serrinha – retomando a caminhada 66
3.O CAMINHO DE UMA TESSITURA EPISTEMOLÓGICA – IMPLICAÇÕES IDENTITÁRIAS..... 72
3.1 Concepção de pesquisa: ratificando escolhas 73
3.2 Sobre a trajetória da pesquisa: reconstituindo o processo..... 76
3.3 A Compreensão do fenômeno enquanto caminho para o desvelamento da sua essência..... 83
3.4 O ponto de vista de quem fez da participação no espaço público uma conquista silenciosa e cotidiana..... 88
3.5 Revelações do processo hermenêutico: definindo unidades de análise..... 98
3.5.1Participação das trabalhadoras..... 98
3.5.2 Saber encarnado..... 102
3.5.3 Gestão democrático-dialógica..... 106
4.O CONHECIMENTO NO EXISTIR DA PESQUISADORA – CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS..... 111
REFERÊNCIAS 117
APÊNDICES..... 126
APÊNDICE A – Roteiro de entrevista da pesquisa exploratória 127
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista da pesquisa de campo..... 128
APÊNDICE C – Quadro síntese das entrevistas de campo..... 128
ANEXO 136
ANEXO A – Transcrição das entrevistas da pesquisa exploratória..... 138

1. INTRODUÇÃO

Ao refletir sobre o processo de formação de pesquisadores, desenvolvido pelo programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade/PPGEduc, e a importância deste para a qualificação de profissionais dos vários Departamentos de Ensino da Uneb, sentimos a necessidade de resgatar as experiências que constituíram o inventário das referências que gradativamente se agruparam, no sentido de identificar e analisar a dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do Sintraf/Serrinha.

A descrição deste processo de formação foi fundamentalmente importante no trabalho, pois refletiu sobre os caminhos de uma transformação acadêmica de base antropológica e axiológica, resultante da reflexão sobre a impossibilidade da construção do conhecimento ser uma questão neutra. Procuramos dar destaque às interfaces e tensões que marcaram a nossa posição enquanto pesquisadora em Educação, uma vez que esta faz questão de dialogar a partir da perspectiva que destacou nossa referência identitária: mulher, de ascendência camponesa, trabalhadora e mãe. Foi do ponto de vista das demandas e utopias, forjadas no tempo/espaço do local/global em que estivemos inseridas, que sedimentamos uma formação que se confundiu com a trajetória dessa investigação.

As primeiras inquietações vieram da vivência familiar, pois muito nos chamou à atenção a postura altiva das mulheres do lado materno de nossa família. Caracterizadas por um traço de personalidade forte e destemido, essas mulheres pareciam manter vivo o curioso legado deixado por suas avós e bisavós no início e meados do século XX. Fato intrigante, porque, até onde os relatos dão conta, nenhuma das mulheres conhecidas da 1ª e 2ª geração tiveram instrução ou mesmo contato com qualquer referência feminista. No entanto, elas não se deixaram submeter ao jugo do patriarcado[1] na família, apesar de viverem no ambiente conservador do o Povoado do Quingi, zona rural do município de Lamarão – Bahia.

A convivência com esse legado nos auxiliou na consolidação de alguns dos traços mais significativos da identidade feminina. De modo pouco consciente, essa identidade possibilitou formas de empoderamento, tanto no domínio doméstico, quanto no espaço público. Foi nesse espaço público, contudo, que iniciamos um processo de análise desse empoderamento, mediante vivências da nossa atuação:

[1] Baseando-se inicialmente em Hartman (1979), Elisabete Oliveira (2006) definiu o patriarcado como jogo de relações de base material entre homens, que ainda que fossem hierárquicas estabeleceriam e criariam independência e solidariedade entre os homens, permitindo-lhes dominar as mulheres. Ao tomar como referência o pensamento de Fiorenza (1997), Elisabete Oliveira (2006), ampliou a definição do conceito, apresentando-o como sistema político-cultural-social de submissões e dominações graduadas, implicadas e sustentadas pelo sexismo, pelo racismo e pelo imperialismo militar.

1. Na pesquisa sobre gênero e representações sobre a sexualidade, construída na pós-graduação *latu sensu*, pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB)/ Campus XI – Serrinha, com o tema "*A sexualidade e as representações dominantes no Ensino Fundamental";*
2. Na coordenação dos estudos sobre as concepções pós-críticas do currículo, como docente da UNEB Campus XI – Serrinha;
3. No conjunto das interações com os movimentos camponeses do Território do Sisal, via coordenação dos projetos de alfabetização e escolarização do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) – Uneb/Campus XI – Serrinha;
4. No campo das disciplinas e atividades curriculares do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduc), que permitiu uma ampla visão sobre o debate acadêmico em torno da Educação e Contemporaneidade.

Em 1997, a produção do ensaio monográfico: *"A sexualidade e as representações dominantes no Ensino Fundamental",* constituiu um momento iniciático do nosso exercício epistemológico. Essa foi uma experiência relevante em vários sentidos, inclusive pelo diálogo que realizamos com as autoras e autores, a qual ampliou consideravelmente nossa capacidade de análise. Por meio do estudo de autores como Michael Foucault, Marilena Chauí, entre outros, pudemos fazer um apanhado histórico da visão de sexualidade dominante na sociedade ocidental, tomando como eixo a moral cristã.

Constatamos neste estudo que as questões relativas à sexualidade eram encaradas como tabus pelos estudantes e professores. E que a dificuldade e/ou ausência de abordagem do tema contribuiu para sua marginalização e estereotipação; aspecto esse reforçado pelo tipo de abordagem adotado pela mídia. Tal constatação apontou para a relevância da escola no processo de superação do enfoque fisiológico-profilático da sexualidade, rumo a uma perspectiva mais humana e ética, processo para o qual a formação continuada dos professores e a regulamentação jurídico-pedagógica da Educação Sexual seriam indispensáveis.

Concluída a investigação, alçamos uma importante conquista: a docência no Ensino Superior. Experiência que nos acrescentou novas possibilidades de análise acerca da condição da mulher no mundo contemporâneo. Nesse sentido, com os estudos e debates que coordenamos na disciplina Currículos e Avaliação sobre multiculturalismo crítico, gênero e feminismo, obtivemos elementos para identificar as implicações entre o patriarcado, o

neoconservadorismo[2] e as desigualdades entre homens e mulheres. Ainda no contexto da referida disciplina, a literatura consultada nos levou à conclusão de que os debates sobre o multiculturalismo e as questões relativas ao gênero e ao feminismo, entre outras de igual relevância, contribuíram decisivamente para a quebra de paradigmas políticos e culturais nas últimas décadas do século XX.

A abordagem em torno dos aspectos conjunturais anteriormente referidos remeteu-nos a uma reflexão mais detida sobre o caráter político da educação, bem acentuado por Paulo Freire. Foi então que surgiu no seio da disciplina Currículos e Avaliação a necessidade de mobilizarmos intercâmbios com ong´s e associações. Visitamos a Escola Família-Agrícola da Apaeb Valente, o Projeto Bagunsaço e o Centro de Referência Integrada da Criança e do Adolescente (Cria) em Salvador, dentre outros. Pretendíamos com isso identificar as opções políticas, epistemológicas e pedagógicas que caracterizavam os processos educativos veiculados nesses espaços. O esforço se justificou pela necessidade de mostrarmos para os nossos tão desesperançados graduandos que havia alternativas de contraposição à agenda neoliberal imposta por organismos multilaterais como o FMI, o Banco Mundial e o Bird, para a educação em nosso contexto. Aquele foi o momento em que emergiu o nosso interesse pelos movimentos sociais.

Pouco depois, no ano de 2002, recebemos o convite para trabalharmos na coordenação dos cursos de escolarização do Pronera no Departamento de Educação – Uneb /Campus XI - Serrinha/Ba. De fato, esse programa possibilitou-nos a primeira oportunidade de conhecer e conviver com uma realidade paradoxalmente tão próxima e tão distante da nossa vivência acadêmica: as organizações sociais do Território do Sisal. Essa experiência remeteu-nos à necessidade de compreender conceitualmente em que consistiam essas organizações sociais e qual o papel histórico no âmbito dos embates empreendidos pelo terceiro setor do modelo de sociedade forjado em nosso país pela herança colonial.

A partir daí operamos a redescoberta do território rural do ponto de vista político-epistemológico. Tal realidade, gradativamente, adquiriu densidade humano-cultural, à medida que fomos ampliando a interface com as lideranças das organizações, com os assentamentos de reforma agrária, com os educadores e o coletivo da coordenação estadual do programa, por meio da gestão administrativo-pedagógica de outros projetos no âmbito do Pronera.

---

[2] De acordo Gandin e Hypólito (2000), o neoconservadorismo está relacionado a uma concepção de mundo voltada para a recuperação e a preservação das tradições culturais hegemônicas como moral, disciplina, entre outras.

No contexto dessa interface, vimos emergir um campo fecundo para investigação: a relação pedagógica que parecia se estabelecer nos fóruns de discussão que ocorriam entre Uneb e movimentos camponeses. Ao que parecia, mesmo contribuindo concretamente para o acesso à educação formal por parte dos militantes dos movimentos camponeses, a universidade era desafiada a rever suas concepções e práticas. Em certa medida, os movimentos também não deixavam de estar suscetíveis ao mesmo processo. Então, diante de um fenômeno aparentemente incontornável na relação entre organizações com funções, percepções e estruturas tão diferentes, começamos a nos questionar como se materializava o processo de aprendizagem no contexto da interface entre os movimentos camponeses e a coordenação geral do Pronera na Uneb.

A estruturação dessas inquietações na forma de um anteprojeto de pesquisa permitiu a aprovação no Mestrado em Educação e Contemporaneidade no ano de 2005. De fato, os debates realizados pelo conjunto das disciplinas do referido mestrado, em especial aqueles ligados às temáticas como a modernidade e o projeto de desenvolvimento capitalista e seus desdobramentos sociais, remeteu-nos à reflexão de que os sintomas cotidianos da crise civilizacional contemporânea, além de apontarem para necessidade de avaliarmos o tipo de relação que estabelecemos ao longo do último século com o ecossistema, nos levou a questionar os valores dominantes na sociedade atual. Uma sociedade que, de acordo com Berman (1986), promoveu a exacerbação da compulsão desenvolvimentista, em razão de ter sido sedimentada sob a égide da modernização iluminista. Uma sociedade que, ao impor o mito da liberdade no seio do projeto de desenvolvimento capitalista, tornou-se, segundo Shiva (1997), uma extensão da criação de riqueza dentro da visão econômica do patriarcado ocidental, o qual criou um ambiente hostil às crianças, à maternidade e à natureza.

Quando nos demos conta de forma clara e objetiva da configuração anteriormente descrita, passamos a refletir exaustivamente sobre as contribuições que nós, mulheres, teríamos para a problematização do paradigma de desenvolvimento dominante. E, levando em conta a urgência, como diriam Boaventura Santos e Avritzer (2005), de identificarmos em quais campos de experimentação social seria possível resistir localmente às evidências da inevitabilidade desse projeto, esboçamos o seguinte questionamento: em quais espaços a participação feminina estaria apontando para outra perspectiva de desenvolvimento?

Foi então que, através do contato com os movimentos camponeses do Território do Sisal e de posse da literatura que abordava os processos de participação das mulheres na redefinição do desenvolvimento local, identificamos o Sintraf/Serrinha como *locus* relevante para realização desta pesquisa, especialmente em razão do expressivo número de

trabalhadoras que atuavam e atuam em sua gestão. Desse modo, após um longo processo de maturação, conseguimos estruturar essa investigação, onde o principal objetivo foi:

- Identificar e analisar a dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Serrinha (Sintraf/Serrinha);

Nesse sentido, importa destacar que a pesquisa orientou-se pelas seguintes questões:

1. Quais os aspectos que definiram a participação das trabalhadoras na gestão do Sintraf/Serrinha?
2. Qual o aprendizado obtido pelas trabalhadoras através da participação na gestão do Sintraf/Serrinha?

Diante do exposto, cumpriu-nos destacar que em tempos de Contemporaneidade como o que vivemos, onde, segundo Patrocínio Luz (2007), formas de vida e relações orientadas por perspectivas ancestrais resistiram tenazmente diante de um modelo civilizacional colonial-europeu, sentimo-nos desafiadas a investigar o papel e a perspectiva de grupos marginalizados na ressiginificação da participação social.

Face a essa expectativa, é que produzimos essa dissertação, que foi organizada em quatro capítulos. O primeiro deles apresenta a problemática da investigação. O segundo contempla a revisão de literatura, onde desenvolvemos a análise dos conceitos centrais a essa proposta investigativa. No terceiro capítulo discutimos os aspectos da abordagem metodológica da pesquisa; ressaltando aspectos relativos aos sujeitos da pesquisa, os instrumentos de coleta de informações. No quarto capítulo, procedemos um esforço interpretativo, onde buscamos apreender os sentidos do que foi expresso pelos elementos estatísticos e pelos informantes, apresentando seus desdobramentos conceituais. Por último, apresentamos as considerações conclusivas que julgamos pertinentes para elucidar o problema de pesquisa.

É importante salientar que, ao elaborar o relatório de pesquisa, tivemos como preocupação central trazer à tona a referência de pessoas que são potenciais representantes de tradições ancestrais, e que, por terem ficado à margem da grande promessa desenvolvimentista moderno-iluminista, trouxeram uma valiosa contribuição ao histórico debate e à histórica luta em torno de um mundo mais inclusivo e capaz de incorporar novos

elementos culturais. Isso proporcionou maior avanço rumo ao fortalecimento da democracia legitimada pela diversidade da participação, a qual se confundiu com a própria história da emancipação dessas trabalhadoras deixando transparecer a dimensão educativa da participação social de grupos até então marginalizados na sociedade brasileira.

Ao entrar na cena histórica representada pelo Sintraf/Serrinha, as trabalhadoras rurais desafiaram a entidade a recriar-se continuamente.

2. TRABALHADORAS RURAIS, EDUCAÇÃO POPULAR E A GESTÃO DEMOCRÁTICO-PARTICIPATIVA NO SINTRAF/SERRINHA

A investigação *"Dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Serrinha"* exigiu uma atenção redobrada com a demarcação do seu sujeito-objeto, visto se tratar de uma pesquisa exploratória, voltada para a definição da dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais de Serrinha - Bahia. Por se darem conta de tal propósito, as aproximações hermenêutico-compreensivas que processamos em relação ao fenômeno em questão, através da análise das opiniões das trabalhadoras coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas, além da análise documental e do levantamento bibliográfico, formaram um banco de dados importante, pois até onde tivemos conhecimento, não existia registros formais da história do Sintraf/Serrinha.

Embora nossa análise tenha se apresentado como uma construção multirreferencial e retroalimentadora, preocupamo-nos em estabelecer três momentos mais ou menos distintos. Com base em documentos como: GÊNERO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS TERRITÓRIOS RURAIS (2003); TERRITÓRIO DO SISAL- PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (2007) e também baseadas no pensamento de autores como Ramos e Antônio Nascimento (2001), Nascimento (2003), entre outros, estabelecemos o primeiro momento. Nele priorizamos a discussão sobre o Território do Sisal, como forma de indicar o enraizamento identitário do trabalho. Nessa oportunidade, lançamos um olhar para o conjunto das especificidades socioambientais e sociopolíticas do referido território e que serviram de base para a fomentação dos processos participativos protagonizados pelas trabalhadoras e trabalhadores rurais. Ainda nesse primeiro momento, discutimos os desdobramentos históricos da organização dessas trabalhadoras com vistas à criação de espaços de contestação do modelo societal predominante nas organizações sociais do Território do Sisal.

No segundo momento, nos debruçamos sobre uma questão que começou a ganhar visibilidade no contexto das organizações camponesas: a luta pela filiação das trabalhadoras rurais aos seus sindicatos. Com base no pensamento de Macedo Filho e Regino (2006), Bordalo (2006), Branco (2000), analisamos uma questão que começou a ganhar visibilidade no contexto das organizações camponesas: a luta pela filiação das trabalhadoras rurais aos seus sindicatos. Sancionada na esfera privada, a exclusão das trabalhadoras rurais dos fóruns de decisão transmutou-se para a esfera pública, lugar onde também as diferenças biológicas

eram tomadas para justificar os processos de marginalização que culminaram na negação do direito de filiação delas nos sindicatos rurais. Fato este desencadeado em meio à luta pela ruptura política com o modelo de gestão imposto à entidade pelo poder público municipal.

Discorremos sobre o papel da Teologia da Libertação, das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e do Movimento de Organização Comunitária (MOC) na consolidação das bases político-epistemológicas da Educação Popular. Momento em que, baseadas no ponto de vista de Menezes Neto (2007), Iokói (1996), Nóbrega (1988), entre outros, desenvolvemos o terceiro momento. Na oportunidade também discutimos que a interseção entre Educação Popular e a gestão pode ter confluído para a consolidação de uma práxis participativa diferenciada no Sintraf/Serrinha, após a derrocada do controle do poder público municipal. Fato este que nos permitiu antever a dimensão educativa da participação social.

É importante salientar que, embora a investigação não tenha assumido a dimensão de uma produção na área de gênero, esse foi um conceito que transversalizou e/ou esteve subjacente a nossa discussão em função da sua contribuição para a análise das possíveis contribuições da participação das trabalhadoras no processo de aprofundamento democrático da gestão do Sintraf/Serrinha e para o desenvolvimento local sustentável.

2.1 Organizações camponesas e participação no Território do Sisal

No atual momento histórico, onde a globalização, pela via do mercado e mais pontualmente das tecnologias da informação e da comunicação, aparentemente conseguiu homogeneizar as alteridades dos *vários contextos humanos*, vimos, segundo Ianni (1998), o contínuo movimento da diversidade sob a forma de etnias, nacionalidades, culturas, tradições, sabedorias e imaginários que tanto podem desaparecer, como transformar-se e florescer no âmbito da sociedade global. Assim, a despeito de boa parte desse universo ser considerado como periférico e constituir, conforme Moraes (2002), regiões de pouco ou nenhum interesse para os grandes fluxos de capitais, a dimensão territorial ressurgiu, comprovando, segundo Milton Santos (1998), que o território habitado criou novas sinergias e acabou por impor ao mundo uma revanche.

Embora Milton Santos (1988) não tenha explicitado seu entendimento sobre a forma como teria se dado essa revanche, baseadas em Rouanet (1985), Tadeu da Silva (1999), Shiva e Mies (1997), Boaventura Santos (2002), deduzimos que ela estaria relacionada à problematização na esfera local de algumas das principais bandeiras da modernidade, a saber: o sujeito universal, a razão iluminista. Instituído através do paradigma biológico, onde

teoricamente todos os seres humanos seriam variedades do *homo sapiens*; o sujeito universal, segundo Rouanet (1985), seria portador de uma razão e uma moral invariáveis no tempo e no espaço e nas palavras de Tadeu Silva (1999), seria representado pelo ideal do homem, branco, europeu e de raciocínio lógico-matemático. Todavia, de acordo com o próprio Tadeu Silva (1999), no final do século XX, a crítica dos grupos culturais subordinados, como: mulheres, negros, homossexuais, entre outros, engendrou o questionamento da posição autônoma, soberana, privilegiada e transcendental do sujeito universal, trazendo à tona a discussão sobre identidade e diferença.

Em relação ao ideário da emancipação, cujo foco, segundo Rouanet (1985), era a libertação através da razão da subordinação à religião, aos mitos e aos fantasmas que aprisionavam o ser humano; Tomaz da Silva (1999), Vandana e Shiva (1997) demonstraram, através de suas análises sobre o legado civilizacional do Ocidente, que a resistência dos povos colonizados à razão emancipadora decorreu do impacto autoritário, violento e despótico que ela exerceu sobre esses povos. Por questões óbvias, esse debate também tencionou a veracidade científica, a qual, conforme Boaventura Santos (2002), foi o resultado de uma narrativa localizada que hegemonizou-se ao longo da modernidade, através da suplantação das culturas locais e das tradições ancestrais, valendo-se do poderio simbólico material do capitalismo. Na esfera local, a manutenção de conhecimentos que extrapolaram os limites do pensamento científico serviu, não apenas de estratégia de contraposição à hegemonia deste, como à necessidade de resgatar as inúmeras dimensões que compõem o saber.

A refutação do modelo de hegemonização decorrente do capitalismo global, de certo modo esteve na base da revanche imposta pelos territórios. Contemporaneamente nenhum processo traduziu melhor essa refutação que a práxis engendrada pelos povos e grupos sociais subjugados pela ciência e pela economia política eurocêntrica. Provavelmente, o território foi o *locus* onde a práxis desses grupos sociais subjugados tomou corpo, tornando pública a condição de desigualdade antes restrita à esfera privada.

As ações públicas dessas identidades coletivas trouxeram a exigência da ruptura com a fixidez na dimensão de classe, ampliando o debate para o diferencial de gênero, raça, geração, origem e orientação sexual, entre outros**.** Por serem coletividades ou sujeitos com interesses, condições e características particulares, elas obtiveram conquistas significativas no campo das políticas públicas territoriais.

Entre nós, latino-americanos, a emergência das identidades coletivas demonstrou vigor, à medida que contribuiu decisivamente para a reconceptualização político-identitária

dos territórios. De fato, a participação tornou-se um aspecto estratégico na definição, planejamento e gestão de políticas de inclusão, implicadas a projetos de desenvolvimento mais plurais . E, portanto, capazes de orientar-se por outras lógicas que não apenas a lógica do capital.

Na esfera local, a participação pareceu, não apenas ter colocado em xeque a lógica homogeneizadora e paliativa das políticas públicas, como também expôs a necessidade de avaliar a natureza e o caráter do modelo de democracia imposto aos territórios pela economia política eurocêntrica, através do questionamento, como diria Gohn (2007), da qualidade da participação dos segmentos por ela supostamente representados. Estaria tal participação promovendo a emancipação ou a inclusão integradora desses segmentos?

Questionamentos como esse, além de expor os limites da representação no âmbito do modelo democrático hegemônico, evidenciam, de acordo com o documento GÊNERO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS TERRITÓRIOS RURAIS (2003), a necessidade de abertura para a substância representada pela pluralidade e pelas diferenças, enquanto aspecto decisivo para o fortalecimento da cidadania participativa. Para tanto, era necessário que esta cidadania, mesmo num contexto de relações de poder e conflitos, fosse capaz de mobilizar forças, imprimindo um novo contrato social no âmbito do território, consolidado, através de alternativas de desenvolvimento, comprometidas com a perspectiva de inclusão emancipatória.

Com base no aspecto equitativo subjacente a esse novo contrato social e no fazer histórico, a dimensão de gênero chamou a atenção para as desigualdades socioeconômicas, não somente entre mulheres e homens, mas entre todos os membros da sociedade no mundo contemporâneo. E, com base na crescente visibilidade que as questões de gênero adquiriram nos territórios rurais, a partir da mobilização das trabalhadoras frente à opressão patriarcal e nas relações supostamente existentes entre a tensão gerada por esse processo e a ampliação do cânone democrático, é que ganhou sentido e referência na escala local a luta das trabalhadoras rurais do Sintraf/Serrinha pelo direito de filiação e participação política na gestão dessa instituição.

Diante disto, procuramos identificar a dimensão educativa da participação, analisando as possibilidades inauguradas pela inserção dessas trabalhadoras, não apenas no questionamento das ‘normas’ culturalmente impostas pelo sistema patriarcal na gestão do Sintraf/Serrinha; bem como sua relação com projetos de sociedade que, segundo Becker

(1999), apontasse para uma perspectiva de desenvolvimento que, longe da idealização de um grupo de tecnocratas, se materializasse através de múltiplas formas de inserção, oriundas de construções coletivas e trocas dialógicas.

Em termos locais, por conta da provável contribuição da luta das trabalhadoras rurais do Sintraf/Serrinha na elaboração de uma nova institucionalidade capaz de tornar possível a corresponsabilidade e a gestão compartilhada entre homens e mulheres e entre o Estado e as organizações das ações voltadas para o desenvolvimento local sustentável, o debate sobre território ampliou sua relevância. De acordo com o documento GÊNERO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS TERRITÓRIOS RURAIS (2003), esse debate despontou com uma conotação política, possibilitou a transversalidade das questões que atingiam diferentemente mulheres, homens, jovens, velhos, homossexuais, pois acolhia a pluralidade, no conjunto das suas relações de poder e conflito. Além de implicar a desconstrução e reconstrução de esquemas mentais, capazes de fortalecer politicamente novos atores sociais a partir da participação construída nos territórios.

O enfoque de gênero ressaltou o documento anteriormente referido (2003), implicou avançar para além do trabalho com mulheres e com grupos mistos, possibilitando também o questionamento das tradicionais relações de poder. Em decorrência das novas perspectivas de análise, inauguradas pelo feminismo e a despeito das controvérsias que poderiam levar à invisibilidade do sujeito da luta feminista, expuseram Maria Lygia Moraes (1998) e Meyer (2003), o conceito gênero entrou em evidência dentro e fora do universo acadêmico. Tradução aproximada do termo *gender*, utilizado pioneiramente pelas feministas anglo-saxãs, gradativamente foi incorporado pelas diversas correntes feministas, as quais lhe atribuíram definições nem sempre convergentes.

Apesar das especificidades dessas diferentes concepções e análises em torno do conceito, ressalta Machado (1998), todas pareceram comungar de um ponto de vista comum: a radical desnaturalização biológica das categorias homem e mulher. Nesse contexto, acrescenta Meyer (2003), o conceito passou a englobar os processos sociais, culturais e linguísticos implicados na construção do corpo e da identidade de mulheres e homens.

O conceito gênero aproximou-se das abordagens que levaram em consideração o papel das instituições, dos símbolos, das normas, dos conhecimentos, das leis e das políticas de uma sociedade, que tanto são instituídas como instituintes das representações acerca do feminino e do masculino. Daí a relevância do enfoque de gênero para o debate das políticas públicas que considerassem que para além de relações hierárquicas e dominadoras entre

homens e mulheres, deveriam ser criadas oportunidades equitativas e horizontalizadas para ambos. Primadas pelo ideário da valorização da autoestima, da convivência com a diversidade e do estabelecimento de uma responsabilidade coletiva nos destinos da comunidade, essas políticas poderiam contribuir para a sedimentação de uma democracia cada vez mais substancial.

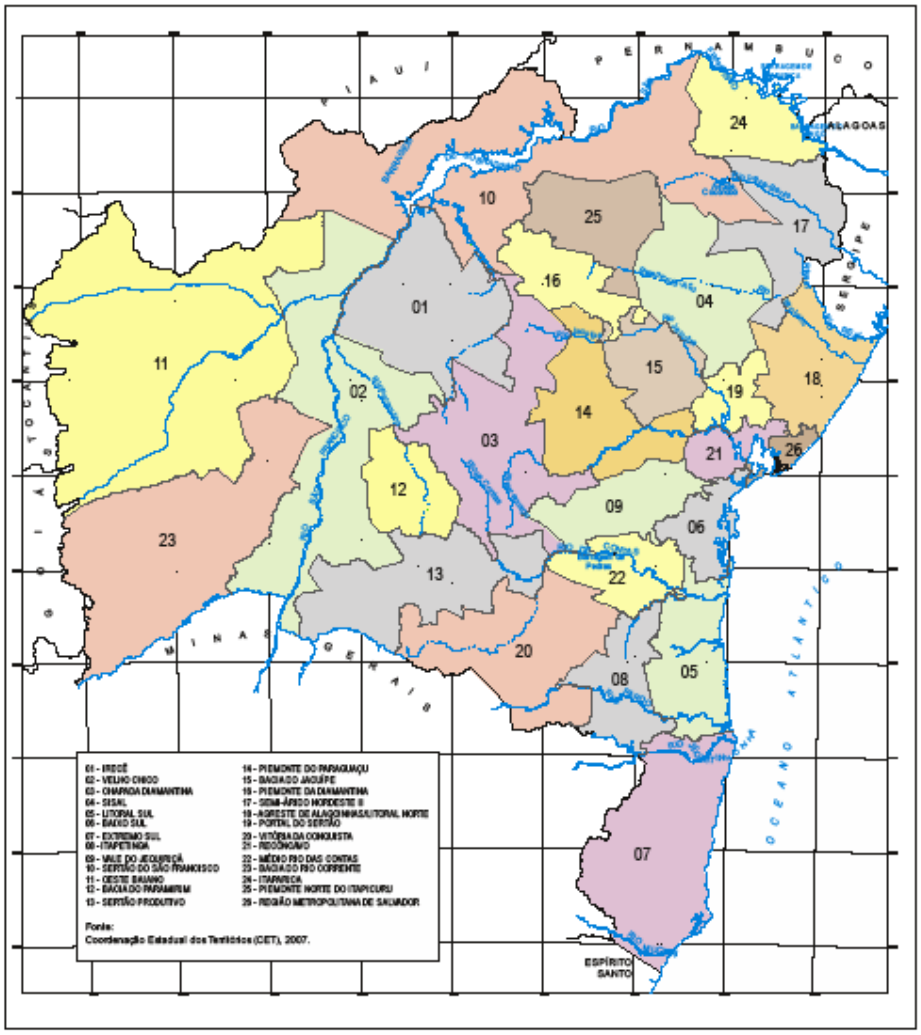
Nesse sentido, a definição de contornos da dimensão educativa implicada na participação social das mulheres trabalhadoras rurais na gestão do Sintraf/Serrinha foi fundamental para a construção da identidade da mulher, trabalhadora rural e cidadã brasileira, portadora de direitos sociais. Considerando o papel do território na maturação desse processo político de correlação de forças, avaliamos ser indispensável contextualizar onde se deu esse processo: o Território do Sisal. Para tanto, estabelecemos uma interface com os autores que publicaram nesta área. Então, no aprofundamento da compreensão do conceito, amparamo-nos em Ianni (1998), quando este destacou que o conceito deveria se aproximar menos da ideia de espaço físico e mais da práxis humana no conjunto das suas relações de poder.

Relações de poder essas que encontrariam nas instituições público-estatais, privadas e nas organizações da sociedade civil algumas das suas traduções mais expressivas. Daí, recentemente os debates sobre território terem adquirido caráter estratégico, tanto do ponto de vista da expansão dos interesses do mercado, quanto da implementação e integração das políticas públicas pleiteadas pela sociedade civil. A dimensão educativa da participação ganhou destaque na discussão sobre a relação entre educação e desenvolvimento territorial sustentável. Não foi à toa que em 2003, segundo Oliveira Filho (2006), a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário deu início a uma política nacional de fortalecimento territorial e no mesmo ano houve na Bahia o marco operacional da implementação da abordagem de desenvolvimento territorial rural.

Foi nesse cenário que, conforme o documento PROPOSTA DE FORMALIZAÇÃO... (2007), despontou em 2003 o Território do Sisal. Legitimado pela força política de organizações civis, como as cooperativas de crédito, as Apaeb´s e os sindicatos rurais, comprometidos tanto com o sistema produtivo do sisal quanto com a agricultura familiar. O território institucionalizou-se a partir da criação de um ambiente político favorável à gestão social das políticas de desenvolvimento.

Mapa 1 – Territórios de Identidade

Fonte: CET



4 Território do Sisal

Através do apoio institucional da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), o Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Sisaleira da Bahia (Codes) desenvolveu esse ambiente ao realizar, desde o ano de 2003, ações de sensibilização, mobilização e planejamento do território, com vistas à consolidação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, e também a gestão das ações financiadas por programas públicos em curso.

Consideramos o ponto de vista de Ianni (1998), de que o território não deveria ser confundido com a ideia de espaço ou lugar. Ainda assim, tornou-se necessário fazer uma caracterização do contexto econômico e geográfico-espacial, como forma de introduzir a análise desse cenário onde se deu, na década de 80, a luta das trabalhadoras rurais pelo direito de filiação ao Sintraf/Serrinha.

O Território do Sisal localiza-se no semiárido baiano, distando cerca de 260 km da capital Salvador e é composto por 20 municípios[3]. Esses municípios estariam distribuídos numa área de 35.572 km², compreendidos entre o Nordeste, o Paraguaçu e o Piemonte da Diamantina baianos. Ele recebeu esse nome em função de ter despontado estadual e nacionalmente como importante polo produtor de sisal. Liderança que decorreu da fácil adaptação às características climáticas e geológicas da região.

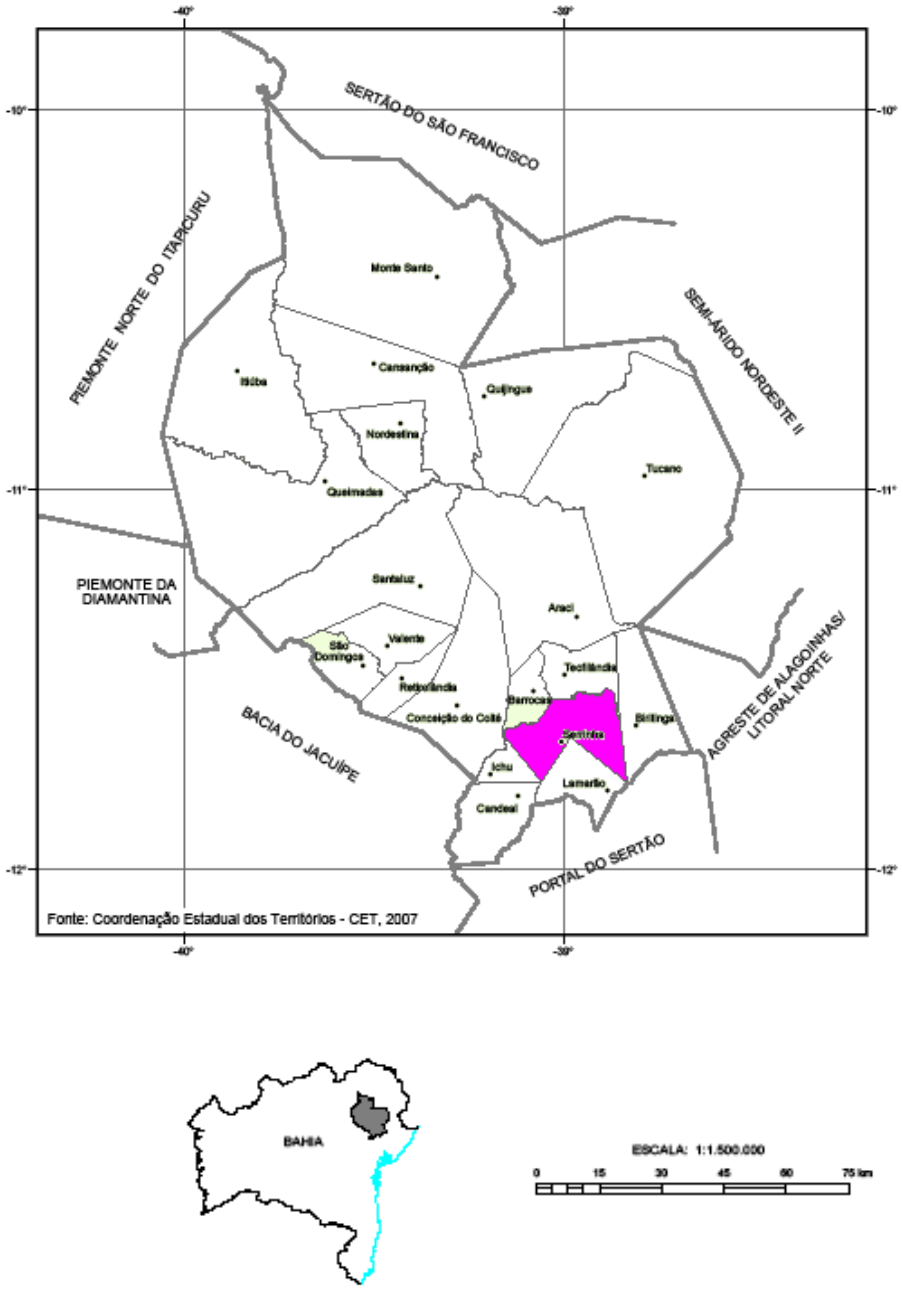
A A*gave Sisalana*, espécie originária da América Central, chegou à região em 1910, mais precisamente ao município de Santa Luz, de onde se expandiu para aproximadamente mais 15 municípios. De acordo com Humberto Nascimento (2003), a expansão do sisal como cultura de importância econômica ocorreu na década de 40, no contexto da II Guerra Mundial, quando houve uma grande demanda pela fibra, principalmente na indústria naval. Todavia, só na década de 60, momento em que vigoraram os projetos desenvolvimentistas do governo Juscelino Kubitschek, a Bahia assumiu a liderança nacional na produção da fibra, alcançando o mercado internacional.

Embora a cultura do sisal fosse um importante fator para a economia do território, de acordo com Ramos e Antônio Nascimento (2001), ao contrário de outras monoculturas, ela demandou uma série de atividades complementares para geração de renda e emprego. Sendo um produto para exportação, o sisal tinha seu centro de decisão econômica situado fora da região. A concorrência dos produtos sintéticos, entretanto, levou ao declínio de preço no mercado externo. Nesse contexto, os efeitos adversos da apropriação política das estiagens pelos setores dominantes e seus desdobramentos sobre a concentração fundiária e sobre o tradicionalismo econômico, impactava seriamente a região, o que gerava baixíssimos níveis de desenvolvimento humano.

[3] Municípios que compõem o Território do Sisal: Araci, Barrocas, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Retirolândia, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano, Valente.

Mapa 2 – Território do Sisal

Fonte: CET



Apesar desse fenômeno histórico, parte significativa da população do Território do Sisal, de acordo com Nascimento (2003), encontrou ‘brechas’ para se manter. Essas brechas ou lacunas, aparentemente ocas, por não representar publicamente algo suficientemente digno ou visível para ser nomeável, não raras vezes foram preenchidas pelas trabalhadoras rurais para dar identidade ao lado mais agudo da seca – a miséria.

Silenciosas, aparentemente resignadas e invisíveis, essas trabalhadoras constituíram uma força de trabalho que gerava importantes circuitos de renda. Dentro das atividades que

lhes cabiam em razão da divisão sexual do trabalho, além da gestão do lar, predominavam atividades como o extrativismo natural, o criatório de animais de pequeno porte, a agricultura camponesa[4], a produção artesanal. Nos períodos de grande dificuldade ocasionada pela seca, quando a migração dos maridos era inevitável, além das atividades que já lhes cabiam, havia a sobrecarga ocasionada pela gestão de atividades tradicionalmente masculinas, como os cuidados com os remanescentes do criatório do gado bovino, caprino e ainda a ovinocultura; a venda da força de trabalho em tarefas extremamente pesadas, como a destoca de pastos e a administração dos parcos recursos financeiros.

No entorno dos circuitos de renda gerados por estas trabalhadoras, existia toda uma rede solidária, representada pelas atividades não-remuneradas, realizadas em prol da comunidade, como o auxílio mútuo e a cooperação no seio da vizinhança. Contudo, como aponta o documento GÊNERO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS TERRITÓRIOS RURAIS (2003), em virtude de essas atividades atenderem às necessidades da família e/ou da comunidade em seu entorno, de não serem remuneradas e de não constituírem uma economia nos moldes patronais, eram classificadas como pertencentes ao âmbito da reprodução. Quase invariavelmente sujeitas à invisibilidade_ tanto as atividades, como quem as praticava: as trabalhadoras rurais_ ficavam sujeitas a uma situação de desvalorização, situação que gerava um impacto decisivo sobre a autoestima dessas trabalhadoras.

A perseverança coletiva das famílias, mesmo diante do pronunciado êxodo rural em períodos de seca, de certo modo, só foi possível em função da espécie de acumulação primitiva proporcionada no seio familiar pelo labor não-remunerado das trabalhadoras rurais. Ao dialogar com outras referências, que não aquelas estritamente relacionadas ao sofrimento decorrente também da histórica ausência de políticas públicas de desenvolvimento local sustentável, a fé e a teimosia das sisaleiras, retroalimentadas pela sóciodiversidade que compunha o Território, serviram como valioso instrumento de ruptura com os desafios do cotidiano. Isto muito provavelmente só foi possível porque essas mulheres mostraram-se capazes de aprender com as dificuldades enfrentadas no contexto pessoal, familiar e social.

[4] Para Fernandes e Molina (2004) a agricultura camponesa não é adepta do produtivismo com vistas exclusivas ao mercado externo. Constitui um modo de produção voltado para a convivência com espécies nativas e da cultura local que se utiliza de tecnologia amparada no saber popular. Vinculada ao princípio de permanência na terra pelas populações camponesas, a agricultura familiar prioriza a geração de emprego e renda através do trabalho familiar.

De acordo com o documento TERRITÓRIO DO SISAL – PLANO TERRITORIAL (2007), essa perseverança pareceu ter encontrado na fé e na teimosia das sisaleiras uma razão relevante para não permanecerem reféns do flagelo sociopolítico causado pela seca. Muito em razão dssa fé e dessa teimosia , vários de seus companheiros não precisaram dar adeus de forma definitiva ao seu "quinhão", ou melhor, dar adeus à referência existencial representada pelo Território do Sisal. Um território que, como quadro de vida, constituiria, parafraseando Milton Santos (1998), a base capaz de afastar o risco de alienação e de perda do sentido da existência individual e coletiva.

Assim, a preservação dessa referência socioidentitária por parte das trabalhadoras e trabalhadores rurais sisaleiros, segundo o documento TERRITÓRIO DO SISAL - PLANO TERRITORIAL... (2007), ganhou uma singularidade própria, representada pelas rezadeiras e benzedeiras, pelas parteiras, vaqueiros, bandas de pífanos, festas lúdico-religiosas. Sem esquecer dos forrós improvisados nas vendas e feiras-livres das vilas e povoados; além da culinária marcadamente nordestina que manteve vivo o gosto por pratos típicos, como o sarapatel, a buchada, a passarinha, além de outros.

Tal singularidade atravessou, não apenas o cotidiano e o imaginário desses sujeitos, como, segundo o documento TERRITÓRIO DO SISAL - PLANO TERRITORIAL... (2007), parece ter servido de inspiração a artistas de expressão como Euclides da Cunha, Glauber Rocha, Pierre Verger, Bernard Van Der Weid e outros tantos que povoaram o território sisaleiro. Artistas que, compondo, cantando, escrevendo, pintando, dançando, esculpindo, encenando, trançando artesanato com as fibras do sisal, contribuíram, tanto para a expressão da alma dessa gente, como para o fortalecimento do seu sentimento de pertencimento.

O conjunto desses aspectos socioantropológicos deu concretude à etimologia do conceito território, que, conforme Correa (1998), ao derivar do latim *terra e torium*, significando terra pertencente a alguém, indicou, entretanto, que essa ideia de pertencimento que extrapolava à propriedade privada da terra, indicando duas perspectivas: uma ligada ao controle de instituições ou grupos sobre um dado segmento do espaço relacionado à geografia política e outra relacionada a uma dimensão afetiva, derivada das práticas especializadas de grupos distintos, definidos segundo renda, raça, religião, sexo, idade ou outros atributos. Nesse sentido, acrescentou Correa (1998), o conceito vinculou-se a uma geografia que privilegiou sentimentos e simbolismos atribuídos aos lugares, revestindo-se de uma dimensão política e/ou identitária.

Entremeados pela dimensão religiosa, os aspectos socioantropológicos e culturais que caracterizaram o Território do Sisal, conforme Nascimento (2003), possibilitou a formação de uma 'cola' societal importante para manutenção das condições mínimas de vida dos despossuídos desse lócus. Haja vista que, conforme Magalhães e Abromovay (2007), a sobrevivência de cada membro das comunidades rurais dependia, não apenas da busca individual por resultados, mas, sobretudo, das tradições e valores comunitários que garantiam coletivamente os meios de sobrevivência de seus membros. Foi nesse particular que encontramos outra referência para o conceito território, o qual, do ponto de vista de Milton Santos (2002), mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais instituímos nossa vida em sociedade, congregaria uma dimensão simbólica, na qual despontaria, entre outras coisas, formas de solidariedade orgânica. Essa solidariedade favoreceu a constituição de espaços de aprendizagem, onde a dimensão educativa da participação tornou-se mais evidente, servindo de cimento social na inclusão produtiva e cultural desses grupos da população.

O comunitarismo, decorrente da vivência dos elementos simbólicos da singularidade religiosa e cultural, aliado à coesão familiar primitiva, de acordo com Nascimento (2003), potencializou os laços de sociabilidade secundária. E, com o apoio de forças externas, principalmente dos setores católico-progressistas, gradativamente as trabalhadoras e os trabalhadores rurais sisaleiros começaram a questionar suas condições de vida. A necessidade de intervenção que emergia no bojo dessa consciência coletiva retroalimentava-se com a entrada de novos saberes. Esses saberes não decorreram da experiência de educação formal, haja vista que, a despeito da sua origem eminentemente agrária, as trabalhadoras e os trabalhadores rurais sisaleiros ficaram à margem do direito à educação formal. Contudo, as trocas com missionários e padres vinculados às lutas populares que, segundo Paludo (2001), valorizava a cosmovisão camponesa, a tomou como referência para a construção de um saber que permitisse compreender cada vez melhor a própria realidade e as formas de nela intervir, fosse no plano individual, familiar, social, político ou fosse no plano econômico.

O conjunto dessas trocas pareceu abrir caminho para análises cada vez mais voltadas para a interface entre o mundo sociocultural e o mundo conceitual, potencializando a constituição de uma consciência reflexiva. Processo para o qual a linguagem, segundo Capra (2002), surgiria como incontornável, à medida que possibilitasse o fluxo de informações, capazes de criar imagens mentais, pensamentos e significados que se desdobrariam em outras informações. Consequentemente, isso geraria a contínua necessidade de agir conforme uma

determinada intenção ou objetivo, aspecto este que refletia a projeção de imagens mentais para um futuro desejável.

Levando em conta o ponto de vista de Capra (2002), poderíamos pensar que o significado constituiu uma prerrogativa essencial para mobilizar o interesse e a ação das sisaleiras e sisaleiros. No entanto, como o significado emergiria intrinsecamente ligado a uma visão específica de ser humano e de sociedade, forjados pela história e pela tradição, não raras vezes atravessado por questões ideológicas e relações de poder, ele necessariamente remeteria à necessidade de uma interface com uma teoria crítica. Essa teoria crítica seria necessária como caminho para a construção de uma análise hermenêutica a respeito de como a história, a tradição e a ideologia estariam ligadas a relações de poder.

No caso da mobilização social, que estava sendo gestada pelos sisaleiros e sisaleiras, a construção dessa teoria provavelmente esteve relacionada com os fóruns de discussão promovidos pelos 'círculos bíblicos'. Estes círculos, de acordo com Nascimento (2003), sob a coordenação e com o apoio das pastorais rurais do movimento progressista-católico, realizavam semanalmente a leitura do evangelho associada à leitura da realidade, integrando na acepção de Habermas (*apud* CAPRA, 2002, p.92), o conhecimento empírico à hermenêutica. Tal práxis permitiu a superação de certas restrições decorrentes das já mencionadas questões ideológicas e relações de poder, permitindo um distanciamento reflexivo sobre as condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do território, pois que

> [a] o lado de toda uma vivência comum com o manejo da terra, os criatórios e os plantios, a ação missionária intensificava-se discutindo aos problemas da vida no campo e da própria situação dos agricultores sertanejos, generalizavam-se uma consciência coletiva e fortalecia-se uma identidade cultural. Foi [...] dessa base social originária que se desencadeou uma série de lutas em prol da retomada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do controle patronal para reerguê-lo novamente como instrumento político dos trabalhadores rurais na reivindicação de justiça social e controle da miséria [...]. (NASCIMENTO, 2003, p.36)

A construção gradativa da organização social camponesa no Território do Sisal aproximou-se da noção de território apresentada por Armando Silva (1998), que se constituiu a partir da ideia de que o território seria uma objetivação multidimensional da apropriação social do espaço. Assim, cada grupo social ou o indivíduo, com base em imagens, representações e projetos tomaram consciência do seu espaço de vida, partindo, do nosso ponto de vista, para a construção de processos de intervenção, porque há "desigualdades sociais que são em primeiro lugar, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde

cada qual se encontra. [Daí] seu tratamento não poder ser alheio às realidades territoriais. O cidadão é um indivíduo no lugar." (SANTOS, 2002, p.116)

Foi por ter despertado para as especificidades históricas dos desafios relacionados ao seu desenvolvimento que o Território do Sisal, através, principalmente de suas organizações camponesas, começou a dar os primeiros e significativos passos no sentido de quebrar a cultura da ausência de planejamento. E, através do diagnóstico participativo da sua realidade, as sisaleiras e sisaleiros passaram a lutar pelo direito de participação nos fóruns de debate e promoção de políticas, qualificando-as para que se tornassem capazes de responder às principais demandas dos segmentos sociais menos favorecidos. Fica evidenciada, portanto, a opção pela valorização da dimensão educativa da participação.

2.2 Fóruns participativos sisaleiros e sua dimensão educativa

A análise da dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do Sintraf/Serrinha remeteu-nos à busca por uma maior compreensão do conceito participação. Segundo Japiassu (1996), este conceito originou-se do latim *participatio*, significando ato de tomar parte em algo. A ideia, porém, de tomar parte, à medida que definiu o conceito, também o tornou abrangente, pois o remeteu à diversidade das perspectivas da participação nela inscritas. De acordo com Teixeira (2001), tal diversidade poderia envolver desde a frequência em atividades religiosas, culturais, esportivas até o comparecimento em assembleias e passeatas; constituindo formas diferenciadas de expressão e ação coletiva, com ou sem conteúdo político explícito, a depender de seus objetivos e contextos.

O nosso estudo, entretanto, a respeito dos processos que resultaram no estabelecimento dos fóruns de participação no território sisaleiro e sua relação com a dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do Sintraf/Serrinha, configurando a dimensão mais intensa da participação. Dimensão que, segundo Bordenave (1994), diria respeito não à forma, mas à substância representada pela opção consciente e comprometida de tomar parte. Com efeito, de acordo com Bordenave (1994), essa participação compreenderia a intervenção das pessoas nos processos dinâmicos que constituiriam ou modificariam a sociedade através da expressão e defesa de objetivos, necessidades e interesses comuns, influindo de maneira direta nos poderes públicos.

A dimensão mais intensa da participação, na acepção de Albuquerque (2007), poderia ser definida como participação cidadã, onde as atrizes e atores sociais tomariam parte

em questões de interesse público, elaborando, implementando e/ou controlando as políticas sociais. Para Cunha (2007), essa dimensão seria fundamental para a operacionalização do ideal deliberativo, o qual, através de fóruns deliberativos plurais e inclusivos, diferentemente do sistema político tradicional, produziriam decisões legítimas acerca de ações públicas.

No território sisaleiro, a exemplo do que demonstraram Antônio Nascimento (2001), Ramos (2001), entre outros, o estabelecimento dos fóruns de participação foi uma conquista dos movimentos e organizações camponesas. A compreensão da forma como esse processo foi estruturado demandou um resgate histórico do impacto da empreitada colonizadora sobre esse território; bem como, das formas de resistências criadas diante dela pelas trabalhadoras e trabalhadores rurais.

Marcado por profundos contrastes sociais, o Território do Sisal carregou as marcas indeléveis do processo de colonização brasileira: concentração da propriedade, da riqueza e do poder. A gênese desse processo ancorou-se nas conveniências da expansão capitalista nas Américas, a qual encontrou na empreitada colonizadora lusitana um valioso suporte, à medida que esta, baseada no controle exógeno e centralizado, possibilitou a transição das formas pré-capitalistas feudais para o capitalismo industrial.

Internamente, esse capitalismo impôs ao estado brasileiro o papel de comandar a modernização e a transformação da sociedade. De acordo com Paludo (2001), tal processo foi consolidado ao longo de três principais fases: a primeira desenrolou-se durante a transição da sociedade agrário-exportadora para a sociedade urbano-industrial; a segunda, iniciada com a Revolução de 1930 e a emergência do Estado Novo, foi marcada pela afirmação da sociedade urbano-industrial com ênfase no nacional-desenvolvimentismo e na substituição das importações; a terceira foi inaugurada pelo golpe militar e pela ditadura em 1964, quando ficou clara a opção pelo desenvolvimento quase totalmente subordinado ao capitalismo externo.

A despeito das especificidades históricas, apontou Paludo (2001), essas fases apresentaram como ponto de interseção o caráter indiscutivelmente exógeno de um projeto de desenvolvimento que ratificou a opção pelo crescimento econômico em detrimento de interesses sociais mais amplos. Típica dos países que não experimentaram uma revolução política comandada pela burguesia, acrescenta Velho (1976), tal construção favoreceu a emergência de um capitalismo autoritário. Trata-se, portanto, de um capitalismo herdeiro direto de sistemas de repressão da força de trabalho e produtor da exclusão dos segmentos sociais mais fragilizados, que se baseou numa dominação particularmente intensa da instância política.

De acordo com Velho (1976), adotada de forma cada vez mais consciente pelo Estado, principalmente a partir da década de 40, a política desenvolvimentista prosseguiu evitando qualquer confronto ou desconforto com o sistema tradicional. Algo que expressou o compromisso da sociedade brasileira com as mudanças superficiais, onde, em geral, o passado não era superado, mas re-significado de forma que mudança e permanência constituíssem faces complementares, jamais antagônicas. Tal construção demonstrou que o mais relevante para o capitalismo autoritário era orientar estrategicamente o rumo do próprio desenvolvimento, contornando a identificação permanente com estruturas cristalizadas, evitando também a queda nos redemoinhos das mudanças incontroladas.

Assim, ressaltou Velho (1976), no âmbito do projeto de modernização brasileiro, o objetivo central era criar um sistema paralelo, que não entrasse em choque com os interesses do conservadorismo local. Justificou-se então o direcionamento de todos os esforços governamentais para a industrialização urbana em detrimento de qualquer medida de combate efetivo da pobreza no meio rural. No caso específico do Nordeste, a coexistência entre o governo e a poderosa ordem privada baseou-se na repressão da força de trabalho e na dominância autoritária do político. Compartilhada no princípio entre o Estado e as oligarquias locais, a partir de 1870, continuou Velho (1976), essa dominância foi paulatinamente transferida da instância privada para a estatal. Pois que a *necessidade de intervenção governamental em face das secas foi um exemplo particular das forças poderosas (internas e externas) que [levaram] a uma centralização do autoritarismo.*

Em que pesasse a qualidade das ações governamentais entre os anos de 1870 e 1950, demonstrou Velho (1976), ficou plausível que não tiveram a menor repercussão na transformação da estrutura agrária predominante na região; ao contrário, a ocupação temporária gerada pela construção de estradas e açudes que evitavam a evasão para o Centro-Sul da força de trabalho, em geral beneficiava os grandes senhores de terra. No âmbito do Território do Sisal, não deixou de ser capitalizado pelo ainda poderoso sistema oligárquico, que, auxiliado pela concepção fatalista dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Território do Sisal, reforçava no imaginário coletivo a ideia de que a justificativa pelas desventuras decorrentes das desigualdades sociais estava no plano metafísico.

Então, quase sempre cooptados pelas manobras da burguesia local, periodicamente esses sujeitos eram convocados a participar da legitimação eleitoral dos candidatos, que possibilitavam a consolidação dos interesses das elites. Como dimensão autoritária do processo democrático, a participação operada pelas trabalhadoras e trabalhadores rurais constituía-se numa espécie de simulacro. Nesse contexto, o conceito participação assumiu

uma dimensão ideológica, onde, segundo Teixeira (2001), reduzida a um ato eleitoral episódico e individual, não expressava uma liberdade de escolha, pois que a semelhança da *polis* grega, favorecia aos que tinham patrimônio.

Ao compor o cenário da democracia clássica, fundada na autorização representativa dos eleitos, a participação no Território do Sisal contribuiu para a sub-representação dos grupos socialmente mais vulneráveis: as trabalhadoras e os trabalhadores rurais. Sem efeito político significativo para a transformação do contexto sócio-econômico dominante no território, ela apenas fortalecia a marginalização dessa população frente à deliberação em torno de questões do seu próprio interesse. Fato que caracterizaria, nas palavras de Lüchmann (2006), o caráter instrumental, individualista e competitivo de um modelo democrático onde ficava claro o desprezo às cidadãs e cidadãos, quase sempre relegados à apatia e manipulação.

Diante disso, às trabalhadoras e trabalhadores rurais restaram basicamente duas alternativas: a submissão ou a ruptura com esse espólio histórico. Acatar a submissão significaria assumir e reproduzir o *script* dos baixos rendimentos, da escassez permanente de recursos para explorar a terra e da miséria aparentemente naturalizada no cotidiano. Optar pela ruptura remeteria em contraposição àquela reprodutiva e mecânica rotina, aventurando-se em nome de uma utopia coletiva, rumo à transgressão desafiadora das oligarquias rurais e de seu modelo de democracia marcado pelo baixo nível de participação.

Então, gradativamente, foi sendo criada uma cultura de mobilização social, oriunda da crescente convicção em torno da relevância de um projeto coletivo de sociedade. Nesse particular, parafraseando Teixeira (2001), a *praxis* participativa emergiu como resultado da mobilização de um poder político que não se confundia com a autoridade ou com o Estado. Isso ocorreu através de uma relação em que as atrizes e os atores sociais se apoiaram nos recursos disponíveis para se afirmarem como sujeitos de direitos e obrigações no espaço público. Sintonizada com a luta em torno do fortalecimento da democracia participativa, essa cultura de mobilização, de certo modo, expressou a tendência verificada a partir dos anos 60, a qual Lüchmann (2006) caracterizou como questionamento da redução da política a uma lógica individualista e competitiva em prol da retomada da articulação entre o conceito de cidadania e de soberania popular.

No âmbito da mobilização social, inaugurada no Território pelas trabalhadoras rurais e trabalhadores rurais, a mensagem cristã interpretada à luz do catolicismo progressista teve relevante influência, à medida que conclamava os sujeitos a uma renovação espiritual desafiadora da tradição e da indiferença, através de uma mensagem traduzida pelo exemplo do *Sermão da montanha*, com suas referências aos pobres de espírito, aos que tinham sede de

justiça, aos puros de coração. No seio dessa mensagem firmou-se a dimensão de comunidade traduzida pelo espírito de ajuda e solidariedade**,** baseado no fortalecimento da consciência política, a qual encontrou no catolicismo progressista suporte epistemológico .

Num contexto político sacudido nacional e internacionalmente pela explosão de movimentos contestatórios como o movimento de estudantes, o movimento de mulheres, o movimento negro; segundo Jezine (2006), o catolicismo progressista teve um papel preponderante no questionamento do modelo de democracia vigente no país. E, à medida que esses movimentos instituíram uma agenda de lutas norteada pela pluralidade dos direitos, constituíram-se numa contraesfera à cultura homogeneizadora e autoritária das políticas públicas do Estado.

Estimulados pelo trabalho pastoral liderado pelos setores mais progressistas da Igreja Católica, através do trabalho desenvolvido nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's)**,** a organização das trabalhadoras e trabalhadores rurais iniciou um processo de consolidação de alternativas que *lhes permitissem, por seus próprios meios, alcançar melhores condições de vida e de trabalho.* Desse modo, as organizações sociais autônomas que atuaram, não apenas na defesa de interesses pontuais, preocupando-se com questões gerais da sociedade potencializaram sua participação, dando-lhe um caráter político e transformador.

Principalmente na década de 80, essa conjuntura acabou por refletir nas bases sociais das comunidades rurais do Território do Sisal. Aspecto esse que traduziu o pensamento de Neves (2007) de que o fenômeno da participação social e coletiva nos espaços públicos da sociedade brasileira se deu no contexto da luta pela democratização da sociedade em meados dos anos 70. Nesse contexto, inúmeras atrizes e atores sociais, consolidaram espaços de resistência e luta por melhores condições de vida, através da denúncia do autoritarismo do Estado ditatorial.

Ancorada em valores e tradições de solidariedade e de ação coletiva, a cultura decorrente dessa participação constituiu um impulso relevante para a participação. Contudo, as CEB's, segundo Ramos e Antônio Nascimento (2001), foi apenas o elemento deflagrador desse processo que se desdobrou na criação do Movimento de Organização Comunitária (MOC), na retomada dos sindicatos do controle patronal pelos trabalhadores rurais liderados pela Confederação dos Trabalhadores em Agricultura (Contag) e Associação dos Pequenos Agricultores da Bahia (Apaeb). De acordo com Nascimento (2003), a criação do MOC em 1967 pela Cáritas Brasileira possibilitou um ambiente mais propício à maturação político-educativo da participação popular.

Norteado por uma linha de ação que rompeu com o aspecto assistencial, o MOC priorizou duas dimensões básicas: a social e a econômica. Além de privilegiar o contato direto com as comunidades rurais e as periferias, ressaltaram Ramos e Antônio Nascimento (2001), o trabalho de mobilização social promovido pelo MOC buscou também aprimorar os sistemas complementares ao processo: sistema escolar, onde atuou através da capacitação de professores rurais e na difusão de orientações técnicas ligadas à produção agrícola e às relações com o mercado. Além disso, de acordo com os autores anteriormente consultados (2001), a entidade voltou-se para capacitação de grupos comunitários e organizações, a fim de que estes pudessem interferir no implemento de políticas públicas voltadas especialmente para educação, geração de emprego e renda.

Conforme Nascimento (2003), o MOC fomentou iniciativas mais ousadas como a criação, no dia 02 de julho de 1980, da Apaeb. O surgimento da Associação de Pequenos Agricultores do Estado da Bahia/ Apaeb, segundo Ramos e Antônio Nascimento (2001), abriu outras fronteiras no processo de organização dos agricultores e trabalhadores rurais do Território do Sisal. Foi através da Apaeb, que os trabalhadores obtiveram orientação e suporte técnico para agregação de valor e para comercialização de seus produtos. Essa, contudo, não foi uma trajetória tranquila, pois as dificuldades se relacionaram, a princípio, à resistência criada pelos sindicatos. Estes, por sua vez, como observou Nascimento (2003), estavam sob o controle do patronato rural, como os de Ichu e Serrinha, sem falar no clima de incerteza por parte dos agricultores quanto aos reais benefícios que a Apaeb traria, bem como as questões relacionadas à autonomia e à gestão da cooperativa.

A despeito dos desafios enfrentados pela Apaeb, segundo Ramos e Antônio Nascimento (2001), a experiência exitosa de Valente despontou como referência**,** tanto pela qualidade internacional da sua produção de tapetes de sisal, quanto por garantir 700 empregos diretos. Contudo, no momento em que seu foco deixou de ser estadual para ser local, outro grande salto proporcionado pela Apaeb no Território do Sisal, como ressaltou Antônio Nascimento (2003, p.62) foi a formação em cada município de lideranças eticamente comprometidas, visto que conviviam mais de perto com as situações reais de exclusão e ajudavam a fortalecer o papel político das organizações de trabalhadores rurais e a viabilizar seus projetos econômicos alternativos.

Ao exigir um processo permanente de capacitação e conscientização individual e coletiva, a participação trouxe consigo um caráter e um desafio educativo. Pois que, de acordo com Mill (1963, p. 229 *apud* PATEMAN, 1992, p. 46) as qualidades necessárias à participação deveriam ser fomentadas e desenvolvidas em nível local. Já que seria por meio

da participação nessa escala que as atrizes e os atores sociais aprenderiam a viver deMOCraticamente. Diante disto, a ênfase nas instituições políticas locais, segundo Pateman (1992), não seria a única extensão que Mill fez da hipótese sobre o efeito educativo da participação. Ele partiu do argumento relativo à 'complacência crítica' da multidão apoiar-se na sugestão de que a participação auxiliaria no acolhimento coletivo das decisões. Desse modo, a existência de instituições representativas em nível nacional não bastaria para a democracia,

> pois o máximo de participação de todas as pessoas, a socialização ou o 'treinamento social', [precisariam] ocorrer em outras esferas de modo que as atitudes e qualidades psicológica necessárias [pudessem] se desenvolver. Esse desenvolvimento [ocorreria] por meio do próprio processo de participação. A principal função da participação na teoria democrática seria, portanto, educativa; educativa no mais amplo sentido da palavra, tanto no aspecto psicológico quanto no de aquisição de prática de habilidades e procedimentos democráticos.(PATEMAN, 1992, p.60)

Então, segundo Sorrentino (*apud* LOUREIRO, 2005 p. 82), a dimensão educativa da participação possibilitaria a gestão e o compartilhamento de espaços, interesses e sonhos, favorecendo o exercício do diálogo, da solidariedade, da responsabilidade social. Daí a assertiva de Pateman (1992), de que a justificativa do sistema democrático decorreria primordialmente dos resultados humanos obtidos através do processo participativo. Para ele, era através da discussão política que o indivíduo se tornaria conscientemente membro da grande comunidade. De modo que sempre que ela ou ele tivessem algo a fazer pelo público, o faria mobilizada ou mobilizado, não apenas por conta dos interesses relacionados com o seu bem-estar , mas com o bem-estar coletivo , o qual dependeria do seu empenho.

Esse trabalho de formação de lideranças, aliado aos que já estavam em curso, conforme apontaram Ramos e Antônio Nascimento (2001) foi importante para retomada dos sindicatos rurais do poder patronal. Exatamente por ter sido deflagrado num período de transição política (fim da ditadura e retomada da democracia na década de 80), esse momento foi marcado por tensões e conflitos e, em conseqüência, os aparelhos repressivos do Estado não raras vezes foram mobilizados.

O processo de participação construído localmente pelas trabalhadoras e trabalhadores rurais, parafraseando Lüchmann (2006), pareceu constituir-se como alternativa, tanto para a herança da teoria política liberal (com ênfase no papel do mercado), quanto para a teoria marxista (com ênfase no papel do Estado), incorporando a necessidade de combinar a ampliação da participação direta com os mecanismos da democracia representativa (eleições,

garantias das liberdades, etc). Fato que com base no pensamento de Lüchmann (2006), nos levou a concluir que as propostas da democracia participativa construídas pelas trabalhadoras e trabalhadores rurais pressupunham não somente o aumento do senso de eficácia política, como o desenvolvimento humano através dos processos participativos.

Como ressaltam Ramos e Antônio Nascimento (2001), a despeito das dificuldades, a retomada dos sindicatos foi inevitável em todo o território e, consolidada a retomada, era preciso avançar em relação ao cumprimento de leis que atendiam aos interesses dos trabalhadores. Então, contando com o apoio de setores da sociedade civil sensíveis à causa da justiça social, a mobilização promovida pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, e apoiada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (Contag), também retomada do controle das oligarquias estaduais, culminou com a criação da Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares do Território do Sisal (Fatres), em 1996.

A Fatres, que, de acordo com o documento TERRITÓRIO DO SISAL - PLANO TERRITORIAL... (2007), constituiu-se numa sociedade civil, sem fins econômicos, de natureza beneficente e de utilidade pública municipal e estadual, fundada em 1996. Desde a sua fundação, em sintonia com o MOC e a Apaeb, a entidade priorizou a mobilização e a articulação das organizações sindicais rurais para que estas pudessem fazer frente a alguns dos problemas mais prementes no contexto rural do território: inicialmente a seca, a luta pelos direitos previdenciários das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais mutilados do sisal, a erradicação do trabalho infantil, o acesso a terra, entre outros.

Então, à proporção que os trabalhadores e trabalhadoras rurais do Território do Sisal começaram a tomar parte dos espaços públicos com relativa capacidade de disputa política e cultural, gradativamente demarcaram seu lugar político diante da sociedade e do Estado. Lugar onde, segundo Teixeira (2001), as atrizes e os atores sociais utilizaram os recursos disponíveis para fazer valer seus interesses, aspirações e valores, afirmando suas identidades e assumindo a luta por seus direitos. Nesse sentido, do ponto de vista de Nascimento (2003), as ações do MOC no semiárido possibilitaram a tomada de consciência da própria realidade das trabalhadoras e trabalhadores rurais, que, por meio do compartilhamento coletivo de saberes e aprendizados, redescobriram suas lutas, recriando suas formas de intervenção, subsistência e convivência com a sociobiodiversidade do território.

Ainda de acordo com o documento TERRITÓRIO DO SISAL - PLANO TERRITORIAL... (2007), o trabalho de mobilização e articulação política exigiu uma melhor qualificação política dos representantes. Para tanto, a Fatres investiu na formação como processo de consolidação de uma cultura política onde os envolvidos aprendessem a conhecer

discutir, sistematizar, formular, propor, negociar e reivindicar a implementação e o fortalecimento de políticas públicas que possibilitassem aos sisaleiros viver dignamente em seu próprio território.

A análise anteriormente descrita corrobora com o ponto de vista de Paludo (2001), para quem a participação dos movimentos sociais na esfera pública ao longo dos anos 70/80, além de representar uma contraposição aos desdobramentos específicos do projeto de modernidade brasileiro, apontou para o aprofundamento de concepções e práticas que procuravam articular a democracia com a justiça social rumo a outro projeto de sociedade. Nesse sentido, destacou Pereira (2007), a participação política apresentou um caráter estratégico, pois promoveu a redescoberta das práticas societárias através das quais os que foram deixados à margem poderiam se inserir na esfera de luta em torno de um projeto societal voltado para a inclusão material e simbólica.

O conjunto dos processos organizativos que se desenrolaram no Território do Sisal, possibilitou, através das articulações entre instâncias locais - os sindicatos rurais e a Fatres, regionais - o MOC, nacionais - a Contag internacionais – Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Fundo das Nações Unidas para Proteção da Infância (Unicef) e entre outras - algumas conquistas pontuais, como: a criação de mecanismos de segurança no processo de desfibramento do sisal, evitando assim a mutilação de milhares de trabalhadores; a aposentadoria provisória dos mutilados; a consolidação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). Tanto os processos organizativos, quanto as articulações feitas através deles, parafraseando Silva (2006), possibilitaram o estabelecimento de redes, fóruns e articulações autônomas de políticas públicas que passaram a existir e agir formulando, disputando plataformas e aperfeiçoando práticas coletivas de controle e gestão sobre a ação do Estado.

Tal processo nos levou a considerar que a construção histórica dos processos e esferas participativas por parte das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais no Território do Sisal dialogou com as tendências históricas dominantes da democracia participativa nas últimas décadas do século XX no Brasil. De acordo com Neves (2007), ao longo dos anos 80, a participação social e coletiva teve um caráter mais reivindicativo, refletindo o conflito em torno da priorização de uma agenda mais social. Ao longo dos anos 90, a participação deixou de ser um confronto com o Estado, caracterizando-se como ‘participação negociada’, em processo de cogestão entre o Estado e a sociedade civil. De modo que nessa década houve, segundo Neves (2007), *um processo de institucionalização da participação, pelo qual se*

[organizou] o cotidiano dos atores sociais no poder local, evidenciando a estreita relação entre democracia e cidadania e a ampliação dos espaços democráticos.

Localmente o Codes constituiu uma importante conquista nesse sentido, criado em dezembro de 2002, o referido conselho possibilitou uma oportunidade inédita de construção, acompanhamento e execução participativa e horizontalizada de políticas públicas no território. De fato, ao reunir paritariamente representantes dos vários segmentos que constituem a sociedade civil (a exemplo de sindicatos, cooperativas, associações), além, naturalmente, do poder público representado pelas prefeituras e por instituições parceiras, como a Uneb – Campus XI e XIV, o Codes se constituiu como um espaço democrático sem precedentes na história do território sisaleiro. O pressuposto do sucesso seria sempre a dimensão educativa da participação, pois aprender seria mais dialogar e intervir nos processos de desenvolvimento territorial.

A metodologia de gestão apoiada em sistemas descentralizados e participativos, na fluidez e densidade de informação e no estabelecimento de parcerias e articulações em rede, na qual se apoiava o Codes, aparentemente vem possibilitando a formação gradativa de uma cultura de compartilhamento do poder e das responsabilidades frente ao desenvolvimento territorial. Tal processo mostrou-se indiscutivelmente relevante para o fortalecimento da democracia substancial numa região historicamente marcada pela condução conservadora e autoritária dos interesses públicos.

Então, considerando as reflexões de Teixeira (2001), verificamos que nesse tipo de interface política entre as trabalhadoras e os trabalhadores rurais e o Estado, houve uma relação de poder emanada, tanto pelo Estado, quanto pelas atrizes e atores sisaleiros que, articulados a grupos de pressão, buscam uma inserção efetiva nos fóruns de decisão das políticas públicas, o que possibilitou uma participação ampliada e de conteúdo emancipatório. Daí, ainda segundo Teixeira (2001), a relevância da noção de participação forjada pelos movimentos sociais: ao distanciar-se da institucionalidade e da lógica técnico-burocrática, com procedimentos e regras próprias continuamente suscetíveis à revisão oriunda da ação-reflexão-ação, essa noção potencializou a ação desses movimentos frente ao Estado, à sociedade política e ao mercado.

Apesar do Codes Sisal ter a composição paritária e esta ser bastante representativa, segundo o documento PROPOSTA DE FORMALIZAÇÃO... (2007), havia ainda um longo caminho a ser percorrido até que estivesse assegurada a ampla participação nos processos de planejamento e gestão das políticas para o desenvolvimento. O poder público e a sociedade civil se fragilizaram, tanto pela irregularidade de participação dos seus representantes, quanto

pela qualidade das propostas levantadas e na manutenção das ações delas decorrentes. Independente, entretanto, dessas discrepâncias na participação de ambos os segmentos, o conselho constituiu um importante fórum para o fortalecimento da democracia participativa no território.

Assim, a despeito dos recuos, entraves e avanços, o Território Sisaleiro prosseguiu editando uma história que parece não ter conseguido contornar a dimensão coletivizada e participativa. As maiores conquistas e /ou desafios, todavia, pareceram permanecer no campo do aprimoramento dos mecanismos de participação e consolidação das práticas democráticas substanciais, algo extremamente complexo na contemporaneidade.

De certo modo, tal dimensão refletiu a tendência mundial contra-hegemônica, à medida que essas organizações, conforme Boaventura Santos (2005) se inseriram na luta pela ampliação do poder político, através da inserção de atores sociais excluídos. Esse processo, de acordo com Teixeira (2001), em maior ou menor escala, implicou-se o controle social do Estado e do mercado, em função de parâmetros definidos e negociados nas esferas públicas pelas diversas atrizes e atores sociais. Mais que isto, esse processo colocou em evidência questões de ordem cultural, que, conforme Pereira (2007), ao reconhecer a heterogeneidade dos sujeitos, prática e temas, o projeto participativo procurou ampliar a noção de política e educação, contrapondo-se ao reducionismo democrático hegemônico.

2.3 Educação Popular e o fortalecimento político das trabalhadoras rurais

Até pouco tempo, segundo Giulani (1992), prevalecia a ideia de que seria muito difícil mobilizar as trabalhadoras rurais, já que considerando a hegemonia masculina que dominou as relações sociais no cenário camponês, em tese elas seriam as principais depositárias e reprodutoras dos valores patriarcais dominantes na sociedade rural brasileira. Para Giulani (1992), no entanto, pesquisas comprovaram exatamente o contrário. Embora muitas dessas mulheres se inserissem no sindicalismo**,** através do incentivo direto ou indireto de um pai associado ou fundador do sindicato e, embora muitas delas tenham participado diretamente da eclosão do feminismo, isto não as tornou menos capazes de dar continuidade à luta pela revisão da feminilidade. Ao contrário, rápida e entusiasticamente, elas conseguiram incorporar em suas concepções políticas a visão mais ampla de cidadania, discutindo as condições específicas da profissão e do cotidiano doméstico.

A participação das mulheres nos sindicatos rurais, conforme Giulani (1992) percorreu um longo caminho, que foi iniciado nos debates sobre as condições de vida em

pequenos grupos, quase sempre de matriz religiosa, ligados a pastorais; quando não eram de matriz laica, formados a partir das mobilizações de resistências às expulsões dos moradores das fazendas. O fato é que, tanto uma vertente quanto outra, se ligava a grupos comunitários organizados pela Igreja Católica. Este foi um aspecto que revelou que**,** embora vinculada ao poder dominante, apoiando-o na conformação de subjetividades, a Igreja não havia conseguido suprimir em suas bases o ideário comunal do cristianismo primitivo.

Foi assim que, estimulado pelo pensamento de humanistas franceses**,** como padre Lebret, Chardin e De Lubac e também pelas transformações desencadeadas através das revoluções progressistas, como a Cubana pela interface com o marxismo decorrente do engajamento de intelectuais orgânicos, que, segundo Menezes Neto (2007), floresceu entre os católicos, ao longo das décadas de 50 e 60, o ideário de um cristianismo social, marcado pelo envolvimento político na luta contra as desigualdades, a opressão e a miséria decorrentes da propriedade privada dos meios de produção e da consequente exploração de uma classe por outra. Esse cristianismo encontrou na Teologia da Libertação a sua tradução mais expressiva.

Sistematizada ao longo de vários encontros de cúpula, realizados, em sua grande maioria na América Latina, a Teologia da Libertação, segundo Iokoi (1996), partia do princípio de que o ser humano precisava consolidar uma libertação integral, processo este que impunha a necessidade de considerar aspectos sociais, econômicos, políticos e religiosos. Evangelizar nessa perspectiva, segundo Iokoi (1996), significava proclamar e realizar a palavra na luta pela superação da miséria e da pobreza do povo de Deus. Essa prática revolucionária, a um só tempo, foi conversão do coração e edificação da Igreja pela transformação das estruturas que determinaram as violentas condições de vida do povo. Tal processo não poderia realizar-se sem a luta diuturna pela libertação temporal e espiritual, aspecto indispensável à superação das cadeias que impediam os seres humanos de chegarem ao reino dos céus.

Assim, mesmo resistente à aproximação entre os ideais cristãos e marxistas, diante da força dessa perspectiva teológica, a alta hierarquia do Vaticano, segundo Menezes Neto (2007), não teve alternativa, a não ser buscar uma adequação a este momento político para não perder o controle de suas bases. O Concílio Vaticano II**,** realizado em 1965 sob o papado de João XXIII, e a Conferência Episcopal Latino-Americana, convocada em 1968, em Medellín, na Colômbia, pelo Papa Paulo VI e em 1978, em Puebla, pelo Papa João Paulo II, foram eventos emblemáticos nesse sentido. Através de seus documentos, as Conferência**s** ratificaram o compromisso da Igreja com as mudanças sociais e políticas que se processavam na América Latina, defendendo entre outras coisas o direito de greve e a denúncia da

violência política**,** conduzida pela direita opressora do continente. Como consequência, no Brasil, a Conferência Nacional dos Bispos (CNBB) estimulou

> a participação dos leigos em seus órgãos anexos como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a Comissão pastoral da Terra (CPT) e a Comissão de Justiça e Paz (CJP). Medellín propiciou uma maior aproximação da igreja Católica com a Conferência foram fundamentais para o estabelecimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), que uniram a partir de pequenos grupos a reflexão política com a dimensão do sagrado. (MENEZES NETO, 2007, p.333)

As transformações desencadeadas pela Teologia da Libertação favoreceram uma interface mais horizontalizada entre as camadas populares e a Igreja, fato que, na avaliação de Iokoi (1996), apresentou um caráter revolucionário, especialmente por possibilitar o diálogo com a diversidade e a legitimidade da cultura popular, o que rompeu com o universalismo abstrato e promoveu uma releitura da história, sob a ótica dos grupos subalternos, representados preferencialmente pelos índios, negros e mulheres. A dimensão comunitária, por ser considerada central, legitimou-se, por isso deveria ser realizada em diálogo e complementaridade de funções, pois que os membros da hierarquia deveriam congregar-se aos que tinham o dom e a força necessária à libertação.

Diante disso, ressaltou Iokói (1996) que, na relação com os pobres, um dos pontos cruciais na relação com os pobres seria a evangelização e a atuação na sociedade concreta, daí a aproximação entre os evangelizadores e as organizações políticas da América Latina. O esforço em torno da inserção concreta, integrada e vivencial justificava-se em função da necessidade de superação do plano reivindicatório. Práxis o que culminaria no gerenciamento efetivo das conquistas sócio-políticas, através do apoio a movimentos sociais, para que a sociedade organizada não fosse presa fácil das ações organizadas com base no patrimonialismo e na política do favor. No entanto, seria relevante destacar que apesar do seu nobre objetivo, essa bandeira também se prestava à coibição da penetração do Partido Comunista entre as camadas populares.

A despeito disto, não poderíamos desconsiderar as contriuições as contribuições da Teologia da Libertação, como diria Nóbrega (1988), para a tomada de consciência acerca da situação de opressão em que estavam imersas essas camadas populares. A descoberta das nuanças das relações sociais de opressão, seus agentes e mecanismos demandavam a passagem do senso comum à consciência crítica, aspecto que exigia o engajamento coletivo, capaz de produzir um poder popular que se contrapusesse ao modelo opressivo.

O esforço em torno da consolidação desse poder pareceu indiscutivelmente ligado à consolidação de um saber edificado através de uma práxis educativa voltada para as circunstâncias concretas da vida. Como desdobramento do catolicismo progressista, essa era a proposta das CEB's: consolidar o saber popular. Para Nóbrega (1988), a definição das CEB's esteve implicada a um tipo de comunidade de base marcada pela mobilização permanente de uma parcela representativa de pequenos agrupamentos sociais, em torno de objetivos comuns. Eram ditas eclesiais em função do sistema de valores cristão-católicos que as norteavam.

Dentro do arcabouço pedagógico das CEB's, segundo Nóbrega (1988)**,** havia uma identificação entre o Cristo pobre e os problemas concretos enfrentados pelos camponeses. O processo educativo acolhia os valores da cultura camponesa e agregava-os aos valores do Evangelho. Ao valer-se de um trabalho de indução problematizadora e dialógica, a pedagogia desenvolvida no seio das CEB's promovia a transição de uma perspectiva mítica para uma análise mais sócio-histórica dos fenômenos relacionados à injustiça e à exclusão social.

As contradições surgidas da relação informação/sujeito informado potencializaram um processo formativo instituidor de uma nova visão de mundo, onde as pessoas, não apenas se descobriam parcelas de uma classe com interesses antagônicos aos da classe dominante, como também se percebiam produtoras de um conhecimento cada vez mais elaborado, lógico, orgânico e politicamente engajado. Esse saber estimulou um forte apelo à justiça para que, sendo vontade de Deus, passasse a constituir-se numa meta obrigatória e não mais numa dádiva para os trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Ao que pareceu, a dimensão do sagrado perpassou intensamente esse momento singular da Igreja engajada, pois, apesar do trabalho pastoral nos centros urbanos, a opção pelos pobres se direcionou preferencialmente ao campesinato,. Opção justificada pelo simbolismo da terra enquanto emblema do Templo Sagrado do nascimento, fertilização e colheita, ou seja, Pai, Filho e Espírito Santo. No contexto específico do então Sintraf/Serrinha, onde a luta era pela filiação feminina e pela tomada do sindicato do controle do poder público municipal, o apoio dos segmentos progressistas da Igreja foi relevante, embora estes segmentos fossem marcadamente norteados por uma visão androcêntrica[5], como atestou a metáfora da terra como emblema do Tempo Sagrado.

Através da articulação entre a Pastoral Rural e o Movimento de Educação de Base (MEB), foram dados os primeiros passos para o processo de organização. Foram constituídos

[5] De acordo Sarda (1987) citada por Pereira Vasconcelos (2005), o androcentrismo constituiu um discurso histórico que representou a incorporação e a difusão do ponto de vista masculino, como algo generalizavel a toda humanidade.

grupos que iniciaram a mobilização das bases, através da discussão de temáticas que surgiram espontaneamente nas plenárias, como a luta contra a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a produção de um saco de feijão, por exemplo, e outras questões de visibilidade, como as questões de gênero, saúde, previdência social e a filiação das trabalhadoras. No esteio das ações desenvolvidas pelas pastorais e pelo MEB, o MOC também ingressou nesse processo e rapidamente passou a protagonizar a formação das bases, através da discussão sobre cidadania, sobre as reais atribuições do sindicato, além da introdução da discussão acerca das relações de gênero debatendo o papel da mulher na sociedade, entre outros temas.

Apesar das inegáveis contribuições das CEB's para a organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais engajados na luta pela tomada dos sindicatos rurais sisaleiros, conforme Nascimento (2000), seus limites ficavam cada vez mais claros, à medida que as ações do MOC se destacavam e apontavam para uma linha que extrapolava o elemento religioso e assistencial, rumo à busca da autonomia em duas dimensões básicas: a social e a econômica. A mudança da natureza das ações do MOC, assim como a sua postura cada vez mais independente frente à Diocese de Feira de Santana, causou certo desconforto à hierarquia católica, fato que veio determinar sua desvinculação dessa diocese.

> Em princípio dos anos de 1970, constituindo-se como entidade autônoma, o MOC passou a apostar na promoção de ações sociais de caráter organizacional e libertário com o intuito de favorecer o desenvolvimento comunitário e o combate à exclusão social. A entidade buscava sua nova identidade, primeiro, como organização não-eclesial e depois como organização não-governamental. (NASCIMENTO, 2000, p.41)

Conforme o documento O MOC NA LINHA DO TEMPO... (2007), a entidade ingressa no campo da Educação Popular, com uma razoável penetração nas comunidades rurais, sedimentada em meados da década de 70. Para tanto, estabeleceu uma parceria com A Assessoria em Educação Popular, do Rio de Janeiro. Esse foi um importante marco para a resignificação do trabalho de apoio à organização popular, haja vista o lançamento das bases para a ruptura com o modelo verticalizado de orientar as pessoas como agir e proceder frente os problemas cotidianos onde os técnicos e as pessoas das comunidades aprendiam e construíam os conhecimentos juntos. Tal perspectiva continuou sendo aprofundada nos anos posteriores.

O empenho contínuo em torno da transformação do contexto sócio-histórico, de acordo com o documento O MOC NA LINHA DO TEMPO... (2007), levou a entidade, ao longo da década de 80, a identificar nos debates sobre Educação Popular o protagonismo das

trabalhadoras e trabalhadores rurais e da dimensão comunitária. Outro aspecto relevante nessa caminhada foi a descoberta de que, se o generalismo (um único técnico deveria entender e tratar de todas as coisas e processos) não estava gerando impactos significativos, muito menos a setorização estava produzindo os resultados esperados. O grande desafio então era a busca de uma síntese, o que ocorreu com o aprofundamento da reflexão sobre o papel do MOC e das comunidades, bem como, da inter-relação do saber da comunidade e o saber técnico na construção, por ambos, de um novo saber. Nesse momento ficou clara a relação dialética entre *fazer acontecer às ações e saber esperar o momento das comunidades.*

Para Paludo (2001), tal ruptura foi resultado de uma maturação histórica, em que as classes populares buscaram o distanciamento, tanto da tutela política do Estado (a qual assumiu a feição clássica do populismo inaugurado por Vargas na década de 30), quanto da esquerda que**,** apesar das boas intenções, norteava-se por uma postura de 'fazer para' e não 'fazer com'. O pensamento de Paulo Freire, segundo Paludo (2001) foi extremamente relevante no processo de revisão do olhar e das relações que poderiam ser estabelecidas com as classes populares, que então conseguiram ser vislumbradas a partir da sua condição de sujeitos.

E, em razão do conjunto político-pedagógico da obra de Paulo Freire, Paludo (2001) o destacou como um dos importantes edificadores da Educação Popular, concepção pedagógica que, além de ser brasileira, levou em consideração o contexto sócio-histórico e a necessidade de transformá-lo. Profundamente articulada ao projeto político das organizações populares, essa educação passou a estimular a participação das trabalhadoras e trabalhadores rurais na formulação e execução de projetos, assegurando intervenções concretas frente aos processos de exclusão, tanto na esfera privada, quanto na esfera pública. Então, diante da missão do MOC de atuar no apoio à organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais excluídos de tantos direitos, não haveria outra opção pedagógica possível senão a Educação Popular.

Para Nascimento (2003), foram as ações do MOC no Território do Sisal que deram início ao efetivo processo de empoderamento do campesinato frente aos problemas mais urgentes e que exigiam uma consciência social maior. Esse processo foi a fonte inspiradora de uma *práxis* que ensejou a consolidação de estratégias simples para vivenciar e compartilhar saberes de forma coletiva e alternativa. Em tal particular, conforme o autor referido anteriormente (2003), inúmeros foram os encontros e seminários que tornaram acessíveis e frequentes a troca de informações e conhecimentos, possibilitando a interferência na realidade e valorizando as lutas dos trabalhadores e trabalhadoras em suas formas de

subsistência/convivência com a sociobiodiversidade sisaleira. Podemos supor que esta ambiência favoreceu a participação das trabalhadoras rurais na gestão do Sintraf.

Em decorrência da postura cada vez mais independente da Igreja, a mudança da natureza das ações do MOC possivelmente influenciou o conjunto das concepções que norteavam a troca de informações e conhecimentos. Nesse sentido, no que tangeu à ação pedagógica**,** especificamente no campo das discussões de gênero, não seria difícil concluir o quanto essa crescente independência tornaria essa entidade bem mais "à vontade" para abordar a questão sob os diversos olhares que ela demandava; processo que, para a Igreja, seria bem mais difícil.

Sendo assim, embora trilhando os caminhos abertos pelo trabalho das pastorais católicas, das CEB's e das associações comunitárias, o MOC inicia uma trajetória mais autônoma. E foi esta autonomia que de certo modo o capacitou para uma abordagem mais ampla das complexas questões vivenciadas no contexto da luta pela filiação das trabalhadoras rurais no contexto do Sintraf/Serrinha.

A dimensão educativa da participação teve relação com o trabalho pedagógico iniciado pelas pastorais católicas e continuado pelo MOC. As trabalhadoras rurais, desejosas de uma participação política mais efetiva no Sintraf/Serrinha, começaram a driblar a resistência dos maridos, e em alguns casos dos filhos, como exercício de superação da confinação doméstica, rumo à ocupação dos espaços públicos.

É claro que esse processo decorreu inicialmente em função de interesses mais imediatos, como a busca pela autonomia em relação ao acesso aos precários, mas indispensáveis, serviços de saúde, além da conquista de direitos trabalhistas e previdenciários. Porém, a partir dos processos formativos desenvolvidos pelo MOC, paulatinamente, a ocupação política dos espaços no sindicato parece ter se qualificado. Tal qualificação pode ser constatada ao longo do tempo com o avanço na discussão sobre a migração dos esposos para os grandes centros urbanos e a sobrecarga de trabalho e responsabilidades recaída sobre as trabalhadoras rurais.

Através do ex-padre Albertino Carneiro, o MOC atuava na mobilização social, através de uma articulação pedagógica com a Pastoral Rural e com funcionários da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) e da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), que se identificavam com a proposta. Diante das especificidades do catolicismo marcadamente conservador do município de Serrinha, essa mobilização, que teve importante apoio da diocese de Feira de Santana, constituiu uma estratégia para driblar o

poder público municipal e também os maridos que obstaculizavam a filiação e a participação efetiva das trabalhadoras rurais no sindicato.

Desse modo, sob o pretexto de temáticas de cunho técnico, como procedimentos para obtenção de aposentadorias, os cultos e missas eram utilizados para convidar a comunidade a participar de reuniões, onde, o que efetivamente se pretendia era a mobilização para luta em torno da filiação das trabalhadoras rurais e da tomada do Sintraf do controle patronal. Dentro da discussão da luta pela filiação das trabalhadoras, foram surgindo temáticas que inquietavam demasiadamente as mulheres do meio rural da época**,** a primeira foi a imigração dos homens. Essa imigração ocasionava a sobrecarga das mulheres que, além da sua tradicional e extenuante jornada, tinham que assumir a geração e a gestão de renda adicional, sem nenhum direito ou controle sobre os rendimentos aferidos do que era produzido.

Posteriormente, foram surgindo outras temáticas, de forma que as mulheres do meio rural começaram a superar a invisibilidade sobre si mesmas, lançando um olhar sobre seu eu feminino no conjunto de suas necessidades, desejos e aspirações. Gradativamente estas mulheres foram superando os tabus com relação ao próprio corpo e iniciando um trabalho de fortalecimento da autoestima.

Posteriormente o aprofundamento do olhar sobre si mesma se desdobraria no fortalecimento da luta pela filiação e consequente da ocupação do espaço público do Sintraf/Serrinha. Alcançada essa meta, o processo formativo alcançar uma outra perspectiva , a qual transcedeu a proposta inicial do MOC, já que a partir daí assumiu a singularidade de um processo orientado pelas trabalhadoras em meio aos desafios e possibilidades engrendrados pela participação na gestão. Em tal particular, entraria em cena a assertiva de Josso (2002), de que a experiência (participativa) engendraria uma tomada de consciência acerca da própria formação, de modo que através do processo experiencial, os saberes necessários a consolidação da práxis gestora das trabalhadoras foram se constituindo.

Encarada do ponto de vista do aprendente, nas palavras de Josso (2002), a formação conscientemente empreitada pelas trabalhadoras se tornaria um conceito gerador ao qual se agregaria outros conceitos descritivos como: temporalidade , experiência , aprendizagem , conhecimento e saber-fazer, consciência, subjetividade, entre outros. Então, com base no pensamento de Josso (2002), embora a dimensão educativa da participação das trabalhadoras não ignorasse ou contornasse o conhecimento formal, a ele não se restringiria. Pois que essa dimensão educativa decorreria também do inventário dos recursos experienciais acumulados e das transformações identitárias. As quais permitiriam o reagrupamento do que foi aprendido em termos das negociações estabelecidas pelas trabalhadoras consigo mesmas e com o

ambiente humano e natural onde estavam inseridas, demarcando não apenas seu pertencimento simbólico-afetivo , como sociocultural. Tal construção pareceu ter sido de fundamental importância para que as trabalhadoras não apenas consolidassem a sua participação na gestão do Sintraf/Serrinha, como se inscrevessem no debate contemporâneo em torno dos modelos democráticos mais plurais.

2.4 Trabalhadoras rurais e a organização social – o Sintraf/Serrinha

A mobilização e organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais sisaleiros na segunda metade do século XX, à semelhança de outras lutas em torno dos direitos coletivos, das cidadanias plurais, parafraseando Boaventura Santos (2003), traduziram as tensões entre a diferença e a igualdade e entre a exigência de reconhecimento da diferença e a redistribuição que permitisse a consolidação da igualdade. Essas tensões estiveram no centro das lutas de movimentos e iniciativas emancipatórias que contestaram as reduções eurocêntricas em torno dos universalismos atribuídos à cultura, à justiça, aos direitos, à cidadania, e propuseram práticas mais inclusivas e capazes de dialogar com a diferença.

Segundo Boaventura Santos (2003), a grande participação dos movimentos sociais nos processos de democratização nos países da América Latina colocou em pauta a necessidade do estabelecimento de uma nova relação entre o Estado, o privatismo dos recursos públicos, a sociedade e a diversidade. Negligenciadas pela homogeneização desencadeada pelo paradigma científico e político econômico eurocêntrico, a diversidade representada por questões seculares, como o domínio masculino e consequente marginalização e invisibilidade feminina foram exaustivamente denunciadas e problematizadas na contemporaneidade pelo feminismo e pelos debates de gênero.

Os estudos e pesquisas motivadas pelas análises feministas e as análises de gênero deram conta de que, mesmo não aparecendo de forma efetiva nos anais da história, muitas mulheres criaram contraesferas de poder mais ou menos visíveis, como o caso das supostas bruxas; as quais, em função da ameaça que representavam aos dogmas e à hierarquia patriarcal, tornaram-se uma grande preocupação e um alvo para a Santa Inquisição e, mais adiante, para o paradigma científico ocidental. Em alguns contextos sócio-espaciais, ficou notório o poder de influência feminina, que, não raras vezes na alcova, determinava os rumos de importantes decisões da esfera pública.

Esses modos de exercer poder, todavia, pareceram não ser efetivamente suficientes para reverter a situação de desigualdade que historicamente atravessou a existência feminina

no contexto ocidental. Daí, o tempo demonstrar que seriam necessárias ações que extrapolassem as sutilezas do mundo privado, rumo à consolidação de espaços políticos no universo público. De acordo com Louro (1997), isoladas ou coletivas, as ações dirigidas contra a opressão das mulheres foram observadas em muitos e diversos momentos da História, porém esse processo evidenciou-se de modo mais claro a partir do século XIX, momento em que despontou o feminismo como movimento social organizado. Assim, nos anos 80, década de efervescência dos movimentos sociais

> com apoio de organizações com atuação no campo, entidades sindicais, grupos feministas e partidos políticos, [as trabalhadoras rurais] passaram a reinvindicar e a promover a sua integração no movimento sindical. Nesse processo, inauguraram amplo debate sobre questões referentes ao seu papel social, entre outros, sobre a divisão sexual do trabalho e as discriminações e dias decorrentes, como a atribuição naturalizada do caráter complementar e de ajuda do trabalho feminino, dando início a uma profunda revisão da imagem social da mulher do campo. (PRADO, CAMPICI, PIMENTA, 2004, p. 304)

Então, no intuito de analisar as contribuições dos movimentos de trabalhadoras rurais para o debate sobre os desafios engendrados pelo esquema binário, que polarizou e estabeleceu hierarquizações nas relações de gênero, justificando as desigualdades em razão das diferenças; bem como o papel desse debate para a implementação de políticas públicas de inclusão e desenvolvimento local, é que coube aqui uma análise da luta das trabalhadoras rurais pela filiação ao Sintraf/Serrinha.

Entremeada pela luta em torno da abertura democrática do país e da sua consolidação jurídica, o esforço coletivo das trabalhadoras rurais do Sintraf/Serrinha ocorreu também sob a influência das mobilizações em prol do estabelecimento de espaço na Constituinte. Foi por ter despertado para as especificidades históricas dos desafios relacionados ao seu desenvolvimento que o Território do Sisal, através, principalmente de suas organizações camponesas, começou a dar os primeiros e significativos passos no sentido de quebrar a cultura da ausência de planejamento. E, através do diagnóstico participativo da sua realidade, passou a lutar pelo direito de participação nos fóruns de debate e promoção de políticas, qualificando estas mulheres para que se tornassem capazes de responder às principais demandas dos seus segmentos sociais mais desfavorecidos. Processo este estimulado, de acordo com Heredia e Cintrão (2006), no ano de 1988 pelo *1º Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais*.

A crescente participação feminina nos congressos seguintes, segundo Heredia e Cintrão (2006), foi decisiva para o aumento do número de mulheres que passaram a responder

pelas direções das federações estaduais dos sindicatos filiados à Contag. Como resultado de toda essa mobilização, em 2002, pela primeira vez, as mulheres apareceram nas pautas relativas à produção agrícola e à agricultura familiar, isto em função do reconhecimento da profissão de trabalhadora rural. Essa construção histórica traduz a constatação de Pinto (1992); da crescente resistência às desigualdades expressa nas relações societais entre homens e mulheres.

No território sisaleiro, até o início da década de 80, essa invisibilidade das trabalhadoras apresentava um caráter institucional no cotidiano do sindicato, haja vista que as trabalhadoras viviam sob a tutela de seus maridos. A ausência dessa tutela só se dava nos casos em que as mulheres eram consideradas chefes de família (viúvas, mães solteiras ou mulheres que não tinham convivência marital com homens). Afora esse caso, a grande maioria dependia dos homens para assegurar o vínculo com a instituição e ter acesso aos poucos e precários serviços/benefícios disponíveis à população rural, entre os quais se destacavam a assistência à saúde.

No âmbito privado, apesar de responder pela integralidade da gestão do lar, da educação das filhas e filhos e por setores importantes da economia familiar**,** as trabalhadoras rurais possuíam pouco ou nenhum poder deliberativo sobre estas questões. Ao que parece, sequer sobre si mesmas elas podiam deliberar, fato que, de certo modo**,** esteve implicado à própria invisibilidade. De certo modo**,** sua identidade confundia-se com a funcionalidade dos papéis que exerciam no ambiente doméstico, de modo que seu valor como pessoa e/ou sujeito diluía-se na extenuante rotina de trabalho, derivando daí o sentido único da sua existência.

À luz da análise de Bourdieu (2005)**,** ficou factível a autoanulação das trabalhadoras em razão de que a confinação ao universo do vilarejo, da casa e a todo conjunto dos ditames androcêntricos reforçavam a autodesvalorização e a submissão às funções que**,** desprovidas de qualquer reconhecimento, situavam-se no campo do ordinário e servil. Desse modo, simbolicamente voltadas à resignação e à discrição, as trabalhadoras rurais só poderiam exercer algum poder aceitando sua invisibilidade ou pelo menos negando um poder que elas só poderiam exercer por procuração.

Desse modo, destacou Bourdieu (2005), a ordem masculina se impôs dispensando justificação, exatamente porque a sua força residiu no fato de que se originou de uma construção arbitrária do biológico, de forma que a diferença anatômica entre os sexos, isto é, entre os corpos masculinos e femininos, justificando a dominação e a hierarquização entre os gêneros. Portanto, assim inscrito na ordem das coisas, o domínio masculino se impôs nas

regularidades da ordem física e da ordem social das posturas e atividades, o que cabia aos homens e às mulheres.

Ao demarcar o espaço das mulheres, segundo Bourdieu (2005), essa ordem física e social, as excluiu das tarefas mais nobres, assinalando-lhes lugares inferiores e sobrecarregando-lhes com as tarefas penosas e baixas. Por conseguinte, o êxito da visão androcêntrica esteve relacionado a uma reprodução desta visão, feita pelas próprias mulheres**,** que aplicavam a toda sua realidade esquemas de pensamento resultantes dessas relações de poder. Então, seus atos de conhecimento eram atos de adesão a essa visão androcêntrica, reproduzindo a violência simbólica de que eram vítimas, tornando a dominação como algo supostamente natural e aceitável.

Conforme Bourdieu (2005), os atos de conhecimento e reconhecimento que o poder simbólico desencadeava**,** e pelos quais os dominados contribuem muitas vezes contra a sua vontade, assumem a forma de emoções corporais (timidez, humilhação, ansiedade, culpa) ou de paixões e sentimentos (amor, admiração, temor, cólera) que configuram o conflito interno decorrente da cumplicidade subterrânea de um ser que se subtrai às diretivas da consciência e da vontade, em função das censuras inerentes às estruturas sociais. Daí a constatação de que enquanto relação social somatizada, lei social convertida em lei incorporada, do ponto de vista do gênero, as paixões do *habitus*[6] dominado não poderem ser sustadas com um simples esforço da vontade, alicerçado numa consciência libertadora.

De fato,com base no pensamento de Bourdieu (2005) tinha razão, a superação do *habitus* dominado não seria uma tarefa fácil para as trabalhadoras rurais do Sintraf/Serrinha. Por envolver uma operação de caráter individual e simbólico, já que a ruptura com uma cultura secular, incorporada objetiva e subjetivamente à vida dessas mulheres, exigiria uma permanente disposição para desnaturalização de posturas e práticas que reproduziam de modo quase automatizado o domínio masculino no cotidiano. E, embora a consciência da situação de opressão, por si só não desse conta desse desafio, constituiria o patamar inicial para sua problematização no plano subjetivo-privado e objetivo-público.

Mesmo desencadeada no contexto de uma luta por filiação, motivada pela necessidade de maior autonomia no momento de acessar os quase sempre precários serviços assistenciais oferecidos pelo sindicato, na década de 80 o território sisaleiro acompanhou o alvorecer da publicização das questões relativas ao gênero no Sintraf/Serrinha. Mobilização

[6] De acordo com Bourdieu (2005), a noção de *habitus* dominado diz respeito à apreensão do mundo social e suas arbitrárias divisões, as quais através da divisão social entre os sexos impõe-se arbitrariamente impelindo os sujeitos a incorporá-las e somatizá-las como algo natural a sua própria constituição, sob a justificativa da sua inquestionável legitimidade.

esta que ocorreu concomitantemente ao debate sobre o novo sindicalismo e à luta pela abertura política do Brasil.

No ano de 1986, foi deflagrada a luta pela filiação das trabalhadoras rurais através de um trabalho de mobilização, o qual resultou em frequentes tentativas de filiações que a princípio não lograram êxito. Mais adiante, no intuito de pressionar a diretoria do sindicato a acatar a filiação das trabalhadoras, em outubro de 1987, o movimento pró-filiação conseguiu reunir cerca de 1.500 pessoas que ocuparam a sede do sindicato. Ao tomarem conhecimento disto, as autoridades locais não hesitaram em mobilizar o poder judiciário e a polícia contra as trabalhadoras, chegando a prender algumas delas. Esse aparato repressivo, todavia, não conseguiu refrear o processo de filiação que de fato se consolidou.

Diante disso, para Fischer e Marques (2001), ao saírem juntas clamando por igualdade de direitos e de oportunidades, essas mulheres deram visibilidade à luta feminina contra as restrições e as discriminações que se estendiam às mulheres de diversos segmentos sociais. Em razão disso, é que, segundo Bordalo (2006), lentamente, a partir dos anos 80, as trabalhadoras rurais passaram a construir sua visibilidade política. Nesse sentido, destacam Heredia e Cintrão (2006), a Assembleia Constituinte de 1988 representou um marco, uma vez que, além de acolher a bandeira das políticas públicas voltadas para as questões específicas da agenda das mulheres, contribuiu para dar visibilidade ao seu movimento e à conquista de espaços de poder nos sindicatos em que se achavam representadas.

Aliadas à nova conjuntura política instituída pela filiação das trabalhadoras rurais, as transformações ocorridas no plano nacional no ano seguinte contribuíram significativamente para a superação do modelo de gestão controlada pelo poder público municipal no Sintraf/Serrinha. A promulgação da nova Constituição Federal em 1988 engendrou um ambiente democrático**,** que possibilitou conquistas relevantes para autonomia do sindicato, haja vista que**,** segundo Vasconcelos (2006), viabilizou novos formatos institucionais para gestão da coisa pública, criando espaços para a interlocução com a sociedade civil e retirando do Estado o monopólio da definição de prioridades e problemas pertinentes à vida em sociedade.

Além disso, ao extinguir os convênios de saúde mediados pelos sindicatos, instituindo a responsabilidade do Sistema Único de Saúde (SUS) e das secretarias municipais nesse tipo de atendimento, consolidando uma antiga reivindicação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais em torno da legalização dos direitos previdenciários - através do Regime Geral de Previdência Social - a Carta Constitucional, não apenas inviabilizou as práticas paternalistas e clientelistas que dominavam a gestão do sindicato, como desafiou a instituição

a rever suas concepções e práticas. Fortalecido pela reforma sindical, segundo Cardoso (2002), esse processo estabeleceu a autonomia sindical frente ao Estado e aos partidos, voltando-se para a horizontalização da representação e para a diversificação das pautas sindicais, que não eram contempladas no modelo anterior.

Desse modo, como legislação era marcada pela inserção das pautas dos movimentos sociais, em especial os das trabalhadoras rurais, a Constituição Federal de 1988 foi um marco importante, segundo Silva (2006), já que criou as condições legais para reconhecimento do papel da sociedade civil em termos de controle social sobre o poder público. A promulgação da Carta também foi importante para renovação das instituições governamentais. *Com isso sairiam fortalecidos os grupos sociais em situação de vulnerabilidade e exclusão, propiciando-se maior [...] simetria às relações de poder.*

As eleições do ano de 1988 no Sintraf/Serrinha sintetizaram o processo de redemocratização em escala local, ao operarem a transição do modelo patronal para o novo sindicalismo. De fato, relatos deram conta de que até o último momento essa transição foi extremamente difícil, porque a cultura opressiva da ditadura ainda se fazia presente e a situação de tensão foi inevitável. Quando a chapa da situação percebeu o fortalecimento da oposição através do apoio das trabalhadoras recém-filiadas, tentou manipular o resultado das eleições. E com a anuência dos segmentos conservadores locais, realizaram uma tentativa de sequestro das urnas. Essa ação foi imediatamente coibida pelas trabalhadoras e trabalhadores rurais, resultando no encaminhamento das urnas para o complexo policial da cidade.

Como forma de assegurar que as urnas não iriam ser novamente retiradas e/ou violadas, os trabalhadores e trabalhadoras organizaram uma vigília na porta da delegacia que durou exatos três dias, momento em que a Secretaria Pública de Segurança do Estado se pronunciou, autorizando a abertura e a apuração das urnas pelo poder judiciário do município. Feito isto, constatou-se a vitória da chapa da oposição com uma diferença de 226 votos.

A vitória da chapa oposicionista culminou com o processo de ascensão pública das trabalhadoras rurais nos espaços de poder do Sintraf/Serrinha, encerrando uma etapa da luta contra o paradigma representado pelo controle do poder público municipal no sindicato. Luta que no primeiro momento sedimentou um direito político básico para uma democracia representativa – o do voto, compreendido do ponto de vista da participação na deliberação e fiscalização das ações.

2.5 Transformações da gestão do Sintraf/Serrinha e participação das trabalhadoras rurais

A conquista do direito de filiação por parte das trabalhadoras rurais e a posterior vitória da chapa integrada e eleita por elas, representou um duro golpe para interesses conservadores que perduravam no Sintraf/Serrinha desde a sua fundação. Apesar da conjuntura favorável da reabertura política do país, naquele momento constituía-se algo distante**,** considerando-se o poder dos interesses conservadores que pesavam no sindicato, os quais estavam cientes e ciosos quanto aos objetivos do projeto de gestão que as mulheres defendiam para a entidade. Diante disto, não poderíamos contornar os processos históricos que consubstanciaram a gestão ao longo do período da hegemonia do poder público municipal e do período em que o sindicato passou a ser administrado pelas trabalhadoras e trabalhadores rurais. Daí nossa abordagem passar ao largo dos aportes clássicos da teoria administrativa.

O Sintraf/Serrinha, antigo STR foi fundado em 07 de janeiro de 1968, reconhecido pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social em 07 de maio de 1969. Longe de se constituir no resultado da mobilização das trabalhadoras e trabalhadores rurais, o sindicato surgiu de uma articulação envolvendo o poder público municipal e a Igreja Católica, a fim que a entidade intermediasse o repasse de verbas federais para a saúde. Como forma de dar agilidade ao processo e, tomando como critério a afinidade com o poder hegemônico local, com o apoio do pároco da época, o prefeito selecionou nas comunidades alguns trabalhadores para atuar como lideranças na discussão sobre a fundação do sindicato. Em pouco tempo assumiram a gestão da instituição homens da estrita confiança do poder público municipal, de modo que o sindicato passou a funcionar como uma extensão desse poder. Já que os gestores da linha de frente – presidente, secretário geral, tesoureiro**,** tanto eram indicados quanto remunerados pela prefeitura. Tal perfil aproximou a entidade dos interesses específicos dos grupos dominantes no município, deixando de lado os interesses da categoria que deveria representar.

Desse modo, a forma como se deu a fundação do Sintraf/Serrinha, bem como o modelo de gestão que lá fora instaurado expressou algo bastante peculiar ao legado colonial do Brasil: o tratamento privado dado às questões de interesse público. Nesse legado prevaleceu segundo Holanda (1995), as preferências fundadas em laços afetivos próprios da comunidade doméstica tipicamente rural. Preferência que, moldada segundo as normas clássicas do direito romano-canônico da Península Ibérica e regida pela autoridade

inquestionável do pater-familias, forneceu à vida pública brasileira a referência mais aceitável de poder, de respeitabilidade, de obediência e de coesão entre os homens.

De acordo com Holanda (1995), através do particularismo e a patronagem da ordem privada produziu-se a invasão anti-política do público pelo privado. Traço esse típico do coronelismo subjacente à gestão controlada pelo poder público municipal do Sintraf/Serrinha. O coronelismo foi um sistema de poder político que vicejou na época da República Velha (1889-1930), que tinha como figura central o coronel, ou seja, um fazendeiro ou um senhor de engenho próspero**.** De acordo com Santin (2007), o coronel garantia seu poder e dominação através de regras específicas, controlando os três poderes, bem como exercendo grande influência nas instituições religiosas locais. Como regra geral, o coronel era figura tradicional na localidade, dominando a todos pelo carisma, poderio econômico, técnico, intelectual e/ou policial. Santin (2007) demonstrou que o coronelismo foi uma prática recorrente desde os tempos coloniais.

De fato, a noção de poder local no Brasil esteve vinculada a esse paradigma profundamente relacionado**,** conforme Colussi (1996, p.18 *apud* SANTIN, 2007, p. 325)**,** a uma organização social rural predominante na quase totalidade dos municípios brasileiros. Organização esta que se fortaleceu graças ao isolamento, ao atraso econômico e à falta de comunicação dessas localidades com os centros mais desenvolvidos. E, embora os coronéis tenham deixado de existir, como destacaram Ramos e Antônio Nascimento (2001), o tipo de situação social e de relação de poder instituída por eles se reproduziu na contemporaneidade.

De acordo com Velho (1976), essa reprodução não ocorreu de forma espontânea, mas sim articulada às transformações do desenvolvimento capitalista. A qual**,** ao sabor das ocorrências internacionais ou das necessidades da reprodução interna, estimulava a eliminação e/ou a reedição de determinadas práticas aparentemente contraditórias para a democracia formal consolidada em nosso país a partir do século XX.

Desse modo, especialmente no nordeste brasileiro, quando não se encontravam investidos em determinados cargos, os representantes do coronelismo contemporâneo, tendiam a ocupá-los através de seus prepostos. Selecionados por meio de critérios como o compadrio, que consistia na troca de deferências**,** onde o batismo dos filhos e o testemunho nos casamentos, por exemplo, eram secundados pela fidelidade inquestionável, os prepostos garantiam que nenhuma ação ou projeto fosse desenvolvido numa determinada região sem a negociação e a aprovação do poder local. Aliado ao compadrio**,** ressaltaram Ramos e Antônio Nascimento (2001), a cultura da "dádiva" também assegurou a reprodução do mandonismo pelo poder local. Tal cultura configurou-se na apropriação pelas elites dos

programas governamentais que chegavam ao local como trunfos eleitoreiros, reforçando a rede de favores e a suposta ideia de bondade dos administradores, o que dificultava o florescimento de qualquer ideia de direito ou cidadania entre os beneficiários.

Durante a gestão patronal do Sintraf/Serrinha, a cultura da dádiva parece ter sido um recurso recorrente, haja vista que entre as suas políticas predominavam ações como distribuições de cestas básicas, de sementes e execução do programa de distribuição de leite. Firmaram-se então, segundo Paludo (2001), as bases para uma cultura que**,** incapaz de romper com o passado, atualizava um quadro social que continuava convivendo com problemas históricos: terra, desemprego, fome, discriminação. Tal cultura, segundo Velho (1976), esteve articulada ao desenvolvimento de um capitalismo autoritário, movido pela ocorrência simultânea da mudança e da permanência em uma complexa inter-relação.

Sendo assim, não era à toa que a gestão controlada pelo poder público negligenciava os processos educativos. Isto pode ter ocorrido, não apenas em função da ameaça que esses processos representavam para a política do assistencialismo, do clientelismo dominante e do predomínio de interesses privados em detrimento dos interesses da categoria das trabalhadoras e trabalhadores rurais. Além, é claro, da cultura que estabelecia a hierarquia entre o urbano e o rural, que se sustentava, entre outras coisas**,** no ideário de que a reprodução econômica**,** realizada pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais**,** dispensava qualquer processo educativo para esse público.

Esse fato pareceu constituir um desdobramento do modelo de desenvolvimento implantado em nosso país**,** que, estruturado a partir de um projeto colonial latifundiário e escravista atípico até para o contexto latino-americano**,** reforçou a cultura da exclusão material e simbólica dos segmentos sociais menos abastados. Em um contexto como esse, ressaltou Xavier (1996), a educação escolarizada só podia interessar às camadas dirigentes e à lógica dominante nas relações econômicas: o lucro fácil e abundante decorrente da exploração primária de produtores compulsórios.

A análise acima reforça a constatação de que**,** apesar de sua origem eminentemente agrária, segundo as DIRETRIZES OPERACIONAIS... (2002), o Brasil durante muito tempo omitiu-se no que diz respeito à organização da educação do campo, visto que esta sequer foi mencionada nos textos constitucionais dos anos de 1824 e 1891. A introdução do debate sobre educação rural no ordenamento jurídico brasileiro ocorreu nas primeiras décadas do século XX, com base no ideário moderno de introdução do (a) camponês (a) no mundo civilizado.

Para Fernandes (2004), a dualidade gestada na modernidade em torno da cidade como espaço de progresso e conforto e do campo como *locus* de atraso e precariedade

influenciou de modo inegável as representações e as políticas públicas de atendimento educacional aos camponeses e camponesas, estabelecendo o modelo urbano como ideal a ser perseguido. A reflexão proposta por Fernandes (2004) remeteu à análise, não apenas das representações sobre o meio rural na sociedade; mas, sobretudo, dos desdobramentos dessas representações na avaliação das condições sociais, econômicas e culturais dos camponeses. Dados do Programa Nacional de Amostra Domiciliar (Pnad), entre os anos de 1992 e 2002, além de traduzirem em números esse processo, dão conta do seu impacto histórico sobre o índice de desenvolvimento humano em uma das regiões mais pobres do país:

> A Região Nordeste [...] continua (em 2002) com um quarto da população, e mais de um terço da população rural (39%) analfabetos [...]. Ainda um terço da população rural do Nordeste mantém-se como menos de um ano de estudo (34%), o dobro da população urbana no Nordeste (16%) e, quatro vezes mais que a população urbana nacional (9%). E a diferença é ainda maior quando, tomamos as pessoas com cinco ou mais anos de estudo, que em 1992 [em] nível nacional era três vezes superiores no meio urbano no que no rural (respectivamente 49% e 16%), e permaneceram o dobro em 2003 (63% e 30%, respectivamente [...]) (HEREDA & CINTRÃO, 2006, p. 03)

As consequências desse processo, ao mesmo tempo em que ilustraram uma estatística negativa no que diz respeito ao avanço quantitativo e qualitativo da escolaridade nos territórios camponeses, localmente favoreceu a resistência de trabalhadores e trabalhadoras rurais frente ao modelo sindical inaugurado após a superação do modelo patronal em 1988 no Sintraf/Serrinha. Por não entenderam que dentro da nova conjuntura, o papel do sindicato era propor e fiscalizar a execução de políticas públicas comprometidas com a universalidade do acesso e a qualidade do atendimento, habituados com o modelo anterior, insistiam na manutenção das políticas assistencialistas.

A resistência de algumas das trabalhadoras e dos trabalhadores provavelmente relacionou-se ao fato de que, apesar da expectativa depositada na diretoria que suplantou a hegemonia do poder público municipal sobre o sindicato em 1988, pouco foi realizado no sentido de superar a situação difícil em que esse poder deixou a entidade. Um bom exemplo disso foi que após o acúmulo de dívidas trabalhistas, o registro no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e o leilão da sua sede, o Sintraf passou a funcionar em condições bastante precárias.

Primeira sede do Sintraf/Serrinha Foto 1: Telma Regina

Inquietados com essa situação, todavia, um grupo de trabalhadoras e trabalhadores constituíram uma chapa que, eleita em 1992, criou as condições necessárias para a superação desse quadro. Após um período de trabalho árduo, primado na previsão e no controle orçamentário, a entidade já dispunha de outras condições financeiras e infraestruturais. Em 1996 foi adquirido um veículo e dois anos mais tarde, em 1988, foi comprada e recuperada a casa onde hoje funciona a sede do sindicato.

Atual sede do Sintraf/Serrinha Foto 2: Telma Regina

As transformações não se deram apenas do ponto de vista financeiro e infraestrutural, elas aconteceram também do ponto de vista político, haja vista a efervescência democrática presente, tanto no plano local como nacional, em função de uma conjuntura que culminou com a promulgação da Nova Constituição Federal. Segundo Neves (2007), conhecida como a Constituição-Cidadã, representou um divisor de águas, ao instituir os instrumentos necessários para a democratização do Estado, ratificando a partilha do poder nas decisões públicas.

Nesse sentido, a nova configuração de gestão adotada pelo Sintraf refletiu a tendência de descentralização, que, evocada pela Carta de 1988, decorreu da histórica luta popular em torno da criação, conforme Santin (2007), de estruturas de participação, acompanhamento e controle da gestão pública. Para tanto, o estatuto da entidade foi revisto e nele ratificadas as seguintes instâncias deliberativas:

1. O Congresso da Categoria – Evento que poderia ocorrer ordinariamente a cada três anos, ou extraordinariamente a qualquer tempo convocado pela Diretoria. A sua finalidade poderia se relacionar à análise da situação real da categoria, da conjuntura brasileira ou a definição do programa de trabalho do sindicato;
2. As Assembleias Gerais – Plenárias soberanas nas resoluções contrárias às leis vigentes e ao Estatuto, como também, as deliberações do Congresso da Categoria. Realizada em caráter ordinário ou extraordinário, suas deliberações seriam tomadas por maioria simples de voto em relação ao total de associados quites em primeira convocação e em segunda, com pelo menos 5% (cinco por cento), ou ainda em terceira convocação com 3% (três por cento) dos associados quites;
3. Diretoria – Composta por 22 membros (incluindo aí os suplentes), à diretoria caberia dirigir o sindicato, administrando seu patrimônio social, promovendo políticas voltadas para o desenvolvimento social dos associados. Além de emitir pareceres sobre filiações, suspensão e eliminação de associados, cumprindo e fazendo cumprir as resoluções das Assembleias Gerais; bem como, aplicar as penalidades previstas no Estatuto;
4. Conselho Fiscal – Formado por três membros eleitos juntamente com a Diretoria, esse Conselho teria como atribuição reunir-se ordinária ou extraordinariamente quando convocado pela Diretoria ou Assembleia Geral para emitir balanços e pareceres sobre previsões orçamentárias e suas alterações;
5. Delegacias Sindicais – foram criadas para facilitar a descentralização e a democratização das atividades do sindicato nas comunidades que integravam sua base territorial.

Embora tenha sido apenas um dos vários processos de ampliação democrática da gestão do Sintraf/Serrinha, a implementação das delegacias sindicais pareceu constituir um marco da gestão das trabalhadoras e trabalhadores rurais. Haja vista que representou a consolidação de uma cultura política caracterizada pela inserção das atrizes e atores sociais antes invisibilizados, em função de estarem nas bases.

Ao instituir e fazer funcionar as instâncias deliberativas anteriormente, o Sintraf/Serrinha ampliou os espaços de exercício do poder político, contrapondo-se às tradicionais formas de representação fundada em moldes paternalistas e centralizadores. Mais que isto, abriu canais para a interface com a diversidade ao ampliar o número de secretarias,

incluindo a Secretaria da Mulher, a Secretaria da Juventude, a Secretaria dos Trabalhadores Sem-Terra e o Departamento de Educação do Campo.

No que tange a essa ampliação, identificamos uma tendência de inclusão da diversidade, aspecto que, de certo modo, refletiu o debate contemporâneo em torno da noção de igualdade. Sistematizado nos documentos constitucionais promulgados após as experiências revolucionárias da França e dos Estados Unidos, o princípio da igualdade edificou-se numa base jurídico-formal que**,** para Gomes (2002), apresentou um teor genérico, abstrato e neutro.

Tal teor passou a ser tensionado pelo processo histórico engendrado pelos movimentos sociais quando constataram que a simples inclusão da igualdade no rol dos direitos fundamentais no sistema constitucional não era suficiente para assegurar a sua efetivação para a variedade das situações individuais e coletivas de grupos marginalizados pela raça, pelo sexo, pela identidade cultural nas organizações societais contemporâneas.

A superação do modelo de gestão implementado pela gestão do poder público municipal no Sintraf/Serrinha, possibilitou que aos poucos a entidade pautasse o debate sobre a diversidade. A instituição das Secretarias: da Mulher, da Juventude dos Trabalhadores Sem-Terra e também do Departamento de Educação do Campo representou um passo fundamental para a sintonia dessa entidade com a discussão sobre a diversidade e a noção substancial e militante de igualdade, dimensões incontornáveis para o debate contemporâneo sobre a ampliação do cânone democrático.

Desse modo, a ruptura com o modelo representado pela gestão controlada pelo poder público municipal representou uma guinada política, capaz de demonstrar que novos caminhos poderiam ser trilhados. A nova configuração administrativa adotada pelo Sintraf refletiu a tendência de descentralização que**,** evocada pela Constituição, decorreu da histórica luta popular em torno da criação de estruturas de participação, acompanhamento e controle da gestão pública. Essas estruturas possibilitaram a reconstrução de espaços comunitários onde o exercício do poder político constituiu-se numa refutação às formas tradicionais de representação. De modo que, mediante uma participação política ativa, as trabalhadoras e os trabalhadores rurais tornar-se-iam os responsáveis pelos destinos da entidade. O objetivo era romper com os modelos paternalistas e centralizadores, devolvendo à comunidade o poder de decidir sobre o seu próprio futuro.

Diante disto, avaliamos que no contexto maior dos esforços pelo aprofundamento da democracia no Brasil**,** em finais da década de 80, a luta pela filiação das trabalhadoras rurais no Sintraf/Serrinha traduziu localmente o conflito permanente em torno das disputas pela

partilha do poder político, econômico e cultural no cenário do projeto de modernidade, instaurado e disseminado autoritariamente pelo Estado. Através das pautas relativas às relações de gênero, instituídas pela participação das trabalhadoras rurais no conjunto de lutas, mobilizações e pressões no contexto do Sintraf/Serrinha pareceram gerar outra cultura de gestão, a qual criou alguns distanciamentos aparentemente capazes de estruturar práticas organizativas que rompessem com o *modus operandi* do modelo de gestão controlada pelo poder público municipal.

Resultante da ocupação das trabalhadoras nos espaços de decisão do Sintraf/Serrinha, a nova cultura emergiu da conquista de um poder que se insurgiu frente ao poder oficial. A produção desse poder por parte das trabalhadoras rurais, de certo modo, originou-se de uma vontade política decorrente da necessidade de ruptura com os processos opressivos vividos por elas na esfera privada e que repercutiam também na esfera pública.

Atrelado à perspectiva de pessoas historicamente marginalizadas, o diferencial na gestão pode ter sido obtido graças à atmosfera criada em função da abertura democrática, a qual favoreceu o distanciamento do autoritarismo da gestão controlada pelo poder público municipal, que no campo democrático orientou-se por modelos formais e representativos de gestão, notabilizados por práticas quase sempre distorcidas pelo modelo oligárquico dominante no Território do Sisal.

Outro aspecto importante foram os processos educativos dos quais as trabalhadoras fizeram parte. Esses processos eram baseados fundamentalmente, de acordo com Franca (2003), na troca horizontalizada de saberes**.** Tratava-se de uma troca capaz de fortalecer pontos de vista marginalizados em razão de estarem relacionados à cosmovisão das trabalhadoras, o que estreitava os laços de confiança e de cooperação indispensáveis à trama de conexões interpessoais e interorganizacionais de um grupo. Nesse contexto, a horizontalidade surgiria da partilha democrática e responsável das decisões que extrapolassem a dimensão individual e culminassem na vivência comunitária.

Ao que pareceu, a apropriação analítica do conceito gênero, não apenas possibilitou, como ocorreu paralelamente a sua apropriação política, já que a saída das trabalhadoras rurais do mundo privado para o público deu-se em meio a uma rede de relações que engendraram processos formativos que, por sua vez, possibilitaram a problematização das relações de poder em nível privado. Isso permitiu uma percepção diferenciada das relações com o companheiro, pais, familiares e vizinhos, com rebate no espaço público. Esse aspecto, conforme Pinto (1992), demonstrou que a liderança das mulheres em movimentos sociais fez com que sua posição na rede de poderes no interior da comunidade fosse transformadora.

De certo modo, uma das singularidades do modelo de gestão relacionado à participação das trabalhadoras residiria não apenas na capacidade de acreditar que outro projeto era viável, mas, principalmente, na capacidade de criar condições necessárias a esta viabilização. Isso só seria possível através de um movimento contínuo e objetivação crítica decorrente da dimensão formativa da participação na gestão do Sintraf/Serrinha,a qual possibilitou a consubstanciação de uma gestão mais condizente com as necessidades e aspirações das comunidades de que faziam parte.

Sendo assim, o ambiente educativo ensejado pela participação das trabalhadoras na gestão do Sintraf/Serrinha, pode ter estimulado a desconstrução dos valores disseminados pela gestão controlada pelo poder público municipal, estabelecendo a necessidade de consolidadação de outra cultura democrática. Cultura essa possivelmente demarcada pela transparência e pela necessidade da partilha do poder; gerando um modelo de gestão norteada pelo princípio de cooperação e comprometida com a promoção da dignidade humana das trabalhadoras e trabalhadores rurais através da consolidação de políticas públicas de inclusão da população camponesa.

2.6 A participação das trabalhadoras e o Sintraf/Serrinha - retomando a caminhada

O século XX foi efetivamente, segundo Boaventura Santos e Avritzer (2005), um século de intensas disputas em torno da democracia. Tais disputas tiveram nas duas grandes guerras mundiais e na guerra fria dois dos seus dramáticos apogeus. A consolidação do regime democrático em meados do século XX no mundo ocidental, conforme Gohn (2006) foi seguida nos últimos quarenta anos pela necessidade de avaliação da natureza e do caráter do modelo democrático hegemonizado no Ocidente.

Ao que pareceu, a avaliação do paradigma dominante pôs em enlevo as ambiguidades e o elitismo que permeou o campo democrático. No Brasil, o elitismo evidenciou-se pela clara opção do Estado em torno das políticas autoritárias e comprometidas com o projeto de modernização conservadora. A postura adotada pelo Estado brasileiro, de acordo com Lima Moreira (2006), trouxe como consequência a restrição da sua capacidade de interlocução com o conjunto da sociedade.

Desse modo, continuou Lima Moreira (2006), a limitada participação social nas deliberações acerca dos interesses públicos, aliada à indistinção entre o estatal e o privado**,** favoreceu a consolidação de uma cultura política marcada pela ausência de regras e

procedimentos democráticos na gestão da coisa pública, aspecto que acentuou o caráter centralizador, excludente e clientelista do Estado.

Assim, ao longo de mais de meio século no Brasil, a democracia funcionou como campo de construção de uma cidadania hegemonicamente regulada pelas forças político-econômicas que determinaram esse Estado – o capitalismo autoritário. Então, ressaltou Fávero e Stella Santos (2002), quando, em meados do século XIX, atribuiu-se ao Estado a coordenação dos processos desenvolvimentistas, estruturados de forma verticalizada e homogeneizadora. Por se dirigirem à comunidade político-liberal e focarem a dimensão econômica, esses processos não consideravam a diversidade. Com o tempo, os desdobramentos dessa opção se revelaram bastante discutíveis**,** à medida que não conseguiram equacionar os desafios decorrentes da exclusão de segmentos invisibilizados, como: mulheres, negros, indígenas, camponeses, entre outros.

No entanto, a despeito da força do *modus operandi* estatal-capitalista, não foram raras as manifestações sociais contestatórias ao longo do século XX. Nas esferas de embate político, os movimentos camponeses promovidos por estas manifestações, adquiriram notoriedade. À semelhança de outros tantos movimentos que se consolidaram mais efetivamente a partir da década de 60, os movimentos camponeses constituíram, ao longo das décadas de 70 e 80, uma contraesfera democrática e popular frente à cultura dominadora e tutelar do Estado e de seu projeto de modernização conservadora.

No Território do Sisal, essas organizações surgiram em meio aos laços de coesão promovidos por atividades comunitárias de cunho religioso-cultural. De acordo com o documento O MOC NA LINHA DE TEMPO (2007), com apoio do catolicismo progressista, as organizações foram sendo maturadas, contudo, com o esvaziamento da ação progressista da Igreja pela ala conservadora, adiante encontraram apoio através do MOC. Ao assumir a condição de organização não-governamental, desvinculada do controle eclesiástico, O MOC ampliou seu raio de ação na zona rural de Feira de Santana e Serrinha, apoiando em meados da década de 70 a criação das primeiras associações comunitárias rurais.

O enfrentamento do problema da posse da terra na Fazenda Candeal, município de Feira, que culminou no assassinato do trabalhador rural Joaquim dos Santos, possibilitou um relacionamento até então inexistente entre o MOC e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana, o qual estava sob o controle de fazendeiros que utilizavam a instituição com fins políticos. Nesse contexto conflituoso, o trabalho da entidade, segundo o documento O MOC NA LINHA DE TEMPO (2007), engendrou um processo de avaliação sobre as contradições dos sindicatos de trabalhadores rurais, que não defendiam os interesses de seus

associados e se colocavam a serviço dos interesses patronais. A partir daí, os trabalhadores foram estimulados a lutar pelo controle desses sindicatos.

Diante do êxito das mobilizações na zona rural do município de Feira de Santana, ressaltou o documento O MOC NA LINHA DO TEMPO (2007), a entidade passou a enfatizar o trabalho nas comunidades rurais. Assim, além do município de Feira de Santana, entraram no seu raio de ação os municípios de Anguera, Ichu, Amélia Rodrigues, Santa Bárbara e Serrinha. Em todos esses municípios, a tomada dos sindicatos do poder patronal era pauta obrigatória, contudo, em meio a esse processo surgiu a discussão acerca da discriminação da mulher, que, embora fosse trabalhadora rural, não tinha o direito de se filiar ao sindicato. Em Serrinha, onde havia um trabalho de mobilização da pastoral rural, a luta pela filiação das trabalhadoras ocorreu paralela à mobilização em torno da conquista do sindicato do poder patronal.

Este fato, ocorrido no contexto do agreste baiano, historicamente refletiu o pensamento de Batista (2006). Para ele, as questões estruturais resultantes do conflito capitalista da luta de classes_ que no campo teve a propriedade da terra como seu principal foco_ com o tempo passaram a ser tomadas como questões específicas da dimensão cultural de gênero, etnia, identidade cultural. Em relação a isso, Meyer (2003) destacou que o debate de gênero apresentou um caráter sociopolítico relevante por atravessar o conjunto das instituições, símbolos, normas, conhecimentos, leis e políticas de uma sociedade; mas, principalmente, por trazer à tona a situação de vulnerabilidade da mulher, especialmente da mulher trabalhadora rural frente aos históricos processos de exclusão sociopolítica.

Marcadas pela desigualdade oriunda de matrizes culturais que, estruturadas nos interesses patriarcais, as mantiveram distante do patrimônio e numa relação hierárquica inferior ao homem, conforme Fisher e Gehlen (2002), essas trabalhadoras foram deserdadas, tanto do direito de consolidar sua identidade, como do direito de consolidar sua inclusão sociopolítica e econômica.

Para Fisher e Gehlen (2002), contempladas apenas como um elemento que compunha a família camponesa, a individualidade dessas trabalhadoras caía no plano da invisibilidade do privado, sem expressão alguma na esfera pública. Tal fato reforçou e justificou a postura do Estado brasileiro, que durante muito tempo não fez qualquer ressalva particular a essas trabalhadoras, até porque seu projeto desenvolvimentista pareceu indiscutivelmente norteado pelo paradigma androcêntrico.

Apesar de funcionais, as transformações do modelo de desenvolvimento capitalista em nosso país, as desigualdades e exclusões impostas às trabalhadoras rurais, de certo modo, abriram as brechas para a sua própria contestação. Apoiadas pelos processos formativos desencadeados pelo catolicismo progressista e por ong's, essas trabalhadoras gradativamente descobriram que era preciso romper com a marginalização do espaço público representado pelo Sintraf/Serrinha. Nesse particular tiveram relevância indiscutível os processos formativos fomentados através da metodologia da Educação Popular.

Localmente a luta das trabalhadoras rurais do sindicato pela filiação, a ocupação dos espaços de poder e a consequente ressignificação das pautas da instituição superando seu antigo caráter paternalista rumo à consolidação de uma perspectiva cidadã foi um fato emblemático. Aliado a outros acontecimentos semelhantes em escala nacional, ele obrigou a redefinição dos programas governamentais, os quais, conforme Heredia e Cintrão (2006), se durante muito tempo se voltaram indistintamente para um suposto 'cidadão indiferenciado', a partir de 1985, começaram a incorporar componentes de gênero em suas ações. A esse respeito foi interessante observar que não por acaso, houve a coincidência entre o início das mobilizações e reivindicações das trabalhadoras rurais e a execução dessas ações.

Em nível do debate democrático, a conquista efetiva de espaços de poder no Sintraf/Serrinha pelas trabalhadoras rurais, ao mesmo tempo em que representou a tendência de confrontação da realidade de centralização, autoritarismo e clientelismo presentes no sindicato, aparentemente refletiu também a tendência de refutação desse modelo na condução estatal. Então, retroalimentada pela reabertura política, pela Assembleia Constituinte e pelo novo sindicalismo[7], a gestão controlada pelo poder público municipal coordenada em parte pelas trabalhadoras, de certo modo, primou pela socialização do poder, onde**,** de acordo com Elenildo Silva (2006), a agenda ligada à democratização política envolvia, tanto o debate sobre a representatividade, quanto o debate da legitimidade de um governo democrático.

Poderíamos então destacar que o modelo de gestão implementado com apoio das trabalhadoras rurais no contexto do sindicato orientou-se pela preocupação em fortalecer estruturas de relacionamento horizontalizadas. É claro que este processo foi favorecido pela conjuntura inaugurada pela abertura democrática, resultante da inserção ativa do conjunto das mobilizações desencadeadas no seio da sociedade civil. Contudo, não poderíamos

[7] Segundo Cardoso (2002), o novo sindicalismo originou-se da militância antiautoritária da esquerda e do catolicismo progressista , constituindo-se num movimento contraditório em função da sua proximidade com o sindicalismo corporativo do qual emergiu. Apesar disto, conseguiu construir distanciamentos a medida em que primou por uma ação voltada para a horizontalização da representação sindical através da mobilização dos trabalhadores em suas bases, pela busca da autonomia sindical frente ao Estado e aos partidos políticos e pelo estabelecimento de uma nova agenda de direitos sindicais e trabalhistas.

desconsiderar o papel da participação das trabalhadoras rurais na sedimentação do conteúdo horizontalizado da gestão, a qual parafraseando Rago (1998), pareceu diferenciar-se do paradigma representado pelo controle do poder público municipal em razão das experiências históricas marcadas por valores, sistemas de pensamento, crenças e simbolizações diferenciadas sexualmente.

Nesse sentido, outro fator relevante seria a capacidade de deslocamento operada por um pensar relacional e diferencial sobre o mundo onde estavam inseridas. Aspecto para o qual a relativa situação de subalternidade, aliada aos processos formativos que se prestavam à reversão dessa situação, pode ter colaborado para o fortalecimento do sentimento de identificação coletiva e do comprometimento com formas de intervenção qualificadas pela amplitude e pela diversidade da participação. Tal processo possibilitou a formação necessária para que estas trabalhadoras se descobrissem potentes para engendrar canais de interlocução e negociação com a própria entidade, gerando, segundo Havey (2004 *apud* SILVA, 2006, p. 2003), arranjos institucionais para formulação-gestão de políticas públicas. Aspecto esse que possivelmente contribuiu para o aprimoramento do sistema participativo, permitindo que as questões de interesse público mais amplos não sucumbissem tão facilmente aos interesses que historicamente dominaram o cenário do Sintraf/Serrinha.

Assim, sem incorrer na ilusão, como ressalta Rago (1998) de que as trabalhadoras rurais vieram libertar o mundo, a pluralização possibilitada pela sua inserção no Sintraf/Serrinha provavelmente pode ter apontado caminhos para o aprofundamento da gestão democrático-participativa que essas mulheres ajudaram a implantar na entidade.

À medida que fomos puxando os fios da tessitura histórica que possibilitou a superação do mundo privado representado pelo lar, rumo à complexidade do mundo público representado pelo sindicato, adentramos nos meandros dos processos de participação forjados pelas trabalhadoras no contexto da gestão do Sintraf/Serrinha.

3. O CAMINHO DE UMA TESSITURA EPISTEMOLÓGICA – IMPLICAÇÕES IDENTITÁRIAS

As escolhas que fizemos, após a decisão de desenvolvermos a investigação *"A dimensão educativa da participação das trabalhadoras na gestão do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Serrinha"*, disseram muito sobre a visão de ser humano e de mundo em que nos apoiamos. Então, no intuito de apresentarmos as referências filosófico-axiológicas que nortearam essa pesquisa, optamos por discutir de forma bastante introdutória, o percurso histórico que constituiu o esteio do nosso trabalho.

Como forma de demarcar a concepção metodológica da investigação, resolvemos principiar a análise a partir do marco que deu base ao pensamento científico ocidental: o positivismo. Ao longo da modernidade iluminista, o positivismo hegemonizou-se com base no princípio de que só poderia ser aceito como conhecimento aquele corpo formado por proposições comprovadas segundo os parâmetros da lógica cartesiana. Aparentemente inquestionáveis, os avanços científicos decorrentes desse processo inegavelmente contribuíram para a melhoria das condições de vida de uma parcela significativa dos seres humanos.

No entanto, segundo Boaventura Santos (2002), ao ser cooptada pelas forças do mercado e segundo Mies (1997) ao implicar-se à violência e ao poder androcêntrico, esta ciência tornou-se indispensável à hegemonização do modelo de civilização ocidental. Então, à medida que a complexidade do real apontada pela teoria do caos e da não-linearidade matemática desestabiliza os princípios básicos da ciência clássica e, segundo Demo (1998), a tese da falsidade proposta por Popper e a tese da definição da verdade como pretensão de validade defendida por Habermas ganharam espaço, passou-se a admitir que a ciência, a despeito da sua suposta neutralidade, era produto da atividade encarnada pelos cientistas e, portanto, passível de questionamento.

Com efeito, tal desvelamento colocou em enlevo algumas das obscuridades da ciência clássica, entre as quais, segundo o pensamento feminista, destacaram-se as linhas de poder notadamente androcêntrico-capitalistas. Linhas que, de acordo com Tadeu Silva (1999), ratificaram profundas desigualdades entre homens e mulheres, com os primeiros apropriando-se de uma parte desproporcional dos recursos materiais e simbólicos da sociedade, excluindo as mulheres e todos os que não se enquadravam no padrão de homem branco, europeu, de raciocínio lógico-matemático. Ou seja, excluindo todos os que não se enquadraram no modelo

de sociedade normatizada pela utilidade e pelo progresso produtivo, próprios do modelo de sociedade para qual o positivismo estava sintonizado.

Atento ao debate acima destacado, o texto que segue apontou a concepção metodológica, a abordagem e os instrumentos mediadores da coleta de informações que nortearam a nossa investigação. Então, no intuito de não descorar a exigência da produção científica, especialmente no que tangeu à autocrítica do método, já que, conforme Demo (1998), o reconhecimento de que a verdade era um processo histórico de construção e desconstrução humana, permaneceu firme a ideia de que não era factível o argumento bem posto sem perfil lógico. Desse modo, tornou-se mister o fundamento da qualidade política enquanto fim e a qualidade formal enquanto meio.

Diante disto, o enfoque primou principalmente por um esforço em superar as regularidades universalizantes, rumo ao tateamento de um fenômeno que emergiu no plano do vivido, em meio a uma rede de significados e sentidos, tecidos no cerne das relações de poder entre as mulheres e os homens do nosso contexto familiar. Esse processo produziu referências que repercutiram nas representações que construímos sobre a interação mulheres/homens, encontrando eco na arena política instituída pela participação das trabalhadoras rurais na gestão do Sintraf/Serrinha.

Em face de tal especificidade, é que a investigação se norteou pela concepção qualitativa de pesquisa, dentro da abordagem etnopesquisa com forte inspiração fenomenológica. Nas linhas que seguem, procedemos a uma caracterização da concepção e abordagem adotadas, assim como apresentamos alguns dos momentos mais relevantes da elaboração da investigação.

3.1 Concepção de pesquisa: ratificando escolhas

Originária das reivindicações das ciências sociais que, baseadas nos debates em torno da fenomenologia e da hermenêutica, passaram a questionar a ditadura do método em sua ênfase matematizante, a pesquisa qualitativa, segundo Demo (1998), surgiu em razão da necessidade de forjar um método capaz de captar os fenômenos humanos no conjunto de seus significados, sentidos e opacidades, quase sempre inacessíveis à dura lógica laboratorial. Porém, em que consistiria a concepção qualitativa?

Como o próprio nome informou, a pesquisa qualitativa vem do ideal de qualidade. Mas como definir qualidade? Em que parâmetros estaria ela balizada? Como diria Demo (1998), a definição do conceito qualidade não se constituiu numa tarefa fácil. Do latim

qualitas, ou melhor, essência, qualidade designaria tudo que de fato seria relevante e do ponto de vista aristotélico da matéria e da forma, segundo Demo (1998), qualidade seria a dimensão imaterial e central dos seres, aquilo que não se consumiria com o tempo. Ainda muito imprecisa essa dimensão reclamou mais elementos, haja vista que a dificuldade em caracterizar algo definitivo.

Assim, de acordo com Demo (1998), numa segunda tentativa de aproximação, a qualidade apontaria para a perfeição historicamente possível. Nesse particular, emergiu um critério histórico referente às conquistas que traduziram as mais relevantes realizações humanas. Dentro dessa acepção, ressaltou Demo (1998), caberia o conceito de utopia, o qual, enquanto algo não realizado funcionaria como dialética do contrário, ou seja, uma perene crítica daquilo que se tornou real. Então, desse ponto de vista, a participação poderia representar a utopia da vivência em comunidade, da solidariedade e da democracia substancial.

Em um terceiro esforço de conceituação, ressalta Demo (1998), a qualidade seria um atributo próprio do humano, pois que a matéria não apresentaria qualidade, a não ser aquela que lhe seria dada. E, se lhe pudesse ser dada, não representaria uma conquista histórica. Nessa perspectiva, acrescenta Demo (1998), emergiria a dimensão política da qualidade, a qual, sob o horizonte da cultura e da identidade, enquanto individualidade e coletividade, o ser humano a expressaria através da competência histórica para fazer-se sujeito, deixando a condição de objeto. Então, no realce desse horizonte político e histórico da qualidade, o mais relevante diria respeito às expressões

> [...] historicoculturais marcadas não só pelo progresso técnico e econômico, mas sobretudo, por sua humanização como desafio externo de uma obra por definição inacabada [e contraditória no conjunto de suas marcas ideológicas e potencialidades estéticas e éticas]. (DEMO, 1998, p. 98)

Por fim, não poderíamos deixar de abordar a qualidade formal. Conforme Demo (1998), a qualidade formal compreenderia a perfeição dos meios dos instrumentos, dos procedimentos inerentes à produção do conhecimento responsável pela perene transformação histórica, de onde mais uma vez emergiria o caráter histórico-político. Haja vista que todo instrumento encontraria sentido na finalidade a que serviria. O conhecimento não teria valor por si próprio, mas sim enquanto meio para realização dos fins e dos valores sociais em termos do bem-comum; pois que a qualidade política teria a ver principalmente com a ética do conhecimento, da história e das intervenções.

Assim, no que se referiu à definição do conceito qualidade no contexto da concepção de pesquisa aqui em discussão, a ética se constituiria num aspecto crucial. Pois que, como apontou Morin (1998), embora a produção hegemônica do conhecimento científico tenha tentado eliminar de si mesmo o compromisso ético, a práxis da pesquisadora e do pesquisador suscitaria ou se implicaria uma ética própria, autodeterminada pela clareza da sua responsabilidade sociopolítica. Nesta perspectiva, somente a abordagem qualitativa poderia dar conta dos propósitos estabelecidos nesta pesquisa. Diante disto, nossa opção foi por uma abordagem qualitativa de base etnográfica, denominada etnopesquisa.

Oriunda de uma inspiração etnográfica, o termo etnopesquisa veio do grego *ethnos* – povo, pessoas e conceitualmente, segundo Macedo (2000), preocupou-se com os processos que constituíram o ser humano no âmbito de suas ordens sócio-culturais intersubjetivamente edificados. Nesse sentido, a realidade não se constituiria longe da atividade humana, mas seria uma decorrência da ação intensa de pessoas rumo à consolidação de um projeto de mundo norteado pelas formas culturais por elas valorizadas. Daí a relevância da temporalidade histórica e da territorialidade para a emergência da pesquisa em sua densidade prático-sensível.

O lugar, desse modo, ocuparia uma dimensão estratégica, à medida que possibilitaria a articulação contraditória entre o mundial e a especificidade histórica do particular, constituindo então a base para a reprodução da vida. Daí, segundo Macedo (2000), à análise de o lugar implicar-se a ideia de uma construção tecida nas relações sociais que se realizariam no plano do vivido, garantindo uma rede de significados e sentidos mediados pela história e pela cultura, que resultaram na concepção da identidade – ser humano – lugar.

A busca pela contextualização, por assim dizer, compôs uma das bases incontornáveis da etnopesquisa. E, para Macedo (2000), em razão desta e de outras especificidades, essa abordagem ou atitude de pesquisa, trouxe consequências radicais para o campo das pesquisas antropossociais e da educação. A radicalidade veio em função de ela contornar o universalismo abstrato, contemplando segmentos sociais oprimidos e aleijados pela racionalidade ocidental, a qual não raras vezes virou as costas às identidades e às alteridades oriundas dos diversos contextos humanos.

Portanto, ao se propor a descrição de fenômenos encarnados, questionando não apenas a dicotomia sujeito-objeto, como adentrando no mundo das vivências totais, irredutíveis ao *ratio*, ou seja, às dimensões circunscritas ao cálculo, de acordo com Macedo (2000), a etnopesquisa trouxe como incontornável a inspiração fenomenológica, pois que, enquanto algo que se mostra se manifesta e se torna visível, o fenômeno materializaria os

processos sobre os quais a etnopesquisa se debruçaria. Nesse sentido, a interrogação seria a única via de acesso a uma compreensão que não resultasse da manipulação e do controle, mas da abertura ao fenômeno que se revelaria nas contradições, impertinências e provisoriedade do mundo vivido.

Em face desse conjunto de atributos, foi que optamos pela etnopesquisa, como abordagem capaz de dar o suporte que o nosso trabalho investigativo demandou; já que, apesar do seu elo com a dimensão global, o sujeito objeto da nossa investigação jamais poderia ser abordado de forma genérica. Isto porque trouxe em si uma inconfundível referência identitária, representada pelas trabalhadoras oriundas de um *locus* marcado por práticas políticas autoritárias, com relações atravessadas por um forte traço androcêntrico, num contexto marcado por adversidades sociais e climáticas. Estas trabalhadoras, ao vencerem a luta pela filiação ao Sintraf/Serrinha, tiveram uma participação efetiva no processo de ampliação democrática da gestão dessa entidade.

3.2 Sobre a trajetória da pesquisa: reconstituindo o processo

Em princípio, quando nos debruçamos sobre a investigação *"A dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do Sintraf/Serrinha"*, tínhamos a clareza da sua relevância para a nossa vida acadêmico-profissional; mas não a dimensão da sua implicação e do seu significado para o nosso ser enquanto pessoa. À medida que fomos nos aproximando da sua essência, do seu conteúdo, expresso por um passado que não teve sua escrita esgotada, ressignificando-se no presente e criando perspectivas de futuro, vimos que havíamos estabelecido um inédito e profundo contato com a nossa subjetividade.

Paulatinamente, a relação entre a nossa subjetividade e a objetividade histórica foi evidenciando aspectos que, mesmo confusos, curiosamente falaram do sujeito-objeto da pesquisa e de nós mesmas. Entre esses aspectos, poderíamos destacar a internalização de determinadas regras e comportamentos orientados pela cosmovisão masculina que nós, mulheres, incorporamos, bem como a necessidade de criar contra-hegemonias à dominação masculina no cotidiano, minimizando os efeitos das desigualdades entre homens e mulheres no plano privado e público.

Foi desse ponto em diante que semelhantemente a Fini (1994) constatamos que em momento histórico algum a produção do conhecimento se deu no campo da abstração pura. Indiscutivelmente essa produção decorreu de uma visão implicada de ser humano, de mundo, de ciência e verdade. Pois que, segundo Fini (1994), ao superar a dicotomia ser humano x

mundo, o pesquisador estaria buscando a realidade vivida e o conhecimento desta realidade só seria alcançado no próprio existir da pesquisadora. E isto nos remeteria à questão da subjetividade enquanto caminho incontornável para alcançar a objetividade.

Então, parafraseando Bicudo (1994), a objetivação da nossa investigação não se deu no vazio, decorreu da interface entre a nossa subjetividade e o mundo externo Este aspecto, nas palavras de Fini (1994), conferiu um nível de familiaridade com o fenômeno que configurou um momento pré-reflexivo. Para nós, esse momento foi ganhando densidade, através da interface dialética entre a nossa experiência pessoal e profissional.

Os primeiros vestígios vieram da referência familiar, pois muito nos chamou a atenção as relações de poder entre as mulheres e os homens pelo lado materno da minha árvore genealógica. A postura altiva dessas mulheres frente à hegemonia masculina constituiu um diferencial naquele ambiente tradicional do Povoado de Quingi, zona rural do município de Lamarão – Bahia e serviu-nos de referência para a relação que estabelecemos com os nossos três irmãos.

Tal fato, gerou uma curiosidade preliminar: num ambiente tradicional e conservador, com dificílimo acesso à educação, aos meios de comunicação e transporte, como era o povoado do Quingi até o início da década de 70, que aspectos deram suporte ao visível empoderamento das mulheres da minha família materna, no contexto das relações de poder com os homens, ao longo das três gerações conhecidas no século XX?

Essa interrogação inicial abriu caminho para a trajetória fenomenológica que construímos ao longo dessa pesquisa. Esta trajetória foi sendo gradativamente maturada à medida que fomos interagindo com outros sujeitos e processos. A produção do ensaio monográfico “A sexualidade e as representações dominantes no Ensino Fundamental”, aliada à docência no Ensino Superior, ajudou-nos a nos aproximar mais atentivamente para o fenômeno que desejávamos investigar. Nesse sentido, o contato com a literatura relacionada ao multiculturalismo crítico, o pós-colonialismo e o debate feminista foram muito úteis, à medida que nos auxiliaram a adentrar o fenômeno, realizando, como diria Bicudo (1994), a experiência de desvendar sua essência, trazendo-o para um horizonte compreensível. Nesse sentido, mostraram-se relevantes as seguintes constatações:

1. Que a ascensão masculina no domínio público, de acordo com Ponce (1988), trouxe em seu esteio a consolidação da sociedade de classes, organizada dentro de uma lógica elitista e excludente, fato que repercutiu em todas as dimensões das sociedades ocidentais;

2. Que nas sociedades ocidentais, norteadas pelo paradigma da modernidade-iluminista, conforme Mies (1997), a mulher constitui-se num elemento estratégico para a consolidação do sistema capitalista e da democracia liberal-burguesa;

Naquele momento, tomando como referência a relação de forças entre homens e mulheres no plano social mais amplo inquietava-nos a relação de consumo estabelecida com o corpo, especialmente o corpo feminino. E, aos poucos, ganhou sentido a necessidade de analisar os mecanismos simbólicos utilizados pelo mercado através da mídia, para auferir os lucros decorrentes do erotismo fetichista das propagandas. Ao percorrermos esse caminho fenomenológico-hermenêutico, quanto mais nos aproximávamos da essência do sujeito-objeto da investigação, maior distanciamento precisávamos criar, isto por conta da assertiva de Espósito (1994), que destaca o distanciamento como condição necessária para extrapolar aquilo que estava óbvio no fenômeno, possibilitando a crítica das ideologias que o subjazem.

Foi então que para nós tornou-se relevante a necessidade de problematizar como o capitalismo criou armadilhas às bandeiras feministas de acesso e igualdade ao mundo da educação e do trabalho. E, bem como, através da cultura de massa, a lei do mercado engendrou o viés das mulheres que, instruídas e realizadas profissionalmente, não conseguiam escapar do círculo vicioso da adesão e/ou reprodução do estereótipo da escrava sexual contemporânea. Interessava-nos também saber como se dava esse processo de adesão/reprodução: se seria ele resultante da educação doméstica ou da pedagogia veiculada pela cultura de massa.

Paralelo a tudo isto, a curiosidade que nos foi despertada pelos movimentos sociais através do acesso à literatura multiculturalista, pós-colonistas e feminista, nos levou a construir algumas aproximações com algumas ong's. No entanto, o ingresso na coordenação regional do Pronera, Uneb/Campus XI – Serrinha levou-nos a redirecionar o interesse investigativo. Como já destacamos anteriormente, essa experiência remeteu-nos à necessidade de compreender conceitualmente em que consistiam as organizações camponesas e qual seria seu papel histórico em relação ao modelo de sociedade forjado em nosso país pela herança colonial europeia. Àquela altura, a inquietação que até então nos tinha mobilizado, sobre as relações de poder entre mulheres e homens, cedeu espaço para o interesse surgido a partir da nossa participação no Pronera. Através desse programa, tivemos a oportunidade de acompanhar a interface que se sedimentava nos fóruns de discussão entre a UNEB e os movimentos camponeses.

Foi no âmbito da relação entre Uneb e movimentos sociais do campo possibilitadas pela Pronera, que averiguamos que mesmo contribuindo concretamente para o acesso à educação formal, por parte dos militantes dos movimentos camponeses, a universidade era desafiada a rever suas concepções e práticas. Em certa medida, os movimentos também não deixaram de estar suscetíveis ao mesmo processo. Então diante de um fenômeno aparentemente incontornável na relação entre organizações com funções, percepções e estruturas tão diferentes começamos a nos questionar como se materializava o processo de aprendizagem no contexto da interface entre os movimentos camponeses e a UNEB? Que re-significações epistemológicas e políticas tal interface poderia desencadear para os segmentos envolvidos? Que concepção de razão poderia surgir do seu bojo?

Como já destacamos anteriormente a estruturação dessas inquietações na forma de um anteprojeto de pesquisa, assegurou-nos a aprovação no mestrado em Educação e Contemporaneidade. Adiante, os debates realizados pelo conjunto das disciplinas do referido mestrado, nos remeteu a uma análise detida das contradições da sociedade ocidental em função do modelo de desenvolvimento nela dominante. Essas contradições nos incomodaram profundamente, haja vista que na condição de gestante em que nos encontrávamos, muito nos preocupava as perspectivas de futuro do mundo que aguardava a chegada da nossa filha.

Quando nos demos conta da forma clara e objetiva da rota perigosa que a sociedade de consumo estava impondo ao planeta, fomos impelidas a refletir exaustivamente sobre a contribuição que nós mulheres teríamos para o problematização do paradigma de desenvolvimento dominante. Foi então que começamos a refletir se existiria alguma relação entre o a hegemonia masculina e o paradigma socioeconômico vigente nas sociedades ocidentais; bem como, se o modo de socialização feminino poderia contribuir para consolidação de um modelo social mais inclusivo, voltado para a valorização da vida e não do capital.

Então, tomando como referência a ideia de que a articulação de mulheres em grupos socioidentitários e movimentos sociais teve, segundo Shiva e Mies (1997), Tadeu Silva (1999), no questionamento das bases epistemológico-políticas do capitalismo e da democracia liberal-burguesa nas últimas décadas do século XX. Bem como, que as mulheres engajadas em movimentos sociais e sindicais, conforme Boaventura Santos e Osório (2005), estavam produzindo importantes campos de debate, experimentação e ampliação do cânone democrático na contemporaneidade, foi que começamos a nos questionar em quais campos de experimentação social seria possível resistir localmente às evidências da inevitabilidade do projeto de desenvolvimento hegemônico. De posse da literatura que abordava os processos de

participação das mulheres na redefinição do desenvolvimento local e tomando por base a participação delas nos movimentos sociais e sindicais do Território do Sisal, fizemos o primeiro esboço das questões que mais tarde orientariam a nossa pesquisa:

1. Historicamente como se deu a inserção das mulheres nos movimentos sociais do campo no Território do Sisal?
2. Quais as implicações dos sindicalistas na definição do desenvolvimento local sustentável?
3. A gestão dos processos educativos no contexto desses movimentos estaria articulada com o debate acerca do desenvolvimento local sustentável?

Em principio, pretendíamos captar elementos que nos auxiliassem a estabelecer uma compreensão mais clara acerca:

1. Dos aspectos sociopolíticos negligenciados pela historiografia social sobre a mudança feminina nos sindicatos rurais do Território do Sisal;
2. Da avaliação dessas mulheres acerca do projeto de desenvolvimento hegemônico;
3. Da defesa ou contraposição ao modelo de desenvolvimento hegemônico;
4. De que modo a educação transversalizaria todo esse debate no contexto dos sindicatos.

As orientações do Prof. Dr. Avelar Mutim nos levaram à conclusão de que era preciso objetivar mais a problemática, determinando com maior clareza o seu foco. Nesse sentido, os contatos com a sindicalista rural, Maria Zilda Oliveira Ferreira, foram de extrema relevância. A partir desse contato, tomamos conhecimento do papel das trabalhadoras rurais, não apenas na primeira onda de aprofundamento democrático, representado pela ruptura com o controle do poder público municipal na gestão da entidade, mas do seu possível protagonismo no desenrolar de um modelo de gestão basilado em moldes societais.

Aliada a esses fatos, a leitura de referências, como: *"Democratizar a democracia"* e *"Reconhecer para libertar",* organizados por Boaventura Santos (2005), mais o artigo *"Políticas públicas e processos de emancipação, globalização econômica e a realidade brasileira",* de Maria da Glória Gohn (2006), ressignificaram nosso interesse investigativo. Haja vista que poderíamos abordar a inquietação que deu origem e transversalizou essa

construção, ou seja, as relações de poder entre mulheres e homens, bem como os aspectos relacionados ao debate democrático, contemporâneo e o papel da educação no contexto desse debate, e mais a contribuição de todo esse processo para a discussão em torno do desenvolvimento local sustentável.

A partir daí, conseguimos nos aproximar de forma mais consciente e clara da essência e/ou cerne da nossa pesquisa, a qual se pautou nas seguintes questões:

1. Quais os aspectos que definiram a participação das trabalhadoras na gestão do Sintraf/Serrinha?
2. Qual o aprendizado obtido pelas trabalhadoras através da participação na gestão do Sintraf/Serrinha?

No momento em que conseguimos chegar à síntese expressa pelas questões acima, vislumbramos o quanto estávamos implicadas com o sujeito-objeto da nossa pesquisa, em função do encontro histórico de nossa vivência com a dimensão social mais ampla. Daí a nossa responsabilidade diante dela, inclusive na utilização dos instrumentos que consideramos mais apropriados a sua execução.

Como forma de construir uma interface significativa com o sujeito-objeto da nossa investigação, utilizamos os seguintes instrumentos mediadores da coleta de dados: observação, entrevista e levantamento estatístico. A observação foi um instrumento relevante, pois possibilitou o primeiro contato direto com a situação de pesquisa, permitindo, nas palavras de Macedo (2000), que adentrássemos no conjunto dos sentidos e significados construídos pelas atrizes sociais frente aos aspectos relativos à investigação. Já a entrevista, permitiu o encontro face-a-face entre nós e as pessoas implicadas com o processo, ajudando-nos a perceber o fenômeno em toda a sua indexalidade, abarcando tanto a linguagem verbal quanto corporal. O levantamento estatístico foi utilizado numa concepção mais ampla do que apenas a de demonstrar que quantidade e qualidade podem se integrar superando o reducionismo matemático.

Antes de levar a termo a utilização desses instrumentos, contudo, realizamos uma pesquisa exploratória, a fim de estabelecermos o primeiro contato com a natureza do fenômeno em questão. Selecionamos quatro trabalhadoras que acompanharam ou participaram efetivamente da luta pela filiação das mulheres e da tomada do sindicato do controle do poder público. E, com base nas questões abaixo, fizemos as primeiras entrevistas

do trabalho (APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA DA PESQUISA EXPLORATÓRIA).

As informações obtidas através dessa pesquisa exploratória foram de fundamental importância para nortear o conjunto do nosso trabalho (ANEXO A – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS DA PESQUISA EXPLORATÓRIA), pois isto possibilitou o acesso a especificidades que nos auxiliaram a relacionar os "achados" da pesquisa com os conceitos a serem trabalhados no referencial teórico, oferecendo também informações necessárias à contextualização desses conceitos. Eles também foram relevantes, porque nos auxiliaram na definição dos aspectos que priorizaríamos na segunda e definitiva etapa da pesquisa de campo.

Enquanto momento mais formal, a pesquisa de campo foi inaugurada através de quatro observações no Sintraf. Essas observações foram feitas no intuito de, entre outras coisas, averiguar o nível de participação das trabalhadoras nos debates. Então, na primeira oportunidade acompanhamos uma reunião ocorrida na Delegacia Sindical da Comunidade da Mombaça. Na segunda e terceira, respectivamente, acompanhamos uma formação sindical, desenvolvida na sede do Sintraf/Serrinha. Na quarta, acompanhamos uma reunião da diretoria da entidade.

Nós também realizamos um levantamento estatístico como forma de analisar o número de filiações de trabalhadoras e trabalhadores, estabelecendo a progressão dessas filiações ao longo de três décadas. Para tanto, tomamos como referência o número de filiações ocorridas nos anos de 1987, 1997 e 2007. Como forma de demonstrar quantitativamente a diferença entre o número de trabalhadoras e trabalhadores rurais presentes nas assembléias realizadas no intervalo de um ano, procedemos um levantamento no livro de presença. Ainda no contexto da pesquisa de campo, entrevistamos (APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS) com algumas trabalhadoras engajadas na gestão, sendo que 04 da administração central e 04 das delegacias sindicais.

A análise dos dados contemplou de modo específico cada um dos instrumentos utilizados. Tomando como referência o pensamento de Fini (1994), buscamos nos cercar das informações necessárias a um exercício de pesquisa do tipo etnográfico. Realizamos a leitura geral das informações expressas por cada instrumento, seguida de uma leitura mais apurada, a fim de detectarmos as unidades de significado. Obtidas as unidades de significado, recorremos ao léxico, à história, à legislação, aos usos e costumes para interpretarmos os símbolos e os signos contidos nos discursos, averiguando as convergências, de modo a compor uma visão que representou a nossa perspectiva sobre o fenômeno.

3.3 A compreensão do fenômeno enquanto caminho para desvelar sua essência

As observações diretas constituíram as primeiras aproximações com o contexto investigado. Enquanto dimensão de um todo significativo, como diria Macedo (2000), o esforço observador justificou-se em razão da necessidade de chegarmos o mais próximo possível desse sujeito-objeto, apreendendo as evidências relacionadas à dimensão educativa da participação dos trabalhadores rurais na gestão do Sintraf/Serrinha. Embora tenhamos feito quatro observações, o fato de estarmos constantemente presente na sede da entidade, nas palavras de Macedo (2000), auxiliou-nos adentrar no universo dos seus bastidores, exercitando com maior clareza a compreensão do fenômeno implicado a nossa investigação.

Desse modo, consideramos relevante destacar um aspecto que muito nos marcou ao longo das observações: a interface que estabelecemos com as pessoas direta ou indiretamente envolvidas. Ao longo do trabalho, identificamos basicamente três tipos de sentimento por parte dessas pessoas. Inicialmente alguns revelaram um misto de curiosidade e resistência, o que nos pareceu normal em função do fato incomum de nossa presença nas dependências do Sintraf; bem como da necessidade que elas tinham de se certificarem acerca da seriedade da investigação.

Vencida essa etapa, observamos que as pessoas demonstraram disposição em contribuir, embora demonstrassem timidez e medo de dizerem *"alguma bobagem",* como elas próprias afirmavam. E, por último, identificamos um sentimento de acolhida, entremeado por uma expectativa de parceria futura, o que também nos envolveu e nos animou por conta das inúmeras possibilidades epistemológicas e políticas que essa parceria poderia gerar.

No intuito de desenvolver o processo de inferência sobre as observações diretas, relataremos nas linhas que seguem o conteúdo obtido em cada um dos quatro momentos em que direcionamos um olhar atento sobre a dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do sindicato.

Na tarde do dia 18.08.2008, iniciamos a coleta de informações através da observação direta, a qual ocorreu na Delegacia Sindical da comunidade de Mombaça, durante a primeira reunião da diretoria empossada.

Composta a mesa-diretora por um homem e três mulheres, os trabalhos foram abertos com a leitura de uma mensagem. Feitos alguns informes, passou-se ao debate dos pontos mais relevantes da pauta, entre os quais destacaram-se:

- a possibilidade de suspensão do benefício da aposentadoria;
- a escolha das trabalhadoras rurais que comporiam o coletivo de mulheres da comunidade.

O primeiro ponto mobilizou a atenção de todas e todos, de modo que o debate girou em torno da reflexão acerca da clivagem dessa proposta com os interesses daqueles que exploravam o trabalho escravo no campo. Houve unanimidade quanto à relevância da articulação das trabalhadoras e trabalhadores na luta contra as manobras patrocinadas pelos segmentos conservadores do Congresso Nacional em prol da proposta de corte da aposentadoria.

Na discussão do segundo ponto, a polêmica foi a hesitação das trabalhadoras em assumir a dianteira do coletivo. Definido este ponto, a mesa e a plenária procederam suas considerações finais e a reunião foi encerrada.

Nos dias 28 e 29.08.2008, procedemos a segunda e terceira observação, ambas ocorridas no contexto de uma formação voltada para o público de delegadas e delegados sindicais, realizada na sede do Sintraf/Serrinha. Os trabalhos foram iniciados com apresentação coletiva dos presentes e introdução da temática, cujo desdobramento resultou nos seguintes tópicos:

a) Gênese dos movimentos sociais e sindicais do campo no Brasil;
b) Histórico da Fatres e o seu papel na articulação regional dos sindicatos rurais, após a superação do controle político-administrativo dos poderes públicos municipais no Território do Sisal;
c) Contextualização do movimento social e sindical do campo no município de Serrinha;
d) Estudo do estatuto do Sintraf/Serrinha.

Os trabalhos foram encerrados após a avaliação do processo de formação pelos participantes e após as considerações finais dos coordenadores do trabalho.

No dia 04.09.2008, realizamos a quarta e última observação, a qual ocorreu no contexto da reunião da diretoria do Sintraf/Serrinha. Os trabalhos foram abertos procedendo-se a leitura das atas, seguida de informes. Na sequência, foram discutidos pontos como:

a) Garantia da Safra – onde foi questionado o papel da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S. A. (EBDA) e da administração municipal em exercício, além de problematizado a inexistência do Conselho de Defesa Civil – entidade fundamental para a solução do problema da queda da safra em função da "seca verde";

b) Secretaria de Mulheres, Secretaria de Jovens e Departamento de Educação no Campo – avaliação do papel que cada uma dessas secretarias e departamentos havia desenvolvido até aquele momento, acrescida do questionamento sobre qual seria o resultado efetivo, ou seja, qual seria o "produto" da sua atividade, aspecto para o qual não se chegou a um consenso;

c) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) _ debate acerca da necessidade de mobilização do Sintraf/Serrinha, no sentido de pressionar o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e os bancos para revisão dos critérios de aquisição do PRONAF.

Embora esta reunião estivesse prevista para ocorrer ao longo dos turnos matutino e vespertino, nós optamos por acompanhar apenas o primeiro, já que nele a pauta que nos interessava foi esgotada. Então, o nosso acompanhamento foi até o momento do intervalo para o almoço.

Finalizadas as observações, passamos à análise dos aspectos que se mostraram mais relevantes para a nossa pesquisa. Nesse sentido, avaliamos que seria relevante demonstrar esta análise com as informações obtidas através do levantamento estatístico. O primeiro e indiscutível indício que obtivemos foi a superioridade numérica das mulheres nas reuniões que acompanhamos. As fotos que seguem expressam essa superioridade por amostragem.

Trabalhadoras e trabalhadores rurais participando de assembléia Foto 3 – Vladson Silva

Trabalhadora assinando livro de presença da assembléia Foto 4 – Vladson Silva

No entanto, as informações comprovaram que desde o momento em que conquistaram o direito a filiação em 1987, ao longo de três décadas, apesar das variações indicando uma curva negativa a partir do ano de 1997, o número de filiações de trabalhadoras mostrou-se superior ao número de trabalhadores.

Os quadros abaixo justificam esse quantitativo, ao comprovarem que a desde o momento em que conquistaram o direito à filiação em 1987, ao longo de três décadas, apesar das variações indicando uma curva negativa a partir do ano de 1997, o número de filiações de trabalhadoras mostrou-se superior ao número de trabalhadores.

Quadro 2 – Incremento do percentual de Filiações 2007 em relação a 1987 e 1997

ANO DE 2007			INCREMENTO RELATIVO A 1987	INCREMENTO RELATIVO A 1997
FILIAÇÕES		PERCENTUAL		
Mulheres	393	68,7 %	+ 124,6 %	+ 57,2 %
Homens	179	31,3 %	+ 588,4 %	+ 26,9 %
TOTAL	572	100,0 %	+ 45,5 %	+ 46,3 %

Um aspecto relevante do ponto de vista qualitativo foi que nas bases, ou seja , nas delegacias sindicais do interior do município, a participação das trabalhadoras rurais não apenas mostrou-se numericamente mais expressiva, como mais atuante que os pares do sexo masculino. Nas observações que realizamos ao longo da formação sindical e da reunião da diretoria na sede do Sintraf, ratificamos a superioridade numérica da presença da trabalhadoras.

Quadro 3 – Frequencia em assembleias no período de Dez/2007 a Nov/2008.

DEZEMBRO DE 2007	PRESENTES	PERCENTUAL
Mulheres	91	70,5 %
Homens	38	29,5 %
TOTAL	129	100,0 %

MAIO DE 2008	PRESENTES	PERCENTUAL
Mulheres	46	76,7 %
Homens	14	23,3 %
TOTAL	60	100,0 %
NOVEMBRO DE 2008	**PRESENTES**	**PERCENTUAL**
Mulheres	48	67,6 %
Homens	23	32,4 %
TOTAL	71	100,0 %

Em se tratando das formações e reuniões que acompanhamos na sede, notamos que, apesar de muitas vezes manterem-se em silêncio ao longo do processo, quando tomavam a palavra, as trabalhadoras posicionavam-se de forma coerente e crítico-construtiva. Ainda em relação à participação das trabalhadoras nos fóruns formativos e deliberativos da sede, nos chamou atenção a reunião da diretoria, última reunião que acompanhamos. Naquele momento, apesar de estarem em maior número, a palavra foi controlada majoritariamente pelos trabalhadores da mesa diretora.

O questionamento sobre qual seria efetivamente o "produto" da Secretaria de Mulheres, da Secretaria de Jovens e do Departamento de Educação do Campo, nos chamou atenção, pois que se aproximou da lógica administrativa das organizações de mercado, pautadas em indicadores quantitativos. Apesar de justificável em função da necessidade da prestação de contas aos filiados sobre os resultados obtidos através do trabalho das secretarias, tal fato demonstrou que o Sintraf/Serrinha talvez precisasse rever o seu olhar sobre as secretarias questionadas.

Ao constituírem dimensões relevantes do pluralismo cultural, essas secretarias representavam uma conquista histórica para o processo de aprofundamento democrático da gestão da entidade. Já que, como diria Gomes (2002), refletiu a luta pela superação da noção abstrata de igualdade, rumo a uma perspectiva que atenta para a diversidade, representasse uma noção dinâmica e militante, voltada para a defesa dos interesses das pessoas socialmente fragilizadas.

Diante disto, não poderíamos esquecer o papel da participação das trabalhadoras rurais no aprofundamento democrático da gestão do Sintraf, bem como, a sua relevância para a consolidação das secretarias de Mulheres e de Jovens e do Departamento de Educação do Campo. Daí a nossa inferência a respeito do potencial dessas secretarias para a consolidação de aprendizados relevantes, tanto para as trabalhadoras rurais, quanto para o Sintraf/Serrinha.

Haja vista que as questões de ordem simbólico-qualitativas com as quais elas lidavam poderiam contribuir para a ressignificação da atuação da entidade, no cenário da sociedade serrinhense contemporânea.

3.4 O ponto de vista de quem fez da participação no espaço público uma conquista silenciosa e cotidiana

O conjunto das entrevistas que realizamos com as mulheres engajadas na administração do Sintraf/Serrinha apresentou um universo carregado de significados, atravessados por uma dimensão vivencial e política. Tal dimensão pareceu adquirir novos contornos ao longo do tempo. As falas evocaram lembranças relacionadas ao engajamento das mães, pais e irmãos mais velhos, os quais em tempos de repressão participaram ativamente na tomada do sindicato do controle do poder público, da luta pela filiação das trabalhadoras rurais e mais adiante enfrentaram o desafio de reestruturar a entidade, assegurando em definitivo a gestão consolidada pelas suas bases.

À medida que fomos puxando os fios da tessitura histórica, adentramos nos meandros dos processos de participação forjados pelas trabalhadoras no contexto da atual gestão do sindicato (APÊNDICE C – QUADRO-SÍNTESE DAS ENTREVISTAS). Essa análise cuidadosa nos permitiu perceber a superação dos limites do mundo privado representado pelo lar, rumo à complexidade do mundo público representado pela entidade e da luta pela consolidação de direitos.

Foi pensando na multiplicidade dos eventos que, entremeados por desafios e conquistas, possibilitaram a transposição das fronteiras entre o domínio privado do lar e o domínio público do Sintraf/Serrinha, que introduzimos as entrevistas questionando as trabalhadoras rurais sobre que tipo de sentimento a participação no Sintraf/Serrinha desencadeava nas trabalhadoras. Notamos, especialmente naquelas vinculadas às delegacias sindicais, um alto nível de entusiasmo frente ao crescente domínio das funções que estavam ocupando. Também se destacou a satisfação pelo reconhecimento da entidade ao trabalho desempenhado por elas. O depoimento de Maria José Barbosa, membro da Delegacia Sindical da comunidade da Mombaça, sintetizou de modo relevante o consenso entre a maioria das entrevistadas:

> Me sinto feliz [com esse trabalho] porque eu gosto de participar, [...] de estar sempre em reuniões, na luta, assim... E o sindicato... Assim... é uma coisa que ajuda a gente a crescer mais. E reconhece o nosso trabalho, [...] por a gente ser lavradora.

Entre as trabalhadoras da administração central, as falas giraram em torno da satisfação decorrente do exercício específico de suas funções na diretoria. Entre elas, uma nos chamou a opinião de Maria de Souza, da Administração Central:

> No momento me sinto assim... Orgulhosa porque eu nunca fui Conselho Fiscal no sindicato, foi a primeira vez. Sempre eu já fui outras secretaria [...]. No momento pra mim tá sendo um trabalho muito excelente.

Este ponto de vista nos levou a crer que a entrada no universo público representou um momento histórico para as trabalhadoras rurais, à medida que se constituiu num canal para expressão de suas capacidades e de ruptura política ao assegurar o ingresso num território eminentemente masculino.

Além disto, parafraseando Teixeira (2001), ao transitarem nas diversas formas de participação, experimentam formas mais indiretas, episódicas e/ou apenas orientadas para a expressão. Experimentam ainda formas orientadas para um processo de intervenção mais organizado; o depoimento das trabalhadoras, de modo geral, convergiu com o ponto de Glória Simões, da Delegacia Sindical da comunidade de Tanque Grande, que destacou ficar muito satisfeita em fazer parte e lutar por ideais coletivos, concluindo que o movimento sindical era um importante espaço de luta.

Se considerarmos ainda o ponto de vista de Teixeira (2001), implicada a preocupação de tomar parte, provavelmente estaria presente a necessidade de "*pensar a sociedade, o Estado, a relação das partes entre si e destas com o todo"*, configurando assim um esforço para romper com a própria situação de invisibilidade e marginalização, além de exercer alguma influência sobre a consecução e o acompanhamento de políticas públicas voltados para o bem comum. Apesar do aparente caráter moderno e utópico do ideário desse bem comum, ele não deixou de ser contemporâneo e desejável num contexto marcado por uma trajetória de desvios, possibilidades e expectativas não realizadas a esse respeito, como o município de Serrinha.

No decorrer da entrevista, questionamos de que maneira **a condição de mulher dificultava e/ou facilitava o trabalho delas na gestão** dessa entidade. Ao destacarem as dificuldades, tanto as trabalhadoras das delegacias sindicais, quanto as trabalhadoras da administração central foram unânimes. O ponto de vista de Leidiane Almeida da Delegacia Sindical da comunidade do Campo Redondo traduziu bem a questão:

> As mulheres sofrem muito preconceito, ne? Porque é mulher... que não sei pra que mulher ta saindo, deixando a casa à toa... É isso que as mulheres mais sofre, é isso: o preconceito mesmo dos esposo, da família que fica falando... que não é pra mulher deixar a casa [...] pra ir pra rua... Que vai ganhar o quê com aquilo.

A respeito da discussão acima, se tomarmos como referência os estudos de Flax (1991), veremos que no contexto ocidental a participação das mulheres no espaço público constituiu-se num grande desafio. Um exemplo contundente foi quando essa autora (1991) reportou-se à avaliação feita pelos filósofos do Iluminismo sobre a capacidade intelectual das mulheres. Segundo tal avaliação, as mulheres não poderiam fazer parte do grupo de pessoas capazes de alcançar a libertação da formas tradicionais de autoridade.

Cornell e Thurschwell (1987) discutiram o caráter negativo atribuído às mulheres pelo discurso psicanalítico, quando este as reduziu a uma misteriosa ausência, a qual não poderia ser apresentada em categorias masculinas ou reduzidas ao que era conhecido pela racionalidade instrumental. Então, conforme Cornell e Thurchwell (1987), perante o discurso psicanalítico, a mulher não existiria, a não ser como o Outro de um discurso baseado na radical exclusão d'Ela; pois que, não tendo pênis, a mulher era aquela que não possuiria existência própria, não existindo mulher alguma, exceto aquela excluída do valor das palavras.

Em se tratando da nossa realidade (agreste baiano e sertão nordestino), guardadas algumas especificidades próprias do modelo de colonização que aqui se efetivou, não poderíamos desconsiderar o impacto das representações produzidas sobre a mulher ao longo do tempo pelo androcentrismo dominante nesse *locus*. Sérgio Buarque de Hollanda (1995) e Gilberto Freyre (1994), em meados do século XX, reportaram-se ao caráter patriarcal da nossa sociedade, a qual ambos identificaram pelo traço latifundiário e escravista. No entanto, Fisher e Gehlen (2002), reportaram-se à questão fazendo menção específica à realidade das mulheres nos territórios camponeses, ressaltando que, acima de tudo, esta era vista como uma peça que compunha a família, de modo que sua individualidade caía no plano da invisibilidade do privado, sem expressão na esfera pública.

Confinada e absorvida pelo plano doméstico, em razão do seu papel na procriação, ressaltou Branco (2000), a mulher e ou trabalhadora rural no semiárido nordestino tinha sua esfera de atuação restrita às intermináveis tarefas do papel de mãe e criadora de filhos. Dessa mulher se esperava um comportamento absolutamente subordinado às exigências do marido e da família. Então, em nome dos interesses e da sobrevivência material e simbólica da família, todos os esforços femininos seriam justificados, embora jamais fossem reconhecidos. Assim, a despeito das transformações históricas, destacou Branco (2000), esse foi um fenômeno

presente em todas as classes sociais do Nordeste rural do Brasil. Daí não estranharmos que ele também estivesse presente no cotidiano das trabalhadoras rurais engajadas na gestão do Sintraf/Serrinha.

No momento em que nos interessamos em saber **em que a condição de mulher facilitava a participação na gestão** do sindicato, as trabalhadoras das delegacias sindicais destacaram a relevância de traços de personalidade supostamente femininos, como a coragem e a determinação na busca de objetivos. Outro aspecto que mereceu destaque foi o ressaltado pelo depoimento de Cleide dos Santos, membro da Delegacia Sindical da comunidade de Alto Alegre:

> O que facilita é... O que a comunidade aqui é muito grande, mas... os homens ta lá embaixo e as mulheres ta sempre em primeiro lugar porque os home do Alto não participa. Aí tem mais mulher como sócia. E também aqui na diretoria é só mulher. [Na hora de decidir as coisa, quem decide são as mulher].

Ao se reportarem à mesma questão, as trabalhadoras da administração central, além de apresentarem pontos de vista semelhantes aos das trabalhadoras das delegacias sindicais, acrescentaram um elemento relevante para análise. Elemento esse trazido à tona principalmente pela fala de Vilma Silva, da Administração Central

> Como mulher, o que facilita é a comunicação mesmo entre as pessoas, até mesmo por a gente ter um público bem maior de mulheres. Então há uma facilidade porque a gente tá sempre se entendendo, conversando, trocando ideias, formando opiniões.

O ponto de vista ressaltado pelo depoimento acima nos trouxe outro dado relevante, que foi a aparente retroalimentação entre a participação das trabalhadoras na dimensão da mobilização e da gestão do Sintraf/Serrinha. Nesse particular, notamos que as líderes constituíram um estímulo importante para o engajamento confiante das trabalhadoras das bases na organização sindical. A esse respeito, conviria destacar o pensamento de Parsons (*apud* HABERMAS, 2003, p.95), a respeito do papel simbólico da influência que, como forma generalizada de comunicação, regularia interações através da convicção ou da persuasão. De tal sorte que pessoas poderiam gozar de uma reputação que lhes permitisse exercer influência sobre as convicções de outras pessoas, sem ter que comprovar competências e sem ter que dar explicações.

De forma mais ou menos geral, o conjunto das falas também ressaltou a relevância do apoio e da colaboração mútua entre as trabalhadoras inseridas na gestão do sindicato e as trabalhadoras das bases. Se trilharmos o caminho proposto pelo ponto de vista das

entrevistadas, parafraseando Teixeira (2001), verificaremos o indicativo do predomínio de uma lógica de solidariedade e integração distinta da lógica competitiva, acumulativa e de apropriação privada próprias do ideário econômico.

Essa lógica pareceu vir no esteio de relações entremeadas por processos socioidentitários, provavelmente decorrentes da condição de mulher, mãe e trabalhadora rural, que buscaram no estabelecimento de redes de solidariedade, a constituição de uma estratégia de sobrevivência emocional e política, ante os desafios da gestão do Sintraf/Serrinha.

Esses processos de identificação pareceram trazer à tona, segundo Rodges (2003), a qualidade da participação legitimada – ou consentida _ que proporcionou um sentimento de pertencimento, capaz de oferecer a possibilidade de um movimento de identificação que conduziria a adesão do sujeito ao grupo, de modo que, o pertencimento representaria o engajamento implicado.

Ainda de acordo com Rodges (2003), esse engajamento como membro de um complexo conjunto de relações seria, ao longo do processo ressignificado, transformando-se ao longo do tempo em algo subjetiva e socialmente desejável. O pertencimento como desejo aqui ganharia uma conotação diferenciada, à medida que, segundo Elspeth Probyn (1996, p.13 *apud* RODGES, 2003, p. 67), estabeleceria relações de proximidade com variadas formas de sociabilidade, impulsionando e rearranjando as relações nas quais o desejo interviria.

À medida que a entrevista foi prosseguindo e quisemos saber sobre os **aprendizados obtidos através da participação na gestão do Sintraf/Serrinha,** a opinião das trabalhadoras das delegacias sindicais não apenas encontrou ressonância, como também encontrou aprofundamento nas falas das trabalhadoras da administração central. As constatações que realizamos ao longo da investigação nos levaram a crer que a reformulação de seus aprendizados e/ou saberes constituiu-se num desafio para as trabalhadoras. Em primeira instância, esse desafio relacionou-se ao fato de terem sido excluídas do universo público-escolar, não apenas em função da histórica marginalização que os povos do campo nesse particular , mas também pelo fato de serem mulheres.

Todavia, a assunção de funções na gestão da entidade colocou a exigência do domínio de conhecimentos de ordem técnica. Encarada com ânimo, essa exigência foi dirimida através da formação decorrente do próprio fazer da atividade gestora. Daí sua singularidade, já que não pressupunha pré-requisitos ou habilidades especiais. Tidas como verdadeiras conquistas, já que representavam a ruptura com a situação-limite da restrição do acesso ao conhecimento, a conquista dos conhecimentos de ordem técnica configurou um

primeiro nível de superação, garantindo que as trabalhadoras pudessem acompanhar o compasso dos pares masculinos na gestão.

O segundo nível de superação foi representado pela formação de ordem política, os quais habilitaram as trabalhadoras a terem uma maior clareza sobre a sua condição de mulheres no âmbito da família e da sociedade; bem como da necessidade como trabalhadoras de estarem inseridas nessas duas instâncias na luta por um modelo societal que, atento à diversidade feminina, não perdesse de vista interesses sociais mais amplos, como o acesso democrático dos bens públicos de ordem material e simbólica. Nesse sentido, o ponto de vista de Maria Zilda da Administração Central foi bastante significativo, pois que destacou o aprendizado de se ver como mulher e cidadã, capaz de tomar decisões políticas.

De acordo com as trabalhadoras rurais das delegacias sindicais e da administração central o ingresso no mundo sindical possibilitou o contato com informações e conhecimentos que possibilitaram uma visão mais ampliada da família, da sociedade, do sindicalismo, da educação e das políticas públicas. E, pelo visto, tal processo influenciou de forma decisiva a tomada de consciência quanto aos seus direitos no plano individual e coletivo.

Este foi um dado significativo por estar implicada a circulação de conhecimentos e informações que não apenas possibilitaram a ruptura com o isolamento e a cultura do silêncio, não raras vezes presentes no cotidiano destas trabalhadoras, como funcionou como estímulo para o ingresso destas no espaço público, falando por si. A julgar pelo conjunto das falas, esse processo formativo pareceu ter retroalimentado o exercício de uma maior autonomia e independência frente aos ditames da vida privada, repercutindo, como ressaltou Leidiane Almeida, da Delegacia Sindical da comunidade de Campo Redondo, diretamente na capacidade de

> [...] ser organizada, né? [Que] se a pessoa tem aquele objetivo, tem que encarar [...]. Fica mais experiente nas coisas. Se tiver alguma coisa, as pessoa não pode ficar calado [...]. A pessoa tem que ir em frente.

A ampliação da visão de mundo e a tomada de consciência dos direitos como mulher, de certo modo influenciou a relação das trabalhadoras com o Sintraf. Daí o destaque dado por algumas entrevistadas das delegacias sindicais ao rompimento com a visão imediatista em relação ao papel da instituição. Com o tempo, às questões mais pontuais como o acesso aos direitos previdenciários, foram se agregando outras mais amplas, como o debate, por exemplo, de políticas públicas para inclusão social.

Tal ruptura pode ter se dado em razão de que pouco suscetíveis à migração, as trabalhadoras rurais recorreram à filiação do sindicato, enquanto estratégia para garantir a

sobrevivência de suas famílias dentro dos limites oferecidos pela sociobiodiversidade presente nos territórios rurais do município de Serrinha. Então, diante da vulnerabilidade econômica de suas famílias e da quase inexistente presença de políticas públicas para o desenvolvimento humano nesse *locus*, a saída mais plausível seria recorrer ao Sintraf. Talvez aí esteja uma das explicações para a presença massiva das trabalhadoras rurais nas várias instâncias da entidade.

Dando continuidade às entrevistas, interrogamos as trabalhadoras **sobre a estrutura organizacional do Sintraf/Serrinha.** A esse respeito, uma delas, Leidiane Almeida, da Delegacia Sindical do Campo Redondo, declarou:

> Precisa de muita organização e muita união em primeiro lugar no sindicato [...]. Eu acho que depende da união ali pras coisas ir tudo em frente. [...] As dificuldade que é [...] entre mulher com mulher [...]. Em vez de se juntar que é mulher com mulher, às vezes fica pior ainda.

Nessa fala de Leidiane, embora tenha ficado evidente a existência de alguns conflitos de interesses entre as trabalhadoras; ao que pareceu, eles não se mostraram representativos para a dinâmica interna da participação das trabalhadoras na gestão do Sintraf/Serrinha. Haja vista que entre as outras trabalhadoras das delegacias sindicais, essa opinião não encontrou eco, pois que como diria Melucci (1996 *apud* PRADO; CAMPICI; PIMENTA, 2004, p. 308), a união em torno de dificuldades e objetivos semelhantes acabaram por se constituir em fonte de energia tanto para a articulação interna como para a constituição da identidade grupal.

De modo geral, afora Lidiane Almeida, as outras trabalhadoras das delegacias não demonstraram opinião formada sobre o que poderia ser melhorado na estrutura organizacional do sindicato. Das trabalhadoras da administração central, no entanto, apenas uma não demonstrou clareza sobre a questão. As demais concordaram com o ponto de vista de que as mulheres enfrentavam preconceito na estrutura. E, apesar do discurso em defesa da igualdade entre homens e mulheres, na prática prevalecia, segundo Vilma Silva da Administração Central

> [...] o machismo ainda, viu? Acaba que às vezes prevalece a voz do homem, né? [...] Quem tá nos cargos, nas cabeceiras são os homes: é presidente, é tesoureiro. A mulher sempre acaba ficando com aquele trabalho de tá escrevendo, fazendo ata que é uma coisa muito chata.

A respeito das desigualdades entre homens e mulheres na estrutura do Sintraf/Serrinha, outra entrevistada trouxe um dado relevante: que essas desigualdades de acesso aos cargos da executiva, enfrentado pelas mulheres, não tinham visibilidade na pauta

do fluxo de debates do sindicato. E, embora não tenha relacionado com a discussão sobre a igualdade de acesso aos cargos da executiva, a entrevistada prosseguiu destacando a importância da formação dos jovens diretores, tanto da administração central, quanto das delegacias sindicais para melhoria da estrutura da entidade.

O ponto de vista expresso pela maioria das entrevistadas nos levou a crer que, do ponto de vista formal, a estrutura jurídica e administrativa do Sintraf garantiu a ampla participação dos seus filiados. O número considerável de mulheres à frente da gestão e presente nas várias instâncias deliberativas da entidade constituiu um indicativo relevante da ampliação dessa participação. Todavia, como argutamente destacou a maioria das entrevistadas, por si só esse aspecto não apontou para o aprofundamento democrático da gestão, haja vista que, como ressaltou Osório (2005), sem o questionamento da estrutura, das hierarquias e dos sistemas de valores que circularam e organizaram o status das mulheres nas instituições, não haveria como caracterizar um alargamento democrático, já que o campo político continuou como uma arena onde, mesmo aceita, a mulher não era incluída. Daí a reflexão de que

> [s]e a democracia moderna, acentuando a necessidade da pluralidade ideológica, e nesta a existência de conflito, é um imperativo necessário para participação política da mulher, os modos e os 'quadros' que tornam essa participação possível constrangem o aparecimento de novas formas de exercício do poder. [Tal aspecto leva a conclusão de que] o campo político da maneira como hoje está configurado, não estimula a inclusão da mulher como sujeito. (OSÓRIO, 2005 p. 423)

Apesar de não ter adquirido visibilidade no contexto do Sintraf/Serrinha, entre as entrevistadas pareceu estar clara, como diria Osório (2005), a necessidade de ocupação de espaços de decisão política que possibilitassem a influência e a alteração da práxis que determina o lugar ocupado pelas trabalhadoras na gestão da entidade. Em razão disto, as falas revelaram a necessidade de transformá-la a partir de uma perspectiva que nós julgamos mais identitário-cultural. Mesmo sem uma clareza exata do papel dos processos formativos nesse sentido, as entrevistadas da administração central apontaram para esse aspecto, ao ressaltarem a importância da formação permanente do quadro gestor do sindicato. O depoimento de Laureana Araújo, da Administração Central, traduziu claramente esse ponto de vista:

> [...] A gente tem que tá mais ativo. [...] A gente tem que primeiro educar nossos diretores [...], mas conscientemente... Vamos conversar, procurar novos objetivos, vamos procurar novas soluções [...].

Esta formação, enquanto atividade educativa, estaria voltada para a qualificação da ação desempenhada pelo Sintraf/Serrinha, o que supera, como diria Teixeira (2001), os aspectos operacionais e regimentais dessa ação, rumo ao fomento de uma cultura ativa e proativa, capaz de traduzir no questionamento da gestão pública o avanço político que, em nosso ponto de vista, a diversidade poderia desenvolver.

Nós concluímos a entrevista, questionando quanto à **contribuição que cada uma acreditava estar dando para o crescimento** do Sintraf/Serrinha. Tanto entre as trabalhadoras das delegacias sindicais, quanto entre as trabalhadoras da administração central, houve convergência no ponto de vista de que a contribuição de cada uma girava, principalmente, em torno do empenho pessoal no cumprimento das atribuições na gestão e no esforço em atualizar-se para socializar os conhecimentos de modo a contribuir para a mobilização de outras mulheres. Os depoimentos das trabalhadoras Josefa Quaresma e Maria Helena Souza, da Delegacia Sindical da comunidade do Tanque Grande, sintetizaram essa idéia:

> Estamos ajudando a desenvolver, só esse trabalho que nossa equipe faz aí já é uma ajuda grande [...]. Esse trabalho que a gente faz aqui jamais eles precisam fazer lá. [...] Envolve o tempo da gente um pouco, mas quem entra no fogo é pra se queimar.

De forma mais ou menos geral, o conjunto das falas dessas trabalhadoras apontou para a evidência de que haveria por parte delas uma disponibilidade para uma relação de trabalho diferenciada com o Sintraf. Caracterizadas pela flexibilização da hierarquia administrativa nas delegacias sindicais, as trabalhadoras rurais tinham maior liberdade e criatividade no momento de ressignificar *o modus operandi* da gestão. Um exemplo relevante a esse respeito foi o trecho do depoimento da tesoureira da Delegacia Sindical da Bela Vista, quando esta fez menção ao prazer decorrente do exercício da sua função. Com entusiasmo, ela relatou o modo como recolhia as mensalidades das filiadas e filiados. Diferentemente do ato frio e objetivo de uma cobrança, o recolhimento da taxa sindical revestia-se de um caráter de visita amistosa com direito a cafezinho, atualização das novidades e mobilização das pessoas do entorno para filiação na delegacia. Este tipo de relação fugia do estatuto do modelo produtivo capitalista, haja vista que não estava implicada a venda da força laboral, configurando, portanto, segundo Shiva (1997) um "*núcleo não monetário da economia e da sociedade, o trabalho não remunerado das [...] atividades para a comunidade, o auxílio mútuo e a cooperação [...].*"

Esse tipo de trabalho contribuiu para mobilização das bases, algo que supomos ser relevante, não apenas para a organização sindical, como para toda a sociedade civil do município de Serrinha. Todavia, não poderíamos desconsiderar que não raras vezes ele poderia estar implicado ao modelo de socialização imposto às trabalhadoras pelo modelo de colonização que aqui se implantou. O qual, segundo Fisher e Marques (2001), pelos motivos já analisados anteriormente, imputou-lhes a atribuição de prestar serviço social gratuito, de importante relevância para uma sociedade pensada para o homem. Então, diante do esforço realizado pelas trabalhadoras (já que estas tinham múltiplas jornadas de trabalho) para ocupar o espaço público representado pelo Sintraf/Serrinha, caberia refletir como a entidade estaria apoiando o fortalecimento político dessas mulheres no contexto da sua gestão.

3.5 Revelações do processo hermenêutico: definindo as principais unidades de análise

Além de desafiadora, a tarefa de interpretar os aspectos que se mostraram no levantamento de campo, mostrou-se extremamente gratificante por representar um processo de superação, mas, principalmente, um processo de autorização. Nesse sentido, como forma de dar densidade epistemológica aos significados evocados na interpretação das informações, foi que estabelecemos três unidades de análise, a saber: a **participação das trabalhadoras**, o **saber encarnado** e a **gestão democrático-dialógica.**

3.5.1 Participação das trabalhadoras

Quando nos debruçamos sobre a análise das informações colhidas em campo, a unidade de análise que se mostrou mais evidente, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo, foi a participação das trabalhadoras no Sintraf/Serrinha. Evidente que essa participação veio em decorrência de um processo histórico, com viés socioantropológico, constituindo aquilo que segundo Bodernave (1994), representaria uma tendência natural das sociedades humanas. Tendência essa que no caso específico dessas trabalhadoras, foi fomentada pela cultura comunitária dominante nos territórios camponeses de onde elas se originaram.

No intuito de caracterizar o modelo de participação instituída pelas trabalhadoras rurais do Sintraf/Serrinha, dialogamos com o pensamento de Rousseau, Mill e Cole (apud Patman,1992), de Bodernave (1994), Pateman (1992), Capra (2002), Prado; Campici e

Pimenta (2004) , Lüchmann (2006). Como ponto de partida para nossa discussão, consideramos relevante o ponto de vista de Bodernave (1994) de que a participação não seria somente um instrumento para a solução de problemas cotidianos mas, sobretudo, uma necessidade fundamental do ser humano. Isso porque, através da participação, esses seres humanos exprimiriam sua tendência de interagir com os demais, exercitando sua capacidade de autoexpressão, sua autoestima e sua autoafirmação.

Nesse sentido, como ressaltou Bodernave (1994), embora estivesse implicada a uma base instrumental, relacionada à constatação de que seria mais fácil e eficiente realizar determinadas coisas com os outros, a motivação em torno da participação também estaria relacionada a uma base afetiva, relativa ao prazer de fazer as coisas uns com os outros. Essa base afetiva para nós mostrou-se relevante, porque as evidências do processo investigativo demonstraram que ela estava na base da participação das trabalhadoras rurais na gestão do sindicato.

Movidas pela coragem, ou melhor, como diria Gebrim (2004), pela cor+agem = ação do coração, as trabalhadoras afirmaram o caráter afetivo da sua participação, ao defini-la em termos da satisfação em fazer parte, do prazer em estar no coletivo, da satisfação em ter seu trabalho reconhecido. Subjacente a isto, nas palavras de Prado, Campici e Pimenta (2004), estaria a trama de crenças, valores, expectativas e utopias compartilhadas, configurando um aspecto essencial para a consolidação da identidade coletiva, e também dos elementos dinamizadores da dinâmica participativa. Aspecto esse que, com base no ponto de vista de Rousseau e Cole *(apud* PATEMAN,1992, p. 52), levou-nos a inferir que seria a vontade e não a força, o elemento motriz da participação das trabalhadoras. E essa vontade só poderia alcançar tal nível de importância para essa participação por conta dos significados a ela atribuídos. Isto porque, segundo Capra (2002), enquanto humanos, teríamos a contínua necessidade de captar o sentido dos mundos interior e exterior, decidindo o que perceber e o que aceitar em termos daquilo que poderia orientar nossos objetivos e ações.

A julgar pelas evidências do processo investigativo, a dimensão afetiva da participação das trabalhadoras rurais do Sintraf/Serrinha, serviu de suporte para a efetiva participação no âmbito público representado por essa entidade. E, a despeito do que preconizaram Rousseau e Mill (*apud* PATEMAN, 1992, p. 47-48), de que a participação reclamaria algumas condições ideais, como, por exemplo, oportunidades igualitárias que garantissem o desenvolvimento das habilidades necessárias ao seu exercício, as trabalhadoras rurais estariam distantes desse ideal. A sobrecarga de trabalho, aliada à desconfiança em torno da capacidade dessas atrizes sociais em relação ao domínio técnico das funções que

assumiram na gestão colocou estas mulheres numa situação de desigualdade frente aos pares do sexo masculino.

As dificuldades, todavia, foram sendo contornadas mediante a capacidade de mobilização e articulação que as trabalhadoras pareceram estabelecer com as companheiras das bases. Daí o estabelecimento de um processo retroalimentador entre as trabalhadoras que estavam à frente da gestão e aquelas que estavam nessas bases. Pois que, à medida que a referência das primeiras estimulava o engajamento das últimas, respectivamente, o apoio e a colaboração das últimas servia de esteio ao trabalho das primeiras.

Por assim dizer, tomando como aporte a análise de Capra (2002) sobre a teoria da cognição de Santiago, teríamos nesse processo participativo, instituído pelas trabalhadoras, a expressão do sistema autopoiético[8], onde as componentes continuamente produziriam e transformariam umas as outras, possibilitando a autorrenovação dessas atrizes tanto do ponto de vista da individualidade quanto da coletividade com a qual se identificavam. Diante disto, em meio as adversidades enfrentadas, enquanto processo autopoiético, a participação era criada e, à medida que era criada, recriava também suas protagonistas . Daí decorrendo o sentimento de satisfação ou gratificação, o qual, a julgar pelos elementos oferecidos pela investigação, emergiu como aspecto relevante, não só dessa dimensão afetiva da participação, como de outra muito exaltada pelos clássicos da teoria democrática: a dimensão educativa, própria do processo autopoiético.

A dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do Sintraf/Serrinha foi um elemento muito presente no conjunto das informações obtidas em campo e ela foi caracterizada sob a forma de acesso a informações e a renovação de aprendizados. Tal dimensão remeteu-nos ao pensamento de Rousseau e Mill (*apud* PATEMAN, 1992, p. 46) e Pateman (1992, p. 60), quando estes destacaram que a existência de instituições representativas em nível nacional não bastaria para a democracia. A participação deveria ocorrer em outras esferas, especialmente na esfera local, envolvendo o máximo de pessoas, de modo que as atitudes e qualidades psicológicas necessárias pudessem se desenvolver em meio ao próprio processo de participação, pois que seria em nível local que se cumpriria o verdadeiro efeito educativo da participação.

[8] Conforme Capra (2002), o processo autopoiético decorre da capacidade que os sistemas vivos , (entre eles o sistema social), de recriarem-se continuamente através do aprendizado decorrente das perturbações externas para as quais esses sistemas resolveram dedicar atenção. Por assim dizer, o processo autopoiético constitui um ato de recriação de si próprio e do mundo em seu entorno através do padrão de rede, no qual através da comunicação cada componente contribui para a formação do outro e conseqüentemente para a renovação do ciclo autopoiético.

Sendo assim, a principal função da participação na teoria democrática, segundo Pateman (1992), seria educativa. Educativa no mais amplo sentido da palavra, tanto no aspecto psicológico quanto no de aquisição de prática de habilidades e procedimentos democráticos. Em função disto, não haveria nenhum problema especial quanto à estabilidade de um sistema participativo; ele se autossustentaria por meio do impacto educativo do processo participativo. A participação, portanto, promoveria e desenvolveria as próprias qualidades que lhes seriam necessárias de modo que, em se tratando do fenômeno em questão, quanto mais as trabalhadoras participassem, melhor capacitadas elas se tornariam para fazê-lo.

Enquanto processo autopoiético ou autogerador, se tomarmos como referência o pensamento de Capra (2002), o padrão de organização da participação instaurada pelas trabalhadoras rurais constituiu um padrão em rede no qual cada componente contribuía para a formação das outras, principalmente através da comunicação. Não raras vezes, mencionada como aspecto que facilitava a participação entre as trabalhadoras, tomando as palavras de Capra (2002), e as informações colhidas em campo, a comunicação muito provavelmente atuou, tanto na produção de um sistema comum de crenças, explicações e valores entre as trabalhadoras, como na constituição da sua identidade coletiva. Da perspectiva proposta por Lopes; Amâncio e Alencar (2004) a participação aqui se constituiu como um processo da aquisição de um poder decorrente de uma interação horizontal e solidária entre atrizes perifericamente situadas, que potencializou a autoconfiança e a autonomia necessárias à consistência de suas intervenções no âmbito da gestão do Sintraf/Serrinha.

Diante disto e de todos os desafios que as trabalhadoras superaram para romper com os estereótipos em torno da sua suposta inferioridade como mulher e para romper com a marginalização do espaço público, a participação adquiriu o sentido de conquista política. Já que, através dela, as trabalhadoras passaram a construir estratégias de intervenção ativa na busca de direitos sociais e trabalhistas. Então, ao se lançarem no espaço público, as trabalhadoras rurais de certo modo expressaram localmente uma tendência verificada em escala global - a ressignificação desse *locus*; o qual de arena impalpável, intangível e marcada pelo ideário individualista, passou a ser visto como campo de disputa, onde todas e todos poderiam se inserir.

Assim, a partir da sua condição situada, elas representaram um contraponto ao abstrato sujeito público universal. E a partir também dessa condição, decidiram extrapolar a participação episódica possibilitada pelo sufrágio universal, permitindo-se nos limites do local ir além através da inserção no espaço público, representado pelo Sintraf/Serrinha, colocando em evidência que

> a respeito [da] conexão objetiva e subjetiva , estabelecida entre a participação política e o processo de conscientização, [poderia-se] dizer que ela [dialogaria] com uma das vias sugeridas por Heller (1991) para a elevação do indivíduo à condição de sujeito reflexivo e implicado com a transformação da realidade social, dado que [permitiria] a convivência entre o desejo individual e valores humanos socialmente compartilhados. (PRADO; CAMPICI; PIMENTA, 2004, p. 312)

O pensamento acima apresentado de Prado, Campici e Pimenta (2004), dialogou com o nosso ponto de vista de que a condição identitária das trabalhadoras não excluiu a ideia da participação como caminho para a consolidação do bem-comum. O processo investigativo trouxe elementos que comprovaram que essa condição identitária as habilitou a defender com maior propriedade os interesses mais amplos, já que a própria diversidade representada por elas, as habilitava a perceber com maior clareza os interesses, valores e necessidades da pluralidade social presente em suas comunidades. Não foi à toa que, mesmo sem encontrar as palavras que traduzissem de forma objetiva seu pensamento, elas ressaltaram a importância do sindicato ficar cada vez mais próximo da comunidade, da importância de a entidade qualificar mais seu quadro gestor e da importância em buscar novos objetivos e alternativas de atuação.

Face a totalidade da reflexão aqui exposta, concluímos que a participação das trabalhadoras rurais no Sintraf/Serrinha não esteve regida por interesses efêmeros e descartáveis típicos do legado liberal da cidadania do consumidor. Entremeada por aspectos simbólicos e identitários, essa participação constituiu uma dimensão educativa essencial para o processo de ressignificação do espaço público representado pelo sindicato, instituindo uma cultura participativa, capaz de constituir campos de disputa em torno de direitos que sequer foram alcançados, por conta de uma sociedade marcada de modo incomum por traços autoritários, clientelistas e pela exclusão social, como ocorre na sociedade serrinhense.

3.5.2 Saber encarnado

Ao analisarmos o conteúdo das entrevistas, verificamos que no campo dos aprendizados construídos pelas trabalhadoras, emergiu uma unidade de análise relevante para a nossa investigação: o **saber encarnado**. Optamos pelo conceito **saber**, porque, tanto os elementos explicitados no conteúdo dessas entrevistas, quanto aqueles traduzidos pelos gestos e posturas das trabalhadoras rurais que irrompiam no contexto do lar ou do Sintraf, demonstraram que o que elas estavam acumulando, ou melhor, ressignificando, não era um fenômeno de ordem meramente cognitiva ou formal.

A síntese feita por João Francisco Souza (2006), com base no pensamento de Lyotard (2002), a respeito do saber, foi-nos muito oportuna, porque introduziu-nos na discussão da sabedoria humana em sua complexidade e amplitude. Então, quando fomos ao próprio Lyotard (2002), ratificamos a nossa primeira impressão de que o saber, muito além da dimensão cognitiva e/ou instrumental-operativa, incluiria a dimensão ético-político-estética, aspecto esse que a habilitava a transcender o conhecimento e a ciência.

Embora, do ponto de vista sociopolítico e epistemológico, esse saber estivesse longe de ocultar o problema da sua legitimidade, isto tornou a noção ainda mais relevante para a nossa análise. Isso porque, do nosso ponto de vista, aí residiu a sua capacidade de afirmação histórica, já que, como ressaltou Lyotard (2002), o saber não se restringiria a um conjunto de enunciados denotativos. A ele se misturaram as ideias de saber-fazer, de saber-viver, de saber-escutar, aspectos portadores de competências que excederiam às determinações e aplicações de critérios únicos de verdade. Ao se estender às determinações e aplicações dos critérios de eficiência (qualificação técnica), de justiça e/ou felicidade (sabedoria ética), de beleza sonora, cromática (sensibilidade auditiva, visual), entre outros, conforme Lyotard (2002), a construção desse saber implicaria a formação de um sem número de competências.

Assim, levando em conta a amplitude alcançada pela definição do conceito saber, poderíamos até considerar dispensável o termo que o adjetivou. Contudo, precisávamos demarcar a perspectiva de onde esse saber se originou. Então, como forma de não incorrermos numa postura generalista, mantivemos o diálogo com Lyotard (2002) e Freire (1987), acrescentando à discussão os elementos colhidos no levantamento de campo, que apontaram para a singularidade do nosso esforço de análise. Dos aspectos que conseguimos inferir, tanto nas linhas como nas entrelinhas do levantamento de campo, poderíamos destacar a dimensão educativa da participação encarnada desse saber nos seus aspectos subjetivos, políticos e socioidentitários.

A dimensão subjetiva emergiu quando averiguamos, como diria Farias (2007), que tal saber constituiu-se em meio às referências que faziam sentido para as trabalhadoras e que por assim dizer, definiam e orientavam sua ação no mundo. Nesse particular, não poderíamos deixar de destacar os naturalizados atributos femininos em sua relação intrínseca de cuidados e responsabilidades para com a maternidade, e, principalmente, com a família. Esse cuidado cotidiano, instituído como tarefa ininterrupta e extensiva, segundo Farias (2007), justificava-se pelo sentido religioso da dedicação à obra maior do bem-comum em detrimento de si própria; o cuidado com os filhos, com as plantas, com os pequenos animais, com as outras pessoas da comunidade. O cuidado com tudo aquilo que Bourdieu (2005) definiria como

pequeno e torto aos olhos dos que estariam à frente da grande cena histórica, representada pelo espaço público, mas que possibilitou às trabalhadoras rurais, nas palavras de Boff (1999), a experiência de ser-no-mundo-com-outros, preocupando-se com as pessoas e dispondo-se a sofrer e a alegrar-se com elas.

A dimensão humanizadora do cuidado com os outros engendrou, todavia, o correlativo processo da própria desumanização, à medida que gerou a sobrecarga de trabalho não reconhecido social e economicamente. Tal aspecto impôs a necessidade de superação da alienação de si própria, rumo à consolidação do direito de estar atenta ao próprio corpo, aos próprios sentimentos e desejos, aos próprios projetos de vida. Então, a dimensão encarnada do saber produzido na participação das trabalhadoras rurais surgiu da necessidade de superação das situações-limite decorrentes da complexa e contraditória situação de humanização/desumanização em que durante muito tempo estiveram envolvidas. Além disso, essa dimensão decorreu da vivência das situações-limite decorrentes das adversidades sociopolíticas e ambientais do Território do Sisal, *locus* onde não raras vezes, engolidas pela rotina silenciosa da opressão do mundo privado, descobriram-se marginalizadas do espaço público.

A constatação de que as situações-limite em que se encontravam não eram naturais, e sim resultado de uma construção social, remeteu as trabalhadoras rurais à necessidade de ruptura com o fatalismo daquela aparente sina ou destino. E, a partir dessa constatação, passaram a se questionar sobre outra viabilidade: a de sua participação no espaço público, como possibilidade de ressignificação da própria humanidade. Então, a elaboração do saber encarnado, do ponto de vista Freire (1987), decorreu da existência histórica das trabalhadoras, que, enraizadas em determinadas condições temporais e espaciais, foram desafiadas por essas condições, a refletir sobre a própria situacionalidade, processo que por si só daria a legitimidade que esse saber reclamaria. Aqui começou a figurar-se a perspectiva política da dimensão encarnada do saber construído pelas trabalhadoras rurais.

À medida que a reflexão sobre as condições concretas de vida se tornou algo incontornável para essas mulheres, elas começaram a crer em si mesmas, engajando-se de forma mais clara e objetiva na luta organizada, rumo à superação da convivência com o regime opressor. Este processo não poderia ser desencadeado no âmbito apenas intelectual, demandava uma ação capaz de ir além do ativismo, exigindo, portanto, um sério esforço reflexivo, haja vista que essa era a condição para alcançar o conteúdo na historicidade de ser dos humanos.

Um dos efeitos dessa construção em torno de outro projeto de sociedade ao mesmo tempo em que se constituía num trabalho de objetivação de uma meta histórica, também incidiria sobre a subjetividade individual. Já que, como afirma Vasconcelos (2006), ao se declararem como 'uma igual' na cena política, assumiram a condição de portadoras de direitos, através da exigência de reconhecimento da condição de igualdade por parte de quem as desvalorizava e discriminava no cenário da gestão do poder público municipal no Sintraf/Serrinha. Consolidado o direito de filiação, as trabalhadoras rurais adquiriram a autoconfiança necessária ao avanço de suas lutas.

Com base no pensamento de Vasconcelos (2006), esse fato encorajou a inferência de que, apoiadas pela Educação Popular, essas trabalhadoras encontraram o estímulo para o fortalecimento da sua autoestima e o desenvolvimento do potencial criativo, alterando substancialmente seu status político. Ao falar de forma autônoma e autodeterminada em seu nome e em nome dos direitos reconhecidos por elas e pelo seu grupo, como algo intransponível e inalienável, revelaram a consciência de que a conquista de direitos não era mais um atributo do outro, mas uma conquista de atrizes sociais portadoras de desejos e interesses reconhecidos.

Nesse sentido, para essas trabalhadoras o autorreconhecimento como atrizes sociais implicava a distinção em relação ao outro, representada pela assunção de uma posição social e subjetiva marcada pela diferença. Portanto, como afirmou Freire (1987), no contexto do esforço organizativo que surgiu em meio à construção desse saber, a objetivação do mundo não pode ser dissociada da responsabilidade histórica de participação, de modo que o fatalismo cedeu lugar ao ímpeto da transformação.

Esse ímpeto transformador não veio no esteio de posturas e práticas revanchistas. Isto porque um dos traços do saber encarnado produzido pelas trabalhadoras, dentro do que estamos chamando de dimensão educativa da participação, foi a referência socioidentitária marcada por um comunitarismo que, ao mesmo tempo em que refletia a extensão do trabalho compulsório e não reconhecido das trabalhadoras rurais, também as fortalecia através do apoio decorrente das redes de solidariedade aí estabelecidas. Daí o caráter provocativo que, parafraseando João Souza (2006), adquiriu o saber encarnado já que rompia com a hierarquia cartesiana, apostando num estilo de pensamento aberto à cooperação em lugar de privilegiar as disputas decorrentes das vaidades intelectuais, um pensamento aberto à cumplicidade entre os humanos e suas práticas no conjunto histórico de sua sabedoria intuitiva, seu imaginário e suas experiências lúdico-poéticas.

Como produto da mediação entre atrizes e atores sociais e o mundo, ressaltou Freire (1987), o saber encarnado só poderia ser forjado em meio ao encontro com o Outro. Daí a postura dialógica constituir-se numa atitude incontornável, uma vez que, através dela, se daria o encontro solidário entre o refletir e o agir de sujeitos endereçados à humanização do mundo. Esse encontro não poderia se dar numa relação de dominação, de autoritarismo ou de autossuficiência, já que dessa perspectiva não poderiam existir ignorantes ou sábios absolutos, mas seres humanos que, em comunhão, estariam na busca por saber mais.

A busca pela humanização, quando mediatizada pelo saber que cultivava a solidariedade, o amor, a amizade e o diálogo democrático, segundo Souza (2007), tornou-se uma tarefa mais leve. Para tanto, a transformação interior seria uma condição incontornável, pois que transformações precisariam partir das dimensões mais íntimas do nosso ser, até culminar nas situações mais públicas. Isto porque, segundo Merleau-Ponty (1957, p. 66 *apud* SOUZA, 2007, p. 72) a sabedoria seria uma totalidade orgânica de compreensão, explicação e transformação, permitindo identificar os significados das ações, construindo sentidos que proporcionariam uma visão de mundo constituída pelos elementos culturais, preparados pela educação e pelos esforços precedentes de cada um dos seres humanos.

3.5.3 Gestão democrático-dialógica

Entre os aspectos que se evidenciaram nos depoimentos das trabalhadoras rurais do Sintraf/Serrinha, nos chamou atenção a sua condução na gestão da entidade. Estava claro que essa condução vinha no esteio de uma práxis democrática, embora tivéssemos muita dificuldade em caracterizá-la. Pois que, para além do *modus operandi* da gestão burocrático-patrimonialista que dominou o cenário do Sintraf até a eleição de 1988 e do *modus operandi* da gestão democrático-participativa inaugurada pelas trabalhadoras e trabalhadores rurais a partir dessa eleição, a gestão das trabalhadoras apresentou características muito singulares. Até que chegássemos, portanto, à unidade de análise **gestão democrático-dialógica**, um desafiante caminho teve que ser trilhado.

No intuito de nos aproximarmos conceitualmente da unidade de análise em questão, recorremos às análises de Gonh (2006), Gomes (2002), Boaventura Santos (2005), as quais nos mostraram como as aspirações revolucionárias da participação democrática no século XIX foram reduzidas no século XX, a formas de democracia de baixa intensidade. E que, por assim dizer, gerou o questionamento acerca da natureza e da qualidade dos processos democráticos contemporâneos, desencadeado, sobretudo, pelos movimentos sociais, através

da crítica a concepção de igualdade e a questão da representatividade no âmbito do sufrágio universal.

Apesar da contribuição político-conceitual que a literatura consultada nos possibilitou, ela não nos ofereceu os elementos de que precisávamos para a análise do modo como as trabalhadoras rurais estavam desenvolvendo sua práxis gestora; uma práxis com fortes indícios de afetividade, dialogicidade e horizontalidade política. Diante disto, fomos tomadas pela angustiante questão: como analisar algo que, por estar na escala comunitária, aparentemente não havia adquirido relevância no contexto do debate contemporâneo sobre a democracia e a gestão participativa?

Superado esse primeiro momento de tensão, começamos atentar para a dimensão antropológica dessa práxis gestora. Foi então que nos demos conta de que ela se aproximava bastante da práxis instituída pelas sociedades matrilineares. Haja vista que parecia preconizar uma divisão de tarefas, onde, mesmo exercendo funções diferentes, o trabalho era articulado numa estrutura que, horizontalizava as relações, segundo Aranha (1996), sem a dominação de um segmento pelo outro.

Ainda à semelhança das sociedades matrilineares, na gestão das trabalhadoras o exercício do poder era uma atribuição decorrente da confiança e do respeito de pessoas que se destacaram e eram eleitas para assumir a liderança da comunidade. Em nenhum momento, todavia, essas pessoas abusaram desse privilégio para estabelecer relações de mando-obediência. A líder e/ou o líder, como nas sociedades matrilineares, segundo Aranha (1996), seria a porta voz ou o porta voz da comunidade como um todo e a sua principal tarefa seria apelar para o bom senso coletivo no momento de tomar determinadas deliberações e proteger a comunidade, zelando pelo seu bem comum. Tal conclusão revelou que as esferas do social e do político não se separavam e que o poder não se constituía uma instância à parte.

Desse modo, na gestão das trabalhadoras, a interseção entre o social e o político parecera ser traduzida pela busca do diálogo e escuta sensível das bases. Segundo Barbier (1993, *apud* MACEDO, 2000, p. 199), a diferença dessa escuta residiria na relação de totalidade com a outra e o com outro, de modo que, na dinâmica existencial, aspectos como o corpo, a afetividade e a razão emergiriam no contexto de uma dinâmica internacional permanente.

Esse diálogo e essa escuta sensível constituiriam os elementos basilares de uma "cola societal" que daria suporte ao estabelecimento de confiança e responsabilidades mútuas entre as trabalhadoras engajadas na gestão e as suas bases. Haja vista que, conforme Giddens (1996), a confiança nos outros ao longo do tempo e do espaço conceberiam a solidariedade,

pois que o outro e a outra seria alguém em que se poderia confiar e essa confiança tornar-se-ia um dever mútuo. Nesse sentido, a intimidade aqui não seria um substituto da comunidade, ou uma forma degenerada dela, e sim o próprio meio pelo qual o sentido comunal seria gerado e continuado.

Por emergir no contexto das relações da vida pessoal e cotidiana, essa práxis teria no diálogo um aspecto incontornável. De acordo com Giddens (1999), livre do uso de coerção na ocupação do espaço público, o diálogo seria o meio, não só de resolver disputas, mas de criar uma atmosfera de tolerância mútua. Evidências desse processo, segundo Giddens (1999), podem ser identificadas no seio da família, onde as relações entre pais e filhos passaram a orientar-se em torno de uma autoridade negociada. Esse tipo de autoridade nos pareceu muito presente no contexto da gestão das trabalhadoras, especialmente no contexto das Delegacias Sindicais.

Nesse nível de construção democrática, revelado pelas trabalhadoras à frente da gestão do Sintraf/Serrinha, a confiança, o dever e a solidariedade se relacionaram uns com os outros nas diversas áreas da vida pessoal e familiar, dado que a confiança nas relações pessoais dependeria de uma pré-disposição da integridade do outro. O conhecimento e a confiança nos outros, pressuporia o uso da diferença como um meio de desenvolver a comunicação emocional positiva.

Então, tornou-se possível argumentar que a condição dada pelas trabalhadoras rurais à gestão do Sintraf/Serrinha evidenciou um potencial de identificação com um modelo democrático, que, na acepção de Giddens (1999), se chamaria democracia dialógica. Ao opor-se aos fundamentalistas de todos os tipos, ressaltou o autor anteriormente, essa perspectiva política partiria do diálogo como condição para o estabelecimento da confiança, através da avaliação da integridade do outro, ordenando relações sociais no tempo e no espaço. Contudo, ainda conforme Giddens (1999), embora a democracia dialógica se opusesse aos fundamentalismos de todos os tipos, isto não significaria que ela necessariamente estaria orientada para a obtenção do consenso.

Como argumentaram os teóricos da democracia deliberativa, as questões mais políticas, dentro e fora da esfera política formal, destacou Giddens (1999), eram exatamente aquelas com maior probabilidade de permanecerem fundamentalmente contestadas. Pois que a democracia dialógica pressupunha que apenas o diálogo em um espaço público forneceria as condições para a convivência com alteridade em uma relação de tolerância mutua, fosse esse ‘outro’ um indivíduo ou uma comunidade.

Se essa perspectiva democrática avançasse do campo da potencialidade para o campo do fazer histórico, muito provavelmente o Sintraf poderia contribuir de modo quase inédito na discussão política e na gestão. Isso indicaria que, de um modo ou de outro, sem uma clareza exata disto, através de suas práxis, as trabalhadoras visualizaram esse horizonte como a forma de alcançá-lo. O investimento na formação dos quadros gestores possibilitaria a inclusão e o aprofundamento de questões não vislumbradas pela gestão de 2008, como por exemplo, a diferença de acesso entre homens e mulheres às instancias de poder do Sintraf/Serrinha.

O processo formativo dos quadros gestores poderia ser materializado através da tessitura de interfaces em escala local/regional, nacional e internacional com pessoas, ambientes e artefatos tecnológicos que, de acordo com Silva (2004) permitissem trocas com a diversidade e a criatividade político-cultural resultante das experiências coletivas que conformaram a história das práticas sociais, potencializando a construção da cidadania.

Essas trocas poderiam favorecer a constituição de aprendizados norteados pelo conhecimento-emancipação, cujo ponto de saber, segundo Boaventura Santos (2002) se designaria solidariedade. A qual, enquanto forma especifica de saber, se oporia ao colonialismo, através de uma práxis política marcada pelo reconhecimento do outro(a) como sujeito.Nesse aspecto particular, conforme Boaventura Santos (2002), teríamos uma epistemologia edificada de forma particularmente multicultural, no chão das lutas sociais, indispensável, tanto ao enfrentamento dos monopólios de interpretação, como à consolidação e à proliferação de comunidades interpretativas. De modo que a emancipação comunitária, de acordo com Boaventura Santos (2002), avançaria à medida que a argumentação produzisse exercícios de solidariedade cada vez mais amplos.

Diante do exposto, a forma e o *locus* de produção do conhecimento-emancipação poderiam processar desdobramentos que, no campo político, configurariam a gênese de uma perspectiva democrática cada vez mais exigente em função do seu dever, conforme Giddens (1996). Colocar em pauta a exigência de um diálogo e de uma refletividade perenes no espaço público representado pelo Sintraf/Serrinha, tornando possível, como diria Boaventura Santos (2002) a aprendizagem recíproca e contínua, faz-se requisito essencial para as práticas democráticas animadas por uma democracia de alta intensidade.

Face aos aspectos anteriormente discutidos, é que, de certo modo, consideramos que a gestão das trabalhadoras adquiriu singularidade por refletir de alguma maneira, como diria Wenger *(apud* CAPRA, 2002, p.119), a constituição de um compromisso e de uma responsabilidade comum entre as gestoras e as suas bases. Diante disto, a julgar pelas

evidências, consideramos que essa singularidade comportaria uma ética afetivo-comunitária, aspecto este que conferiu um caráter diferenciado à gestão das trabalhadoras em relação ao *modus operandi* predominante nas organizações locais. Esta mudança representou um resultado concreto da dimensão educativa da participação social; por isso, devemos aprofundar estudos sobre os desdobramentos da participação na gestão das organizações e do desenvolvimento local sustentável.

A investigação Dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Serrinha, constituiu-se num momento singular para o exercício de nossa capacidade de inferência sobre nós mesmas e sobre a contribuição das trabalhadoras rurais para a ampliação do cânone democrático da sociedade serrinhense.

4. O CONHECIMENTO NO EXISTIR DA PESQUISADORA – CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

A investigação *"Dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Serrinha"*, constituiu-se num momento singular para o exercício da capacidade de inferência sobre nós mesmas. Além disto possibilitou também o exercício da nossa capacidade de inferência sobre questões relacionadas a interesses mais amplos, como, por exemplo, o debate sobre a contribuição das mulheres engajadas em movimentos sociais e sindicais para o debate, a experimentação e a ampliação do cânone democrático na sociedade brasileira contemporânea.

Nesse sentido, o trabalho investigativo foi realizado com o objetivo de identificar e analisar a dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do Sintraf/Serrinha. Para desenvolver a investigação, formulamos as seguintes questões:

1. Quais os aspectos que definiram a participação das trabalhadoras na gestão do Sintraf/Serrinha?
2. Qual aprendizado obtido pelas trabalhadoras através da participação na gestão do Sintraf/Serrinha?

O estudo foi desenvolvido mediante o diálogo com a literatura focada na participação social, analisando o contexto dos movimentos sociais existentes no Território do Sisal e na execução da pesquisa de campo, através da coleta de informações originadas de observações diretas e entrevistas semiestruturadas. Então, face às evidências colhidas, ao analisarmos os processos históricos relacionados ao protagonismo das trabalhadoras e trabalhadores rurais na superação da democracia burocrático-patrimonialista do Sintraf/Serrinha, foi que concluímos que a consolidação das práticas democráticas participativas no Sintraf/Serrinha desencadeou-se de modo mais efetivo no final da década de 80. Momento em que coincidiu com o movimento em torno da redemocratização do Brasil. Transversalizado pela luta das trabalhadoras rurais em torno do direito de filiação, esse processo ganhou contornos diferenciados, porque paulatinamente introduziu a discussão sobre as desigualdades entre homens e mulheres no cenário sindical rural do município.

Diante dos aspectos que foram discutidos até o momento, concluímos que a participação das trabalhadoras rurais na gestão do Sintraf/Serrinha gerou pontos de instabilidade, que contribuíram decisivamente para as transformações ocorridas no âmbito da

ordem democrática prevalecente na entidade. Como vimos, historicamente foram as trabalhadoras que asseguraram a vitória da chapa da categoria na eleição que encerrou a hegemonia do poder público municipal sobre o sindicato. Posteriormente, a inserção das trabalhadoras foi decisiva para a consolidação da democracia participativa que orientou a gestão da entidade. E mais recentemente, no contexto da nossa pesquisa, ou seja, na gestão de 2008, a participação das trabalhadoras rurais gerou eventos implicados ao aprofundamento democrático da entidade.

A partir das informações que colhemos em campo, concluímos que esse aprofundamento mostrou-se no modo como essas mulheres conduziram sua gestão. Esse modo pareceu-nos profundamente marcado pela referência socioidentitária e político-classista de cada uma. Mas também pela riqueza do legado pessoal, naquilo em que tal legado, permitiu-se influenciar pela destradiconalização da vida pessoal.

Decorrente da fragmentação da vida social e da emergência sociopolítica das questões culturais, segundo Giddens (1996), a destradicionalização da vida pessoal trouxe consigo a renovação da dinâmica dos relacionamentos. Baseada na abertura e na comunicação cognitiva e emocional, onde os indivíduos precisariam "dar de si mesmos" para que a convivência perdurasse, a nova dinâmica dos relacionamentos determinou uma guinada na vida pessoal, que, de acordo o autor anteriormente referido (1996), estaria alterando as relações no âmbito social mais amplo.

A pertinência dessa análise Giddens (1996) para a nossa investigação deu-se em função de identificarmos traços relevantes da nova dinâmica dos relacionamentos no *modus operandi,* instituído pelas trabalhadoras na gestão do Sintraf/Serrinha. Isto em função de que a investigação demonstrou que sua práxis baseava-se:

a) na concepção do dever enquanto responsabilidade conscientemente assumida e recíproca;

b) na constituição da autoridade negociada que, longe de si constituir numa prerrogativa legitimada apenas por uma eleição, consubstanciava-se pela igualdade implícita;

c) na estrutura organizacional que inibia hierarquias fixas, pautando-se na criação do maior espaço de debate possível, favorecendo ao desenvolvimento da autoestima e da autonomia.

Percebemos também que o modelo gestor implementado pelas trabalhadoras na gestão do Sintraf/Serrinha foi capaz de traduzir localmente a tendência de fortalecimento de uma democracia onde questões como cooperação, solidariedade e horizontalidade política, longe de reproduzirem uma abstração universalizante, assumiram um traço identitário peculiar, constituindo um exercício cotidiano. Daí a constatação de que a ascensão pública das trabalhadoras rurais na gestão do Sintraf/Serrinha consubstanciou o fortalecimento de uma democracia, que acrescentou valor ao modelo participativo implementado no momento histórico que se desenrolou após a superação da gestão controlada pelo poder público municipal.

De fato, com base nos indícios do processo investigativo, podemos afirmar que a participação das trabalhadoras constituiu-se um aspecto relevante para a autopoiesis do sindicato. Elas eram presença constante nas esferas da administração centralizada e descentralizada, a exceção da presidência e tesouraria, atuavam em todas as secretarias e departamentos, independentemente da função de titular ou suplente. Face à indiscutível capacidade de comunicação, as trabalhadoras exerciam o papel de mediadoras entre os vários segmentos que compunham a entidade. Em razão dessa capacidade de comunicação extrapolar o mero repasse de informações, possibilitando, como diria Capra (2002), a realimentação do sistema de crenças e valores que compunham a identidade coletiva do Sintraf/Serrinha, a atuação delas mostrou-se imprescindível para autopoiesis desse sindicato.

Apesar das trabalhadoras serem as atrizes mais presentes nas assembleias, nas reuniões e formações, quem detinha a palavra final era os trabalhadores rurais; os quais, desde a tomada do sindicato do controle do poder público municipal, ocupavam os cargos de maior poder político-administrativo na entidade. Este aspecto refletiu o fato de que, mesmo estando em maior número, as trabalhadoras estavam numa aparente desvantagem política com os pares do sexo masculino. Ainda assim, mesmo estando em certa desvantagem política, tanto a pesquisa experimental, quanto a pesquisa de campo denotaram que a preocupação central das trabalhadoras não era a disputa por poder. Pelo menos não o poder decorrente da luta, consolidação e manutenção agressiva de uma hegemonia.

Diante disto, os aspectos que definiram a participação das trabalhadoras rurais no Sintraf/Serrinha relacionaram-se com a satisfação em romper com os limites da confinação doméstica, alcançando o espaço público do sindicato no âmbito dos novos vínculos e trocas que ele poderia possibilitar. Processo esse que possibilitou, além da afirmação da identidade individual e coletiva como mulher e trabalhadora rural , uma luta em torno dos interesses que representavam as principais metas das suas comunidades de origem. Daí a nossa constatação

de que a participação das trabalhadoras rurais na gestão do Sintraf/Serrinha deu-se principalmente em função de concepções e valores que extrapolavam o ideário centralizador e individualista, voltando-se para uma perspectiva mais horizontalizada e inclusiva de gestão.

A constatação acima revelou o tipo de relação que as trabalhadoras estabeleceram com o espaço público representado pelo Sintraf/Serrinha. Como diria França (1996), uma relação onde o ideal de liberdade só seria possível graças à presença de outros seres humanos na instituição do espaço público, de forma que estes pudessem nele se inscrever por atos e palavras, e como demonstrou a investigação, pelo sentimento decorrente do prazer de fazer as coisas com os outros. Então, podemos afirmar que as trabalhadoras engajadas na gestão do Sintraf/Serrinha instituíram formas de relação com o espaço público que se distanciaram do querer subjetivo e eMOCional naquilo em que esse querer representasse uma vontade individual e comprometida com a defesa da exacerbação da liberdade individual e do direito à propriedade.

As concepções e valores que nortearam a participação das trabalhadoras rurais na gestão também se implicaram com a consubstanciação dos saberes mobilizados para assegurar sua práxis gestora. Ficou claro que esses saberes tiveram que se ressignificar, pois que, do ponto de vista técnico, a dinâmica contemporânea impunha o domínio de habilidades incomuns para o universo a que as trabalhadoras estavam habituadas antes do ingresso no cenário público. Esse desafio, encarado com ânimo, parece ter sido dirimido com tranquilidade, pois, diferentemente da lógica cartesiana, dada as hierarquias , relações causais e do domínio de determinados pré-requisitos; os saberes que as trabalhadoras consolidaram no processo participativo mostraram-se transversalizados pela diversidade da sua vivência pessoal e socioidentitária.

Então, como já destacamos anteriormente, à medida que a participação desencadeou a reflexão sobre as condições concretas de vida dessas trabalhadoras, elas começaram a crer em si mesmas. E, ao assumirem a condição de portadoras de direitos, consolidaram o direito de falar por si e pelo coletivo feminino que representavam, e autorizaram-se também a participar da construção de outro projeto sindical. Daí o papel da dimensão educativa da participação na objetivação do mundo e na assunção da responsabilidade histórica de ocupar o espaço público representado pelo Sintraf/Serrinha, ressignificando-o. Desse modo, a relevância da dimensão educativa da participação das trabalhadoras não favoreceu apenas as próprias trabalhadoras, como ao Sintraf/Serrinha, que, enquanto organização, pode operar a sua autopoiesis, através do aprofundamento democrático da sua gestão.

Para que esse processo de aprofundamento democrático fosse potencializado, no entanto, seria relevante que o sindicato atentasse para a tendência de democracia dialógica expressa pela práxis gestora das trabalhadoras, buscando a inclusão dessas mulheres nas esferas de decisão. A assunção dos cargos de "cabeceira" e encorajaria o aprendizado constante entre os quadros gestores , de forma que estes pudessem acolher novos conceitos, conhecimentos e tecnologias. Nesse sentido, acreditamos que aqueles departamentos e secretarias que não trabalhavam com aspectos materiais e mensuráveis, e sim simbólicos, como o Departamento de Mulheres, o Departamento de Educação do Campo e a Secretaria da Juventude, teriam uma contribuição relevante no momento de auxiliar o Sintraf/Serrinha na sintonia com as questões culturais e políticas que estariam na ordem do dia do mundo contemporâneo. Com base no documento II Plnao Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres (2008), inferimos que a análise dessas questões poderiam ser mais aprofundadas através:

1. do debate sobre a desigualdade entre homens e mulheres para o aprofundamento e a ampliação do cânone democrático ;
2. do estímulo à participação das mulheres nos cargos de liderança política e de decisão na gestão do Sintraf/Serrinha;
3. da formação inicial e continuada das gestoras e dos gestores para o enfrentamento da discriminação de gênero e para consolidação de ações que estimulassem a consolidação de uma cultura de convivência e valorização da diversidade representada pela identidade de gênero , raça/etnia , geração, dentre outras;
4. da formação inicial e continuada das gestoras e gestores para valorização da Educação do Campo, enquanto possibilidade de fortalecer a identidade camponesa, estimulando a produção e difusão de conhecimentos sobre a diversidade entre as trabalhadoras e trabalhadores rurais vinculados ao Sintraf/Serrinha.

Afora as proposições ressaltadas acima, ao final dessa investigação não tivemos como discordar do ponto de vista de Josso (2002) de que as ciências humanas podem servir de referências de auto-inter-pretação . E, tomando como referência a idéia da autora anteriormente referida(2002), de que essas ciências seriam objetivações resultantes de uma tomada de consciência coletiva própria dos humanos, acreditamos que os limites político-

epistemológicos desse trabalho poderão fomentar as energias que remeterão ao desafio da sua superação.

Diante disto, sugerimos um aprofundamento de estudos que verifiquem se a dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais seria um fenômeno presente em outros sindicatos rurais do Território do Sisal e se estaria produzindo desdobramentos para o desenvolvimento local sustentável. Mais que isto, sugerimos que esses estudos não contornem as imbricações complexas da existencialidade, do singular modo de estar no mundo das pesquisadoras e dos pesquisadores que se lançarem nessa empreitada. Haja vista que ao se lançarem nela, como diria Josso (2002), eles e elas estariam investindo na sua capacidade de alargar e aprofundar a sensibilidade consigo e com o mundo.

Face a essa proposta que resultou de uma experiência que tão quanto a dimensão epistemológica entremeou-se a uma dimensão vivencial , foi que no momento em que olhamos o conjunto desse trabalho, fomos tomadas por um fascínio especial. Esse fascínio decorreu exatamente da possibilidade de, através dele empreitarmos uma operação mais complexa e profundamente relevante para o nosso amadurecimento pessoal, acadêmico e político: o de uma maior apropriação do nosso eu no conjunto dos seus limites, conflitos e valores.

Desse modo, possibilitada pela difícil tarefa de lermos e interpretarmos nosso texto mais profundo à luz de situações que no campo objetivo nos disseram algo sobre a beleza e a dor daquilo que éramos essa investigação nos trouxe a grata experiência de transcendência. Transcendência sim, e principalmente de ordem pessoal; transcendência sim, e principalmente daquilo que poderia vir a ser uma modesta contribuição para o plano social mais amplo. Essa era a nossa expectativa: que a aproximação da nossa experiência primária pudesse iluminar a nossa relação mulher/mundo/mulher, tornando a tarefa da nossa própria humanização num compromisso que nos permitisse ser melhores para nós mesmas e consequentemente para o mundo em nosso entorno.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia A. Sociedades tribais: a educação difusa. In: **História da Educação.** São Paulo: Moderna, 1996.

ALBUQUERQUE, Maria do Carmo A. Participação e controle da sociedade sobre políticas sociais no Cone Sul. In: DAGNINO, Evelina; TABAGIBA, Luciana. (Org.). **Democracia, sociedade civil e participação.** Chapecó: Argos, 2007.

ARTHUR, Maria José. Fantasmas que assombram os sindicatos: mulheres sindicalistas e as lutas pela afirmação dos seus direitos; Moçambique, 1993-2000. In: SANTOS, Boaventura de S. (Org.). **Reconhecer para libertar:** os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BATISTA, Maria S. X. . O campo como território de conflitos de lutas sociais e movimentos populares. In: SCOCUGLIA, Afonso C.; JEZINE, Edineide. **Educação popular e movimentos.** João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

BECKER, Dinizar F. (Org.). Sustentabilidade: um novo (velho) paradigma de desenvolvimento regional**.** In: _____. **Desenvolvimento sustentável:** necessidade e/ou possibilidade**.** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar.** São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BICUDO, Maria Aparecida V. Sobre a fenomenologia. In: EXPÓSITO, Vitória Helena (Org.) **A pesquisa qualitativa em educação:** um enfoque fenomenológico**.** Piracicaba; UNIMEP, 1994.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar:** ética do humano - compaixão pela terra. Petrópolis: Vozes, 1999.

BONI, Valdete. Poder e igualdade**:** as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 12, jan/abr. 2004.

BORDALO, Caroline A. **Camponesas e trabalhadoras rurais:** uma análise de duas tradições de participação e representação política**.** Disponível em: < http: www.alasru.org/cdalasru2006> Acesso em: 21 nov. 2007.

BORDENAVE, Juan E. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRANCO, Adélia M. **Mulheres da seca:** luta e visibilidade numa situação de desastre**.** João Pessoa: UFPB, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Diretrizes operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Proposta de formalização de institucionalização de gestão social do Território do Sisal do Estado da Bahia.** Salvador: 2007.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** Brasília: 2008.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas:** ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Pensamento, Cultrix, 2002.

CARDOSO, Adalberto Moreira et al. O sindicalismo no Brasil: breve discurso sobre mudanças e permanências**.** In: _____. **Sindicalismo e relações trabalhistas**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer: 2002.

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SISALEIRA DO ESTDO DA BAHIA. **Território do Sisal - Plano Territorial de desenvolvimento sustentável.** Valente, 2007.

CORNELL, Drucilla; TRURSCHWELL, Adam (Org). Feminismo, negatividade, intersubjetividade. In: _____. **Feminismo como crítica da modernidade.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

CUNHA, Eleonora Schettini Martins. O potencial de conselhos de políticas e Orçamentos participativos para o aprofundamento democrático. In*:* DAGNINO, Evelina; TABAGIBA, Luciana. (Org.). **Democracia, sociedade civil e participação**. Chapecó: Argos, 2007.

CORREA, Roberto. Territorialidade e corporação: um exemplo. *In:* SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território, globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec, 1998.

COSTA, Cláudia Lima. O tráfico de gênero. **Cadernos Pagu**. São Paulo, n.11, 1998.

DEMO, Pedro. Pesquisa qualitativa – busca de equilíbrio entre a forma e o conteúdo. **Revista Latino-americana de Enfermagem**. (S.l.), v. n.2, abr, 1998.

EXPÓSITO, Vitória Helena C. Pesquisa qualitativa: modalidade fenomenológico-hermenêutica. Relato de uma pesquisa. In: BICUDO, Maria Aparecida V.; _____ (Org.). **A pesquisa qualitativa em educação:** um enfoque fenomenológico. Piracicaba; UNIMEP, 1994.

FARIA, Cláudia Feres. O processo decisório do orçamento participativo no Rio Grande do Sul: da deliberação pública a representação política**.** In: DAGNINO, Evelina; TABAGIBA, Luciana. (Org.). **Democracia, sociedade civil e participação**. Chapecó: Argos, 2007.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba. As representações sociais de gênero em assentamentos de reforma agrária: olhares de uma trajetória de pesquisa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE

SOCIOLOGIA. Gt 18 REFORMA AGRÁRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS, 12, 2007, Recife**, Anais...** Recife, 2007, p. 2-14.

FÁVERO, Celso Antônio.; SANTOS, Stella Rodrigues . O desenvolvimento rural brasileiro e o nordeste. In: _____. **Semi-árido:** fome, esperança, vida digna. Salvador: UNEB, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. O campo da Educação no Campo**.** In: MOLINA, Mônica C.; JESUS, Sônia Meire S.A de (Org.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília: (s.n.), 2004.

FILHO, Renato Macedo; REGINO, Fabiane Alves. **O empoderamento das mulheres do sertão:** uma experiência de associativismo e desenvolvimento rural. Disponível em: <http://www.alasru.org/cdalasru2006/01%20GT%20renato%20macedo%20filho,%20fabiane %20alves%20regino. pdf Acesso: 21, jun. 2007.

FILHO, Waldélio Almeida Oliveira. **A política articulada de desenvolvimento territorial rural implementada no estado da Bahia:** uma análise descritiva. Salvador: SEI, 2006.

FINI, Maria Inês. Sobre a pesquisa qualitativa em educação que tem a fenomenologia como suporte. In: EXPÓSITO, Vitória Helena (Org.). **A pesquisa qualitativa em educação:** um enfoque fenomenológico. Piracicaba: UNIMEP, 1994.

FISHER, Isaura R.; MARQUES, Fernanda. Gênero e exclusão social. **Trabalhos para discussão**. Fundação Joaquim Nabuco. Recife, n.113, ago, 2001.

_____; GEHLEN, Vitória. Reforma agrária: chão masculino, pão feminino. In: _____; **Trabalhos para discussão.** Fundação Joaquim Nabuco. Recife, n. 130, Fev, 2002.

FLAX, Jane. Pós-modernismo e as relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa B. **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

FRANCA, Nahyda. Formar para a gestão participativa: métodos em construção. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B. (Org.). **Cidadania e meio ambiente**. Salvador: Centro de Recursos Ambientais/CRA, 2005.

FRANÇA, Sônia A. Moreira. A indisciplina como matéria do trabalho ético e político. *In:* AQUINO, Júlio G. **Indisciplina na escola:** alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREYRE, Gilberto. Características gerais da colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária,escravocrata e híbrida. In: _____**Casa grande e senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 1994.

GANDIM, Luís Armando; HYPÓLITO, Álvaro M.. Reestruturação educacional como construção social contraditória. In: HYPÓLITO, Álvaro M. **Educação em tempos de incertezas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

GEBRIM, Patrícia. **Gente que mora dentro da gente.** São Paulo: Pensamento, 2004.

GIULANI, Paola. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira**.** In*:* DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1992.

GOHN, Maria. Políticas públicas e processos de emancipação: impactos da globalização econômica na realidade brasileira**. Cadernos do CRH**, Salvador, v.19, n.48, set/dez. 2006.

_____. Educação não-formal. In: _____. **Educação não-formal e cultura política.** São Paulo: Cortez, 2005.

GIDDENS, Anthony. Duas teorias da democracia**.** In: **Para além da esquerda e da direita.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

GOMES, Joaquim. Ações afirmativas: aspectos jurídicos. In: SEYFERTH, Giralda et al. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Fundação Peirópolis: ABONG, 2002.

HEREDIA, Beatriz Maria Aládia; CINTRÃO, Rosangela Pezza. Gênero e acesso a políticas no meio rural brasileiro. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 8, p. 1-28, jan./jun 2006.

HOLLANDA, Sérgio Buarque. Herança rural. In: _____. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Otávio. Nação: província da sociedade global. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1998.

IOKOI, Zilda Márcia Grícoli. **Igreja e camponeses.** São Paulo: Hucitec, 1996.

JAPIASSÚ, Hilton. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

JEZINE, Edineide. Educação e sociedade: os movimentos sociais como interlocutores das mudanças paradigmáticas. In: SCOCUGLIA, Afonso C.; JEZINE, Edineide. **Educação popular e movimentos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

JOSSO, Christine. **As experiências ao longo das quais se formam identidade e subjetividade.** Lisboa: Imprensa de Coimbra, 2002.

LOPES, Frederico Antônio Mineiro; AMANCIO, Robson; ALENCAR, Edgar. Participação libertadora, CEB's e comunidades camponesas em Montes Claros – MG. **Revista Organizações rurais Agroindustriais**. Lavras, v. 7, n.1, 2005.

LYOTARD, Jean F. Pragmática do saber narrativo. In: _____. **O pensamento pós-moderno.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Os sentidos e desafios da participação. **Ciências Sociais.** (S.l.), v. 42, n.1, jan/abr, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. A emergência do gênero**.** In: _____. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LUZ, Narcimária Correia do Patrocínio. IKA ROGBA – "Os dedos não são iguais" dinâmicas soioexistenciais contemporâneas. Entrevista com Narcimária C. do Patrocínio Luz. In: _____. **Tecendo contemporaneidade: pontos de diálogos sobre educação e contemporaneidade.** Salvador – BA: EDUNEB, 2007.

MACHADO Lia Z. Gênero, um novo paradigma? **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 11, 1998.

MACEDO, Roberto S. A. **A etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação.** Salvador: EDUFBA, 2000.

MAGALHÃES, Manuela S.; PRADO, Marco A. M.. Movimentos Autônomos e Mistos: gênero e identidade coletiva em movimentos de mulheres TRABALHADORAS RURAIS. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2006**,** Quito. **Anais...** Quito, (s.n), 2006.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales; ABRAMOVAY, Ricardo. A formação de um mercado de micro finanças no sertão da Bahia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** v.22, 2007. Disponível em: http.// www.econ.fea.usp.br/ abramovay/outros_trabalhos/ 2006> Acesso: 21 jun. 2007.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política**.** In: LOURO, Guacira Louro (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade:** um debate contemporâneo na educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MIES, Maria. O mito do desenvolvimento Catching-up**.** In: _____; SHIVA, Vandana. **Ecofemismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

MILTON, Santos. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Studio Nobel, 2002.

MORAES, Antônio Carlos R. Território, globalização e periferia**.** In: _____. **Território e história do Brasil.** São Paulo: Hucitec, 2002.

MORAES, Maria Lygia Q.. **Usos e limites da categoria gênero.** Cadernos Pagu, São Paulo, n.11, 1998.

MOREIRA, Antônio Flávio. O currículo como política cultural e a formação docente. In: SILVA, Tomaz Tadeu; MOREIRA, Antônio Flávio (Org.), **Territórios contestados:** o currículo e os novos mapas políticos e culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

MOREIRA, Orlandi Lima. A democratização do Estado e construção de uma esfera pública**.** *In:* SCOCUGLIA, Afonso Celso.; JEZINE, Edineide. **Educação popular e movimentos.** João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

MORIN, Edgar. A responsabilidade do pesquisador perante a sociedade e o homem. In: _____. **Ciência com consciência.** Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1996.

MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA. **O MOC na linha do tempo :** 40 anos por um sertão justo. Feira de Santana, 2007.

NASCIMENTO, Humberto Miranda. **Conviver com o sertão:** origem e evolução do capital social em Valente/BA. São Paulo: Annablume/FAPESP; Valente: Apaeb, 2003.

NACIMENTO, Telma Regina Batista. **As representações sobre a sexualidade no ensino fundamental.** Serrinha, 1998.

MENEZES NETO, Antônio Julio M.. A Igreja Católica e os movimentos sociais do campo: a teologia da libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Cadernos CRH**. Salvador, v. 20, n.50, mar/ago 2007.

NEVES, Angela Vieira. Espaços públicos e práticas políticas: os riscos de despolitização da participação da sociedade civil**.** In: DAGNINO, Evelina; TABAGIBA, Luciana. (Org.). **Democracia, sociedade civil e participação.** Chapecó: Argos, 2007.

NÓBREGA, Lígia de Moura P. **CEB'S e educação popular.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

OSÓRIO, Conceição. Poder político e protagonismo feminino em Moçambique**.** In: SANTOS, Boaventura de S.; AVRITZER, Leonardo (Org.). **Democratizar a democracia:** os caminhos para a democracia participativa**.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

OLIVEIRA, Elizabete Conceição Paiva. Teologia Feminista e Poder. In: ENCONTRO DE PADRES CASADOS DO BRASIL, 6., 2006 **. Anais eletrônicos...** Salvador: Jan, 2006. Disponível em: http.//< www.oraetlabora.com.br/mpc/teologia_feminista_e_poder.htm-48k> Acesso em 20:jan.

2009.

PALUDO, Conceição. **Educação popular em busca de alternativas:** uma leitura desde o campo democrático popular. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PEREIRA, Marcus Abílio Gomes. Modelos democráticos deliberativos e participativos similitudes, diferenças e desafios. In: DAGNINO, Evelina; TABAGIBA, Luciana. (Org.). **Democracia, sociedade civil e participação**. Chapecó: Argos, 2007.

PINTO, Celi Regina J. . Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In; COSTA, Albertina de O. ; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes.** São Paulo; Cortez; Autores Associados: 1988.

PRADO; Marco Aurélio Máximo; CAMPICI, Carmella Paula Ferreira; PIMENTA, Sara Deolinda. Identidade coletiva e política na trajetória política de organização das trabalhadoras rurais de Minas Gerais**:** para uma psicologia política das ações coletivas. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 10, n.16, dez. 2004**.**

RAGO, Margareth. Descobrindo historicamente o gênero**. Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 11, 1998.

RAMOS, Alba Regina Neves; NASCIMENTO, Antônio D. Introdução. In: _____.**Resgatando a infância - a trajetória do PETI na Bahia.** Salvador: MOC/OIT/UNICEF, 2001.

_____. Características culturais. In: _____.**Resgatando a infância - a trajetória do PETI na Bahia**. Salvador: MOC/OIT/UNICEF, 2001.

ROUANET, Sérgio Paulo. Iluminismo e contra-iluminismo (sobre a modernidade e o seu projeto inacabado). **Textos Cultura e Comunicação**. Salvador, n.1,1985.

SANTIN, Janaína R. O tratamento histórico do poder local no Brasil e a gestão democrática municipal. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2., 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2007.

SANTOS, Boaventura Souza; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático**.** *In:* _____ (Org.). **Democratizar a democracia:** os caminhos para a democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Boaventura Souza; NUNES, João A.. Para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: _____ (Org.). **Reconhecer para libertar:** os caminhos do capitalismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **A crítica da razão indolente.** São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In:_____; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território, globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 2002.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL, 2003, Natal. **Gênero no desenvolvimento sustentável dos territórios rurais.** Natal: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura, 2003. Disponível em: http://www.iica.org.br.htm. Acesso em 22.01.2009

SHIVA, Vandana. O empobrecimento do ambiente: as mulheres e as crianças para o fim**.** In: MIES, Maria; _____. **Ecofemismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

SILVA, Armando Correia. O território da consciência e a consciência do território**.** In: _____; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SILVA, Evanildo Barbosa. Participação popular, educação e cidadania: ressignificações no campo político da democracia participativa no Brasil**.** In: SCOCUGLIA, Afonso Celso; JEZINE, Edineide. **Educação popular e movimentos.** João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade:** uma introdução as teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS E AGRICULTORES FAMILIARES DE SERRINHA. **Estatuto social** . Serrinha, 2007.

SOUZA, Ana Maria B.. Nas dobras do contemporâneo, uma apreciação sobre os movimentos sociais**.** In: SCUCUGLIA, Afonso Celso; JEZINE, Edineide. **Educação popular e movimentos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

SOUZA, João Francisco. Paradigmas teóricos dos movimentos sociais e perspectivas da educação popular. *In*: SCUCUGLIA, Afonso Celso; JEZINE, Edineide. **Educação popular e movimentos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O local e o global:** limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001.

VASCONCELOS, Ruth. A dimensão educativa e o potencial 'subversivo' dos movimentos sociais: o reconhecimento dos direitos e a construção da identidade coletiva. In: SCOCUGLIA, Afonso Celso; JEZINE, Edineide. **Educação popular e movimentos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

VASCONCELOS, Tânia Mara Pereira. A perspectiva de gênero redimensionando a disciplina história. **Revista Ártemi**s, n.03, dez, 2005. Disponível em: <http.//www.prodema.ufpb.br/revistaartemis/numero3/arquivos/artigos/artigo_10.pdf> Acesso em : 21 jan. 2009.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato.** Rio de Janeiro: Difel, 1976.

XAVIER, Maria Elisabeth Sampaio Prado et al. **História da Educação;** a escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA DA PESQUISA EXPLORATÓRIA

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE – PPGEDUC

DIMENSÃO EDUCATIVA DA PARTICIPAÇÃO DAS TRABALHADORAS RURAIS NA GESTÃO DO SINDICATO DOS TRABALHDORES RURAIS E AGRICULTORES FAMILIARES DE SERRINHA

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

1. Em que momento histórico as trabalhadoras rurais efetivamente começaram a fazer parte do SINTRAF/Serrinha?
2. Como era o SINTRAF, antes e como ficou depois da participação das trabalhadoras na gestão?
3. A educação teve algum papel na luta pela participação das trabalhadoras no sindicato? Comente.
4. Falando em educação, que espaço ela tinha nas gestões que antecederam o ingresso efetivo das trabalhadoras e trabalhadores na administração da entidade?
5. Qual o papel da educação dentro do modelo de gestão inaugurado após a superação do controle do poder público municipal no Sintraf/Serrinha?
6. No debate sobre políticas públicas para melhoria da qualidade de vida no território do sisal, quais seriam as prioridades para a atual gestão do SINTRAF?
7. Dentro dessas prioridades, existiria alguma proposta, algum projeto colocado em prática pelo sindicato?
8. Em sua opinião qual seria a principal missão do Sintraf/Serrinha?
9. Dentro dessa missão, de que modo você poderia estar contribuindo para uma sociedade mais justa?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS DA PESQUISA DE CAMPO

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE – PPGEDUC

DIMENSÃO EDUCATIVA DA PARTICIPAÇÃO DAS TRABALHADORAS RURAIS NA GESTÃO DO SINDICATO DOS TRABALHDORES RURAIS E AGRICULTORES FAMILIARES DE SERRINHA

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

AMOSTRAGEM: 04 mulheres da diretoria e 04 mulheres da administração descentralizada.

1. Há quanto tempo você faz parte da diretoria do SINTRAF?
2. O que caracteriza sua função? Como você se sente nesta função?
3. Como mulher, o que facilita e o que dificulta o seu trabalho?
4. Quais aprendizados você teve no SINTRAF?
5. O que mudou em sua vida a partir do seu ingresso no SINTRAF?
6. Qual o principal papel dessa secretaria?
7. Quais os principais desafios que as mulheres do território rural coberto pelo SINTRAF enfrentam para participar das decisões do SINTRAF?
8. Nos últimos tempos, que ações esta secretaria tem priorizado para facilitar a participação das mulheres?
9. Quais podem ser os resultados dessas ações? Dê exemplos.
10. A participação das mulheres contribuiu para aumentar a mobilização das mulheres?
11. Qual a sua opinião sobre a estrutura organizacional do SINTRAF? Poderia ser diferente? Como?
11. Na sua opinião, qual a sua contribuição para o crescimento do Sintraf/Serrinha?

APÊNDICE C – QUADRO-SÍNTESE DAS ENTREVISTAS

DIMENSÃO EDUCATIVA DA PARTICIPAÇÃO DAS TRABALHADORAS RURAIS NA GESTÃO DO SINDICATO DOS TRABALHDORES RURAIS E AGRICULTORES FAMILIARES DE SERRINHA

ENTREVISTADA	SENTIMENTO	DIFICULDADES PARA PARTICIPAR	FACILIDADES PARA PARTICIPAR	MULHERES ESTIMULANDO PARTC. OUTRAS	RELAÇÃO ENTRE MULHERES NA GESTÃO	APRENDIZADOS	SUGESTÃO PARA ESTRUTRA ORGANIZACIONAL SINTRAF	CONTRIBUIÇÃO PESSOAL PARA SINTRAF
Leidiane Almeida - Delegacia Sindical do Campo Redondo	Obrigação de chamar o povo para participar das coisas que acontecem na comunidade no sindicato	- Não tem	- Apoio do marido	- Na sua opinião a participação das trabalhadoras estimula outras	- Baseada na luta pelo poder	- Ter tornado-se organizada, determinada. - Não se calar diante o que não concorda.	- Maior união entre as mulheres superando a luta pelo poder por uma atitude de mais colaborativa	- Apoio para a organização da instituição. - Mobilização das outras mulheres.

DIMENSÃO EDUCATIVA DA PARTICIPAÇÃO DAS TRABALHADORAS RURAIS NA GESTÃO DO SINDICATO DOS TRABALHDORES RURAIS E AGRICULTORES FAMILIARES DE SERRINHA

ENTREVISTADA	SENTIMENTO	DIFICULDADES P/ PARTICIPAR	FACILIDADES PARA PARTICIPAR	MULHERES ESTIMULANDO PARTC. OUTRAS	RELAÇÃO ENTRE MULHERES NA GESTÃO	APRENDIZADOS	SUGESTÃO PARA ESTRUTRA ORGANIZACIONAL SINTRAF	CONTRIBUIÇÃO PESSOAL PARA SINTRAF
Cleide dos Santos - Delegacia Sindical do Alto Alegre	- Felicidade em relação ao aprendizado adquirido	- Domínio técnico da função	- Apoio e colaboração das mulheres da comunidade	- A referencia das líderes locais estimula a auto-confiança das mulheres para participar.	- Baseada na união	- A importância da construção coletiva da comunidade e a importância de decidir as coisas juntas. - Domínio técnico da função de secretária.	- Maior participação dos homens.	- Disponibilidade para o trabalho

DIMENSÃO EDUCATIVA DA PARTICIPAÇÃO DAS TRABALHADORAS RURAIS NA GESTÃO DO SINDICATO DOS TRABALHDORES RURAIS E AGRICULTORES FAMILIARES DE SERRINHA

ENTREVISTADA	SENTIMENTO	DIFICULDADES PARA PARTICIPAR	FACILIDADES PARA PARTICIPAR	MULHERES ESTIMULANDO PARTC. OUTRAS	RELAÇÃO ENTRE MULHERES NA GESTÃO	APRENDIZADOS	SUGESTÃO PARA ESTRUTRA ORGANIZACIONAL SINTRAF	CONTRIBUIÇÃO PESSOAL PARA SINTRAF
Maria Helena Souza, Marivalda Araujo, Josefa Quaresma, Glória Simões, Maria das Graças Araújo, Maria de Lourdes Cardoso – Delegacia Sindical do Tanque Grande	- Satisfação em fazer parte, em estar junto com o povo, lutando por ideais. - Satisfação em socializar informações sobre direitos (previdenciários)	- Falta de experiência. - O preconceito masculino	- Coragem e a determinação em buscar objetivos.	A referência representada pelas diretoras e o acesso aos programas sociais intermediados pelo SINTRAF estimula a participação de outras mulheres.	- Baseada na união	- Rompimento com a visão imediatista em relação ao papel do STR; - Valorização do SINTRAF e da necessidade de conquistar as pessoas para que se associem; - Desejo de participar; - Renovação dos aprendizados.	- Não houve clareza sobre o que pode ser modificado.	- Empenho no desenvolvimento das atividades. - Visita as residências das trabalhadoras e trabalhadores rurais para o recolhimento da taxa sindical, mobilização das pessoas para que estas se associassem ao sindicato

DIMENSÃO EDUCATIVA DA PARTICIPAÇÃO DAS TRABALHADORAS RURAIS NA GESTÃO DO SINDICATO DOS TRABALHDORES RURAIS E AGRICULTORES FAMILIARES DE SERRINHA

ENTREVISTADA	SENTIMENTO	DIFICULDADES P/ PARTICIPAR	FACILIDADES PARA PARTICIPAR	MULHERES ESTIMULANDO PARTC. OUTRAS	RELAÇÃO ENTRE MULHERES NA GESTÃO	APRENDIZADOS	SUGESTÃO PARA ESTRUTRA ORGANIZACIONAL SINTRAF	CONTRIBUIÇÃO PESSOAL PARA SINTRAF
Maria José Barbosa- Delegacia Sindical de Mombaça	- Satisfação em participar, em estar junto com o coletivo. - Satisfação pelo fato do SINTRAF reconhecer seu trabalho.	- Não tem	- Habito de estar "junto"	- As mulheres engajadas acabam influenciando as outras para que participem	- Baseada na união.	- Tomada de consciência dos direitos como mulher; - Determinação na busca dos objetivos como mulher e como comunidade.	- Não houve clareza sobre o que pode ser modificado.	- Incentivo a participação feminina, a fim de que elas consigam obter seus direitos.

DIMENSÃO EDUCATIVA DA PARTICIPAÇÃO DAS TRABALHADORAS RURAIS NA GESTÃO DO SINDICATO DOS TRABALHDORES RURAIS E AGRICULTORES FAMILIARES DE SERRINHA

ENTREVISTADA	SENTIMENTO	DIFICULDADES PARA PARTICIPAR	FACILIDADES PARA PARTICIPAR	MULHERES ESTIMULANDO PARTC. OUTRAS	RELAÇÃO ENTRE MULHERES NA GESTÃO	APRENDIZADOS	SUGESTÃO PARA ESTRUTRA ORGANIZACIONAL SINTRAF	CONTRIBUIÇÃO PESSOAL PARA SINTRAF
Maria Zilda - Administração Central	- Realização pessoas por trabalhar com mulheres e pessoas idosas.	- A diferença na avaliação porque é mulher e a mulher não tem traquejo; - Dificuldade em conciliar as inúmeras atividades.	- Coragem em enfrentar os desafios.	- A participação das mulheres estimula as outras.	- Boa integração.	- Descobrir e colocar em prática a autonomia e independência como mulher a despeito das cobranças da família. - Aprender a se ver como mulher, cidadã capaz de tomar decisões.	- As mulheres de forma geral enfrentam preconceito na estrutura. Elas não são consideradas apesar do discurso bonito sobre igualdade. Os cargos da executiva geralmente são ocupados por homens, as mulheres ficam nas secretarias. - Não há um debate explicito sobre a questão do âmbito do STR. - Falta formação dos jovens diretores.	- Empenho no comprimento das tarefas da secretaria. - Esforço pessoas em atualizar-se e dar o retorno a instituição.

DIMENSÃO EDUCATIVA DA PARTICIPAÇÃO DAS TRABALHADORAS RURAIS NA GESTÃO DO SINDICATO DOS TRABALHDORES RURAIS E AGRICULTORES FAMILIARES DE SERRINHA

ENTREVISTADA	SENTIMENTO	DIFICULDADES P/ PARTICIPAR	FACILIDADES P/ PARTICIPAR	MULHERES ESTIMULANDO PARTC. OUTRAS	RELAÇÃO ENTRE MULHERES NA GESTÃO	APRENDIZADOS	SUGESTÃO P/ ESTRUTRA ORGANIZACIONAL SINTRAF	CONTRIBUIÇÃO PESSOAL P/ SINTRAF
Vilma Silva Administração Central	- Satisfação em colocar o conhecimento adquirido em prática.	- Cobranças na família, sobrecarga de trabalho.	- Facilidade na comunicação	- A participação das mulheres contribui para a inserção de outras que passaram a se sentir confiantes para assumir fundos no SINTRAF. É bom porque já leva a própria experiência, de como era antes e agora, qual era a diferença de estar fora do SM e dentro dele. A nossa experiência torna bem mais viável essa inserção das mulheres.	- Boa articulação, a dificuldade está relacionada com a sobrecarga da agenda das mulheres.	- Entender o que era política pública, gênero, violência contra mulher; - Compreensão mais ampliada da família, da sociedade; - Aquisição do próprio ponto de vista.	- Pode melhorar porque as coisas estão mudando. O fundamento é qualificar as diretoras para que venhamos a desempenhar outro tipo de papel que venha melhorar o SINTRAF; - A estrutura não facilita na participação das mulheres, pois prevalece a voz do homem. Falta liberdade de expressão; falta as mulheres colocarem sua voz e vez; os cargos de cabeceira são ocupados pelos homens.	- Levar informação atualizada as pessoas.

DIMENSÃO EDUCATIVA DA PARTICIPAÇÃO DAS TRABALHADORAS RURAIS NA GESTÃO DO SINDICATO DOS TRABALHDORES RURAIS E AGRICULTORES FAMILIARES DE SERRINHA

ENTREVISTADA	SENTIMENTO	DIFICULDADES PARA PARTICIPAR	FACILIDADES PARA PARTICIPAR	MULHERES ESTIMULANDO PARTCIPAÇÃO OUTRAS	RELAÇÃO ENTRE MULHERES NA GESTÃO	APRENDIZADOS	SUGESTÃO PARA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL SINTRAF	CONTRIBUIÇÃO PESSOAL PARA SINTRAF
Maria Souza - Administração Central	- Orgulho por estar no Conselho Fiscal.			- A participação das trabalhadoras contribui para a imersão de outras.	- Baseada na união, na parceria.	- Superação da timidez desenvolvimento da integração da noção de "ser companheira"	- Boa, mas pode melhorar. (não demonstrou clareza em que pode melhorar).	- Estimular as mulheres para que tomem conhecimento de seus direitos e se filiem.

DIMENSÃO EDUCATIVA DA PARTICIPAÇÃO DAS TRABALHADORAS RURAIS NA GESTÃO DO SINDICATO DOS TRABALHDORES RURAIS E AGRICULTORES FAMILIARES DE SERRINHA

ENTREVISTADA	SENTIMENTO	DIFICULDADES PARA PARTICIPAR	FACILIDADES PARA PARTICIPAR	MULHERES ESTIMULANDO PARTICIPAÇÃO OUTRAS	RELAÇÃO ENTRE MULHERES NA GESTÃO	APRENDIZADOS	SUGESTÃO PARA ESTRUTRA ORGANIZACIONAL SINTRAF	CONTRIBUIÇÃO PESSOAL PARA SINTRAF
Laureana - Administração Central	- Satisfação em estar lidando com a própria realidade já que reside no campo.	- Preconceito masculino sobre a capacidade feminina.	- Facilidade em se comunicar.	- A participação de mulheres na gestão estimulou a inserção de outras.	- Há uma busca por uma maior articulação.	- Visão ampla da sociedade, do sindicalismo e da educação. - Determinação na luta por aquilo que acredita.	- O sindicato precisa extrapolar seus muros, priorizando formas de relação que estimule, não só as mulheres, como a comunidade a participar mais. É preciso aproximar-se mais da comunidade, mudando a visão imediatista do SINTRAF; - Formação dos diretores para que estes procurem novos objetivos e alternativas de atuação.	- Empenho no cumprimento das atividades da secretaria.

ANEXO

ANEXO A – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS DA PESQUISA EXPLORATÓRIA

ENTREVISTA COM DILZA

TELMA: Estamos aqui com a presença da senhora Dilza, que vai nos responder algumas questões relativas à pesquisa, à participação feminina nos movimentos camponeses no território do Sisal. Dona Dilza em que momento histórico as mulheres efetivamente começaram a fazer parte do Sintraf de Serrinha?

DILZA: Olha, as mulheres não tinham direito de associar no sindicato, participar da diretoria, desde oitenta e cinco que a mulher não tinha direito, ai nós em oitenta e cinco começamos uma luta pra tomar o sindicato só que não tinha como tomar o sindicato se os homens ali não conseguimos, entramos com a chapa no sindicato (Inint.) perdemos ai as mulheres se organizaram quando foi em oitenta e oito nós tomamos o sindicato, então a partir de oitenta e oito a mulher já fez parte dentro do sindicato, já começou a participar na luta que houve em oitenta e sete, nós eu lembro que em outubro de oitenta e sete nós acampamos no sindicato e só saímos depois que se filiou algumas mulheres eu sou uma das primeiras mulheres a ser filiada nessa luta, nesse mesmo dia em outubro de oitenta e sete, filiaram cinco mulheres e eu sou uma das cinco e daí em diante ai as mulheres começaram a se filiar ai foi em oitenta e oito que nós tomamos o sindicato que hoje as mulheres fazem parte, são filiadas, fazem parte da diretoria a maioria quase toda são mulheres aqui no sindicato.

TELMA: Ham, ham. Como era o Sintraf antes e como ficou o Sintraf depois da participação feminina?

DILZA: Oh! O sindicato antes ele era um sindicato que o pessoal antigo falava pelego, quer dizer, quem mandava no sindicato eram os políticos os filiados, os que ficavam sócios do sindicato eles não mandavam nada, pagava a mensalidade, mas não tinha poder nenhum os políticos era quem dizia quem bota é o presidente ai o prefeito, o vereador da cidade era quem dizia é fulano que vai ser o presidente do sindicato, ai em oitenta, nossa luta foi por isso porque a gente não tinha poder nenhum dentro do sindicato, então a nossa visão era de que o sindicato acabasse com essa questão de ter o vereador, o prefeito que dissesse tem que ser fulano o presidente do sindicato e ai com a nossa luta das mulheres nós conseguimos tomar o sindicato, eu costumo... o pessoal.... eu tenho uma filha que nasceu dentro da luta do sindicato às vezes tem alguém que chama ela de sindicato é essa que eu te disse que ela ta estudando, então hoje a gente ver uma diferença total hoje o sindicato é mesmo do trabalhador, ele o

próprio trabalhador que representa o sindicato, que antes não era, antes era essas pessoas assim, mas hoje não, hoje a gente vê é bem mais fácil a participação do filiado no sindicato, assim quando o pessoal precisa de alguma coisa é bem diferente assim a maneira da administração do sindicato desde oitenta e oito pra cá..

TELMA: Certo. Em se tratando da educação que espaço ela tinha nas gestões que antecederam a gestão feminina?

DILZA: Olha pra te falar a verdade naquela época eu não seis e eles tinham espaço nenhum assim de educação não, porque até porque a gente era difícil da gente entrar no sindicato, nós não tinha como entrar no sindicato não, assim a visão, o crescimento a gente não tinha o nosso conhecimento não tinha assim uma educação dentro desse sindicato anterior, hoje é bem diferente, hoje eu sou sincera a dizer, me sinto feliz de eu ter uma filha como trabalhador rural e da roça mora, vive na roça e a gente ter uma filha universitária tudo através do movimento onde fez o conhecimento da importância da gente ter filho com curso superior que eu acho que é bem difícil isso e que hoje nós temos vários, pessoas que é trabalhador rural que ta na universidade, então isso pra mim foi muito interessante e isso tudo através da... da... do movimento do sindicato mesmo no acompanhamento da mudança do sindicato pra cá basta o que a gente enfrenta, viu? O conhecimento que a gente vai ganhando, né? as experiências.

TELMA: Ham, ham. Enquanto mulher o que a senhora acha que os homens pensam da ascensão política das mulheres antes do sindicato?

DILZA: Aqui, hoje os homens respeitam porque eles vê que a maioria é mulher, eles tem um certo respeito eu mesmo digo que os homens eles aqui eles fazem assim, mais ou menos na diretoria ai tem os homens joga a proposta, mas se a gente joga uma proposta eles respeitam, eles não tem, eles não são aqueles homens mais eh... como é que se diz? Orgulhoso não, machista, os homens que estão participando hoje dentro da diretoria do sindicato, que a gente sabe que não é tudo, mas dentro da diretoria ele não tem mais aquele machismo como era antes, eles tem o respeito com as mulheres porque ele sabe que mulher, que mulher são maioria se você vê a participação da mulher nas reuniões em tudo a mulher ta presente e são maioria, então é diferente assim eles tem um respeito, um certo respeito a mulher no caso aqui dentro do sindicato.

TELMA: Certo. A educação teve algum papel na luta pela participação feminina no sindicato? Que a senhora também acentuou essa mudança de um determinado período mais controlado por homens pra o período mais coordenados pelas mulheres, né? Nessa posição ai, no seu ponto de vista a educação teve uma relevância, teve importância?

DILZA: Na tomada do sindicato?

TELMA: Isso.

DILZA: Olha! Eu creio que sim porque se a gente não tivesse esse conhecimento a gente não ia lutar pra tomar o sindicato, né?

TELMA: Como foi que veio esse conhecimento?

DILZA: Através de... de... de participação de nós temos uma participação nos movimentos sociais desde oitenta nós tamos no sindicato em oitenta e oito, então oito anos de caminhada que a gente vinha discutindo dentro assim na... na... no caso de entidades como a Apaeb a gente participava muito da Apaeb o crescimento da Apaeb faz é tempo e a gente tinha assim entidades ONGS que orientavam a gente, então isso pra gente foi um conhecimento porque se não a gente não ia tomar o sindicato não se a gente não tivesse uma discussão o conhecimento não ia lutar pra tomar o sindicato, né? Então eu acho assim que teve uma importância grande.

TELMA: É, falando nisso, que processos educativos a luta por essa participação demandou? foram cursos, foram o quê? Como foram esses processos de formação, né?

DILZA: A formação, eu sempre digo eu era uma pessoa muito tímida e o movimento me ensinou muita coisa nisso ai a participação em reuniões, né cursos, né assembleias isso foi, teve esse conhecimento que eu tenho em cima disso mais nas reuniões a gente tinha muitas reuniões, reunia e ai pra discutir o que era que a gente queria, quais as lutas que a gente enfrentava e eu lembro quando a gente foi pra tomar o sindicato a gente saía nas comunidades fazendo as reuniões e ter tempo de a gente anoitecer e ficar até tarde da noite em discussão com o povo, então a gente aprendeu foi um passo assim bem...

TELMA: Quem foi parceiro de vocês nesse processo ai?

DILZA: De discussão?

TELMA: De formação...

DILZA: De formação foi o MOC era o MOC na época era que mais, eu mesmo agradeço muito ao MOC nisso, aí nessa consciência que eles deram esse eram uma entidade de assessoria, então eles orientavam assim, discutiam, e na época logo no inicio eu não participei na missão que tinha uns movimentos que eles chamavam eu nem lembro os nomes, era uma entidade de Itabuna o povo se reunia escondido, né? O pessoal fazia as reuniões embaixo de um pé de árvore pra não perceber que tava discutindo aquilo ali, essa época eu não acompanhei, eu lembro que eles iam pra minha casa, que eu morava bem escondido assim nas roças assim que não dava pra ninguém perceber, aí eles faziam reunião esse movimento, eles faziam reunião em minha casa, na casa de minha sogra, mas tinha gente tivesse discutindo viesse alguém que eles não conhecesse uns paravam a discussão e inventava outra conversa, tava ali numa questão de amigo mesmo, de família porque se não era complicado, mas no

início assim eu não participei desse início, início não depois de oitenta pra cá que a gente começou a participar diretamente por causa da Apaeb, o MOC, que são a discussão da Faeb é uma associação que tem os agricultores e através disso aí foi que a gente chegamos a tomar o sindicato dessa discussão, dessa importância que a gente teve.

TELMA: A igreja é parceira de vocês nesse processo?

DILZA: Olha, a igreja não teve muita participação, quer dizer, a igreja teve participação no início dessa discussão no tempo da ditadura que eles faziam, foi o primeiro passo foi a igreja mesmo que fez esse movimento que eu esqueci o nome, eu lembro do movimento que chamava corrente, tinha várias maneiras de mudando, né? mas eu não tenho assim, mas no início assim a igreja...

TELMA: Mas foi mais a partir do MOC...

DILZA: A partir do MOC e da Apaeb, eu não tive assim muito acompanhamento nessa época não da igreja.

TELMA: Assim, a partir da sua referência que foi a Apaeb e MOC, que conteúdos, que temas eram abordados, como eram abordados esses temas de processo de formação?

DILZA: Olha! Era vários, mas a gente levantava assim uma questão assim de luta primeiro uma questão que a gente viu uma discussão sobre ICMS que o pessoal pagava, nos produtos dos agricultores a gente fazia manifesto em Salvador pra eles retirar os meios retirar esse imposto o povo pagava com um saco de feijão de milho a gente achava injusto se a pessoa pegasse um prato de milho de lá da roça pra trazer pra cidade pagava um imposto alto e a primeira discussão da gente foi sobre isso pra discutir a retirada desse imposto da mercadoria do trabalhador rural, e ai a partir daí foi além disso a gente vê a tomada do sindicato porque o sindicato a gente não tinha os livros, era vários, vários temas assim que a discussão ia... ia na discussão ia levantando as lutas que a gente ia buscar, né isso? Não tinha assim um tema especifico, hoje nós vamos discutir, vamos dizer, como agora a gente tem, hoje a gente temos educação, saúde, hoje a gente temos pontos específicos pra discutir, mas antigamente não a gente ia, já levantava a discussão com o povo na discussão, nas reuniões ai ia vendo o que era que a gente necessitava pra buscar.

TELMA: Na sua opinião, qual o papel da educação dentro do modelo de gestão que as mulheres inauguraram aqui no Sintraf?

DILZA: Qual...

TELMA: No caso, no seu ponto de vista, qual a importância da educação dentro desse modelo de gestão que as mulheres implementaram aqui, colocaram aqui no sindicato porque, pelo que a senhora percebeu a forma que... a condução dada pelos homens era diferente da

condução que hoje é dada pela diretoria composta maciçamente por mulheres, então no seu ponto de vista, qual o papel da educação desse modelo de gestão sindical que as mulheres introduziram aqui?

DILZA: A importância era isso que eu tava te dizendo porque hoje a visão da gente a importância da participação o que a gente tem mais o conhecimento de lutar pra que um filho vá pra escola, não deixe mais um filho fora da escola a gente discute a questão do filho ficar trabalhando e deixar de ir pra escola eu acho que isso foi muito interessante essa visão de que a gente vê que a educação hoje é o principal ponto de que a gente se a gente, todo mundo soubesse ler, escrever e comum, ah! Era bem melhor pra... pra a visão era outra o pessoal nem ia se entender na questão política, o voto por um trocar uma troca, né? Do voto, então a visão era bem melhor, então por isso eu acho que isso foi interessante a participação das mulheres porque a gente em casa a mulher ela tendo essa visão tem mais facilidade da gente colocar o filho na escola nos acompanhamentos do movimento.

TELMA: Mas, eh... Dilza em relação assim a própria estrutura organização do sindicalizado, né? no ponto de vista de vocês, quando a importância hoje da educação?

DILZA: Ah! Nossa importância hoje que a gente pode participar da diretoria, a visão assim da gente a mulher já participa do movimento, da diretoria já vê a visão de participação nos poderes, né? de poder ser uma vereadora, uma prefeita a gente vê muito interessante isso.

TELMA: Hum, hum, mas eu falo assim também em relação às outras pessoas, os sindicalizados, os homens, né? Porque quando a gente fala qual o papel da educação dentro do modelo de gestão implementados por vocês mulheres aqui, a gente tá pensando assim, em relação à atualidade hoje da gestão de vocês, qual a importância da educação, tanto pra homens, como para as mulheres que estão aqui filiadas ao sindicato. Então, qual a importância que vocês atribuem à educação hoje, porque você mesma colocou que no passado os homens não conseguiam enxergar o valor da educação, né? E hoje, como é que vocês, né? Que papel vocês acham que a educação tem hoje no movimento sindical que em Serrinha?

DILZA: Mas que esse papel dessa... dessa visão de que não somente só a mulher, como o homem também ta percebendo isso, né? Ta percebendo também que a educação ela tem seu papel de orientação, de formação tanto homens como mulheres não só uma... uma parte, ai ta sendo bem mais fácil isso depois dessa visão que o homem tem também, tanto o associado como homens, mulheres essa visão de importância que nós temos não só do homem, ah! Só a mulher não, tem que ser homem e mulher juntos, na formação da... da... das coisas da liderança e tudo que nem um nem outro sozinho não anda tem que ser juntos.

TELMA: Eh... no debate sobre as políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida aqui no território do Sisal, quais são as prioridades que a atual gestão do Sintraf prioriza?

DILZA: O mandato que a gente ta tendo é sobre crédito e assistência técnica é uma autoridade que mais, as mulheres que cuidavam e o município que a gente temos dessa questão da assistência técnica é a questão da educação mesmo também, o sindicato, tanto é que o sindicato trabalha ai com vários grupos de sistema da educação, a saúde também a gente tem, a questão da saúde, então é um contexto junto, né? Educação...

TELMA: Por que esses três elementos estão, você falou assessoria técnica...

DILZA: Assistência técnica...

TELMA: Educação e saúde.

DILZA: Educação e saúde.

TELMA: O que é que são os textos prioritários nesses?

DILZA: Porque é uma questão que faz parte do agricultor, do trabalhador rural, as dificuldades que a gente temos, né? Em cima da assistência técnica que é uma dificuldade e a gente temos, como é, a saúde depende de a gente viver bem pra viver bem a gente temos que ter assistência técnica pra ensinar a plantar, colher e se alimentar melhor, viver melhor, então a educação é que faz a visão de isso ai e pra ter saúde nós temos que ter isso, né? Se não tiver tudo isso então é uma das prioridades assim de luta do sindicato pra ver se ser isso melhora, tanto que a gente luta também com Pet, não sei se você já ouviu falar.

TELMA: Já.

DILZA: Do Pet que é um trabalho também da educação que é muito interessante é tirar a criança do trabalho e botar pra estudar, então também é uma luta do sindicato que isso não acaba.

TELMA: E dentro dessas prioridades, existe alguma proposta, algum projeto do próprio sindicato que tá sendo colocado em ação, de que forma?

DILZA: Nós temos a questão da educação, como eu te falei, no sindicato tem os grupos (inint.) que eles trabalham com... deixe eu ver como é o nome da escola meu Deus eu esqueço assim o nome, mas o sindicato trabalha assim eles dão, não diretamente, mas assim dá apoio, né? Esses (inint.) que tem um (inint.) que o sindicato tem ta no meio disso ai porque eles assessora, nós temos o Mova Brasil também que é uma questão de educação através do governo federal da... da Petrobrás e de todas as letras são três projetos que o sindicato ta envolvido mais diretamente dentro disso na educação. Da agricultura da assistência técnica a gente trabalha com os produtores a questão de créditos rurais dentro do sindicato que é uma das linhas que aqui dentro do sindicato é muito procurado o pessoal trabalhador procura muito

a questão do crédito da dificuldade de eles tomar os créditos nos bancos e através desse programa do PRONAF via o sindicato ai fica mais fácil pra o trabalhador ele conseguir o empréstimo, o crédito e a gente temos também dentro do sindicato a luta do povo e a aposentadoria toda a questão do INSS, né? da luta da mulher do salário maternidade, auxilio a doença, aposentadoria tudo isso dentro e que o pessoal procura bastante isso é uma linha muito procurada do sindicato.

TELMA: Certo. Para concluir, na sua opinião, qual a principal missão do Sintraf/Serrinha?

DILZA: Rapaz, a missão do sindicato é representar esses trabalhadores, agricultores e familiares dentro da... em todas as instâncias, né? porque nós temos o município, né? Estado e país, né? então é uma missão muito grande que a gente sabe que é complicado essa representação porque às vezes nem sempre a gente é visto, né? que ta representando, mas é uma missão muito forte dos trabalhadores.

TELMA: Dentro dessa missão, efetivamente, como a sua participação poderia contribuir para uma sociedade mais justa, ou como pode estar contribuindo pra uma sociedade mais justa?

DILZA: Olhe, eu acho que eu tenho, é ruim a gente mesmo se avaliar, né? dizer que eu contribuir, mas eu acho que eu contribuir um pouco não tudo assim que eu tenho vontade de contribuir, mas eu acho que eu já dei minha parcela de colaboração, contribuição desde quando eu deixo minha família, minha casa e to aqui dentro buscando vê, atender o pessoal, buscando assim uma visão melhor ao povo, eu acho que eu to contribuindo e também na questão quando a gente na comunidade discute e a gente ta orientando, buscando, orientando o pessoal buscar as coisas vê o direto deles eu acho que eu contribuir de um jeito ou de outro eu contribuir se não for muito mais eu contribuir.

TELMA: Ok, Dona Dilza, foi um prazer ouvir suas palavras eh... talvez, dependendo de como os orientadores analisem a entrevista, em outro momento a gente tenha que retornar, mas em principio é só.

DILZA: Tá certo.

TELMA: A senhora quer acrescentar mais alguma coisa?

DILZA: É porque às vezes eu sempre digo as meninas assim, eu não gosto de dá entrevista porque às vezes some as coisas assim da cabeça nem toda hora a gente já ta assim meio com a cabeça descansada, mas no que eu puder contribuir a gente... precisando e eu puder, se eu souber ai a gente ta informando.

TELMA: Eu agradeço pela contribuição e assim e espero que não precise refazer, né? E eu espero vim aqui adiante pra convidar vocês pra minha defesa.

DILZA: Tá certo.

TELMA: Obrigada.

ENTREVISTA ZILDA

TELMA: Estamos aqui com Zilda, seu nome, por favor, Zilda?

ZILDA: Maria Zilda Oliveira Ferreira.

TELMA: Maria Zilda, depois eu pego o nome completo. Zilda qual a função que você está exercendo hoje no Sintraf de Serrinha?

ZILDA: Minha função hoje é secretária geral é essa função que eu estou exercendo na bilheteria.

TELMA: Certo. Como secretária geral, eh... o que você sabe sobre o histórico desse sindicato, como foi que surgiu, qual a origem?

ZILDA: Veja, o que eu sei assim de histórico é de que o sindicato surgiu através de uma... de interesse do prefeito da época que era Carlos de Freitas Mota o prefeito da época que fundou o sindicato aqui e em função de um convênio com o governo federal para a liberação de recursos a saúde no município já que naquele momento a prefeitura não tinha secretaria de saúde, né? pra as áreas municipais pra receber, pra vincular junto ao governo federal, então que aquele órgão responsável pelo convênio e assim era dado ao sindicato essa tarefa de conveniar com o governo federal a liberação de recursos pra garantia assim esse problema de saúde no município ai o prefeito, né? com esse interesse e terminou convidando o padre que da época da nossa paróquia que era padre Demócrito Mendes de Barros que se juntaram os dois e articularam os trabalhadores rurais do município que aqueles que naquele tempo os padres tinham muita amizade com alguns, com as pessoas da zona rural o prefeito também articulou essa liderança de comunidade, não lideranças políticas, mas liderança mais que se destacavam em cada localidade para uma reunião e dessa reunião pensaram em fundar o sindicato.

TELMA: Certo. Até, eh... a partir desse momento e muito tempo depois parece que as mulheres não tinham uma participação política no sindicato, isso corresponde à realidade?

ZILDA: Sim, nem só política e nem tinha participação política e nem tinha o direito de sermos filiadas no sindicato pra ter direito a benefícios pelo sindicato, as mulheres daquele período era consideradas dependentes dos maridos, né? O esposo era arrimo de família, o chefe de família e a ele era dado o direito de ser filiado e também ser tutor das mulheres, ou seja, eram os representantes que eram filiados e as mulheres e filhos eram dependentes deles, então as mulheres não participavam do sindicato nem como filiadas e nem das decisões políticas.

TELMA: Zilda, em que momento histórico as mulheres efetivamente começaram a fazer parte do sindicato de Serrinha?

ZILDA: O sindicato de Serrinha até oitenta e seis era dessa forma as mulheres não tinham o direito de se filiar ao sindicato, né? já essa posição que eu terminei de expor porque deveriam ser independentes dos seus maridos, já que o marido era sócio ela não precisava ser porque ela já tava representada ela tinha direito a uma ficha pra médico pela ficha de filiação do marido e assim sucessivamente, só que as mulheres começaram a achar que deveriam ocupar espaços que também tinha direito a gente já tinha uma discussão um trabalho voltado para o direito das mulheres ao por volta de oitenta e seis, mil novecentos e oitenta e seis é que a gente conseguiu começar a se articular e mobilizar para filiar as mulheres no sindicato, né? na sua grande maioria todas queriam ser filiadas, mas eram rejeitadas ao entrar no sindicato com um pedido de filiação o sindicato era expulsa de lá porque já eram representadas pelo marido só filiava se fosse uma viúva ou uma mãe solteira que não tivesse nenhuma convivência com nenhum homem dentro de um teto, ai essas eram filiadas, mas as mulheres que tinham um companheiro ou um esposo não podiam ser filiadas.

TELMA: Curioso, né? politicamente essas mulheres estavam mais aptas, apesar do preconceito social que existe, né? sobre as mães solteiras?

ZILDA: Pois é, com certeza era uma lógica curiosa, eles consideravam que a mãe solteira ela era chefe de família ela tinha os filhos e não tinha o marido, então se ela tinha um filho ela era a chefe de família por isso ela tinha o direito de filiar e as mulheres que tinham marido era, eram tuteladas pelos maridos era representadas por eles, então foi ai em oitenta e seis que começou a mobilização das mulheres pela filiação ao sindicato.

TELMA: Ok. Como era o sindicato antes e depois da participação feminina? O que foi que mudou?

ZILDA: Veja primeiro antes era uma diretoria bem resumida não tinha secretarias tinha apenas os três galão de frente como chamamos de executiva que era presidente, secretário e tesoureiro e tinha o conselho fiscal, né? presidente, tesoureiro e o suplente na direção desses três executivos e três suplentes e três titulares e três suplentes do conselho fiscal era uma diretoria com posse de apenas doze pessoas é a partir de oitenta e oito que as mulheres começaram a partir dessa filiação das mulheres em massa que ocorreu em oitenta e sete, em mil novecentos e oitenta e sete começou a mobilização em oitenta e seis em oitenta e sete se conseguiu fazer uma filiação, uma mobilização em massa uma filiação da grande quantidade de mulheres e em oitenta e oito aconteceu as eleições e foi a partir daí que já começou a

incluir mulheres na diretoria do sindicato ainda com a diretoria resumida de doze a doze pessoas.

TELMA: Qual foi a quantidade de votos que deu a vitória às mulheres?

ZILDA: A quantidade de votos foram duzentos e vinte e seis votos naquele período, né? de oitenta e oito onde conseguimos ganhar o resultado eleitoral com essa massa, a gente achou que era voto que não acabava mais nunca porque duzentos e vinte e seis que tomaram na disputa, né? na eleição que foi pesada que teve problema na justiça que as urnas foram seqüestradas dentro do processo, dentro do dia de eleição.

TELMA: Por que tudo isso aconteceu?

ZILDA: Porque a chapa da situação quando percebeu que a oposição ficava composta pelas mulheres e tava forte que poderia ganhar as eleições, como ganhamos, e ai como eles não queriam perder o sindicato tinha por trás os políticos as autoridades todas do município estava apoiando a chapa da posição, né? que era ligada ao prefeito, ligada a esse pessoal e a oposição que era o pessoal da massa mesmo já organizados e eles viram que a gente tava forte e ai queriam de fato fazer alguma... algum jogo sujo nas urnas e ai seqüestraram as urnas, envolveram advogados, policia, a policia foi quem levou as urnas para a delegacia de policia, para o complexo policial e o pessoal da oposição fez vigília na porta da delegacia por três dias até receber o resultado da secretaria de segurança pública do Estado autorizando a abertura das urnas pela promotoria do município ai já não foi mais a comissão eleitoral que promoveu a abertura a apuração dos votos já assim já foi no fórum na mão do juiz e promotor da cidade foi quem já fez a apuração desse pleito.

TELMA: E conquistaram essa vitória, o que mudou na gestão do sindicato?

ZILDA: A partir daí começou-se a fazer um trabalho mais descentralizado, mais democrático, transparente onde se iniciou a fundação das delegacias sindicais que são a extensão do sindicato na base descentralizar o trabalho de dentro da sede municípios das bases, comunidades de base onde se criou entre oitenta e nove, oitenta e oito à noventa e um fora fundadas cincos delegacias sindicais, né? e foi encaminhado a primeira coisa a reforma do estatuto para se adequar já ao novo sistema da constituição federal já que a eleição do sindicato aconteceu em maio de oitenta e oito e a reforma da constituição federal aconteceu em outubro de oitenta e oito, então o primeiro passo da diretoria foi fazer a reforma do estatuto e adequar ao novo, a nova constituição federal que já botava alguns artigos, né? de democracia, de trabalhos transparentes e nós pudemos fazer isso, criar as secretarias, né? a secretaria da mulher, a secretaria de juventude, a secretaria dos assalariados na época, dos

agricultores sem terra, dos trabalhadores sem terra, foram criadas várias secretarias, né? e assim ampliou a diretoria.

TELMA: Passou pra quantos membros a diretoria de doze...

ZILDA: De doze foram pra vinte, foram pra vinte, né? que fez um grupo de pessoas que ai já tinha um trabalho mais descentralizado porque cada secretaria desenvolveu um papel ligado a sua área secretaria de mulheres que trabalha o problema da política mulher, a secretaria do assalariado, dos trabalhadores sem terra cada um ia desenvolver a sua área de trabalho dentro do município e assim começou a crescer o sindicato.

TELMA: Em se tratando da educação, que espaço ela teve na gestão masculina, né? a gestão controlada pelo município que era uma gestão, pelo que você enfatizou, masculina, né? É essa gestão valorizava a educação?

ZILDA: A gestão masculina do sindicato como já foi, como eu já coloquei tratava assim de um sindicato, mas na verdade era como se fosse um órgão da prefeitura, tanto é que na época os diretores de linha de frente os presidentes, secretários e tesoureiros eram remunerado pela prefeitura eles recebiam como se fossem empregados da prefeitura pra trabalhar lá, então ele tinha o sindicato não tinha como meta a discussão da saúde porque recebia recurso do governo federal e dentro do próprio sindicato existia o atendimento médico, a contratação dos médicos, de enfermeiras, de... de dentistas toda a área de saúde era contratada pelo sindicato, né? tinha um livro de registro de empregados que nós chegamos a ter contratado dez médicos pelo sindicato num período nessa...

TELMA: Trabalhavam?

ZILDA: Faziam de conta que trabalhavam, né? deles que nem via no sindicato, mas recebia seus vencimentos porque em cada final de mês o governo federal repassava a verba pro sindicato pra dá aos funcionários que era da saúde, então a educação não era bem trabalhada, bem pensada, onde aliás não era nem vista como foco, né? que precisava ser trabalhada por trabalhadores, não existia essa preocupação para que os agricultores, os trabalhadores rurais pudessem ter uma qualidade de educação mais diferenciada não era vista, então era mais voltada, não apenas pra qualidade da saúde, mas para gerir recursos do governo e contratar médicos e enfermeiros e demitir depois.

TELMA: Zilda, o que as mulheres do sindicato de Serrinha pensavam sobre o que os homens acharam da ascensão políticas delas, da conquista política delas?

ZILDA: Veja eu nem só penso como vejo na... no cotidiano do dia a dia nós temos companheiros dentro da direção do sindicato que aceita, que teve, inclusive, uma participação conosco na época na mobilização das mulheres pra filiar esses homens tavam juntos, né?

lutando pra garantir isso, tal, mas ainda vejo que há, não todos homens, não grande maioria mesmo vendo as mulheres ocuparem espaço mesmo discurso sendo a mulher tem que ta ocupando os seus espaços, que tem o seu direito e tal, mas na prática há uma certa, talvez rejeição de determinado momento com as mulheres, né? há uma certa, se não uma exploração mesmo oficial, mas na verdade a mulher mesmo tando na diretoria, mesmo estando sendo com cargos forte dentro da direção, mas ainda tem momentos que os homens, ainda predomina seu poder, então eu acho que a gente ainda tem que mudar muita coisa, apesar de já ter avançado muito, muito, né? por exemplo, hoje, atualmente nós temos uma chapa com a eleição que se aproxima dia quinze de março que hoje nossa direção é composta por vinte e dois, por vinte e duas pessoas, né? graças ao crescimento das secretarias, hoje nós temos departamento de educação no campo dentro do sindicato que foi eleita dentro da chapa e na nossa chapa hoje nós temos quatorze mulheres e oito homens, então somos a maioria, né? nós somos a maioria na direção como só temos uma chapa que não vai ter duas, só é uma mesmo, a gente já considera que nós temos uma direção com quatorze mulheres e nós já precisamos já ta discutindo, planejando como é que vamos trabalhar com a maioria de mulheres na diretoria do sindicato.

TELMA: E, é vai ser o presidente ou a...

ZILDA: Vai ser o presidente, vai permanecer o presidente que isso que eu lhe coloco os cargos de poder de mais poder ainda tem essa resistência, os homens ainda predomina, por exemplo, nunca teve uma mulher no sindicato, né? pra ser candidata a tesoureira, já tivemos uma mulher tesoureira em função do departamento do tesoureiro que era homem, o tesoureiro que foi eleito na chapa que era homem até tivemos um tiro que ele precisou se afastar e ai a mulher assumiu, mas ela candidata a tesoureira pra ser eleita tesoureira nunca teve.

TELMA: Nessa chapa, por exemplo, tem?

ZILDA: Não, ainda é um homem que é o tesoureiro, né? e ai assim desse tempo todo de existência do sindicato só teve um mandato de uma mulher presidente, durante todos esses anos um mandato só.

TELMA: Quem foi?

ZILDA: Foi eu.

TELMA: Ah, foi você?

ZILDA: Fui eu que fui presidente no período de 2000/2004.

TELMA: Mas você concorreu com a eleição?

ZILDA: Concorri, concorri com um homem, a chapa a outra chapa era um homem que era o candidato, né? que tomou uma goleada foram 1200 votos de frente, então foi ótimo (inint.) é

histórico é fato histórico porque foi um mandato, a única mulher que teve coragem de sair candidata a presidente, peitar a presidência do sindicato e enfrentar o desafio de ser presidente porque ser presidente é administrar, na prática é outros quinhentos.

TELMA: A educação teve algum papel na luta pela participação feminina no Sintraf/Serrinha?

ZILDA: Veja, a cada momento a gente ta envolvendo a educação inclusive agora com vinda de mais companheira esse grupão de mulheres, teve sim a participação da educação que a gente tem participado o processo de debate sobre a educação o sindicato tem participado em todos os fórum de educação que tem acontecido e tem puxado pra dentro de si a responsabilidade o compromisso de tentar fazer diferente no município, não assumir a educação como seu papel, até porque a educação, né? porque o trabalho da educação é do Estado, mas nós enquanto entidade estamos pra estar contribuindo pra o crescimento da educação de uma forma diferenciada estamos propondo uma educação diferenciada estamos participando do conselho da alimentação escolar, né? e estamos pleiteando a participação no conselho municipal da educação que nós não temos porque o sindicato, ainda na lei municipal e estadual não aparece como entidade nata no conselho, nós estamos provocando a câmara a fazer uma alteração na lei municipal para incluir o sindicato enquanto cadeira, eh... nata dentro do conselho municipal da educação.

TELMA: Só retornando Zilda, que a gente tá querendo saber essa informação sua, é muito relevante, mas em relação àquela guinada histórica na questão, no ano de oitenta e oito, quando eh... houve eleição e que a chapa majoritária perdeu e as mulheres teve uma participação significativa, na construção daquela mobilização, por exemplo, eh... a educação teve algum papel?

ZILDA: Não, na verdade na construção da mobilização foi uma discussão apenas do movimento social.

TELMA: Eu digo assim do ponto de vista da educação não formal?

ZILDA: Não formal, ai sim, ai teve por quê? Porque educação, pra mim, não é só você ir pra escola sentar lá e..., né? mas a gente tinha os nossos trabalhos de base, nossos encontros, né? onde a gente definia, discutia, planejava o que queria fazer, aonde a gente queria chegar e ai fazia, a gente fez trabalho inclusive de capacitação de pessoas aquele período capacitou grupos, fazia um trabalho de formação em parceria com algumas ong's, né? a tipo do MOC, que foi um parceiro forte na época que fazia uma discussão sobre cidadania, por exemplo, o papel de cidadão na sociedade, o papel da mulher dentro da sociedade e ai a gente considera

isso como um processo educativo de formação do cidadão, cidadã dentro dessa mobilização de tomada do sindicato.

TELMA: Além dessa temática que você citou, você lembra de mais alguma? E assim como é que eram trabalhadas essas temáticas?

ZILDA: Veja a gente, nós trabalhava essa temática de forma... realizava curso de capacitação mesmo era feito a indicação de liderança de comunidade, se fazia não, mas na forma de um processo seletivo que as pessoas que se adequava mais pra participar daquele processo e era feito, era realizado por até professores aliás a educação foi muito forte, professores da universidade Estadual de Feira de Santana, a Uefs contribuiu bastante nesse processo de formação, nem só das mulheres como dos homens, principalmente quando se criou o fórum da cidadania que foi no período de noventa e dois que a gente criou o fórum da cidadania que já estava com a direção do sindicato e ai a gente puxou a formação, a criação do fórum, era um fórum que debatia políticas públicas para a saúde, para a educação e se fazia capacitação, por exemplo, tinha uma capacitação de políticas públicas que eu não lembro muito bem que orientava como a população interferir no orçamento do município, então como a gente podia fazer, como a gente podia chegar lá pra levar proposta, a inclusão na LDO, Leis e Diretrizes Orçamentárias, então pra mim foi um processo muito informativo que eu considero um momento educativo que foi o movimento social.

TELMA: Atualmente qual o papel da educação dentro do modelo de gestão implementado pelas mulheres no sindicato?

ZILDA: Veja, o papel da educação nesse... nessa forma de gestão que as mulheres tem influenciado é um papel muito significativo porque através, dentro do processo de educação, dentro da educação a gente consegue, né? descobrir nos descobrir enquanto gente, enquanto pessoa, enquanto cidadão, cidadã, enquanto mulher dentro ocupando seu espaço a educação tem que ter um papel muito importante, tem contribuído bastante com a gente, né? temos as várias parcerias ai agora, né? programas de formação, de... de... dentro da área de educação e nos orienta, inclusive a próprias, esses grupos mesmo não na educação formal, mas nos grupos de formação que temos orienta como... como gerir recursos, como prestar conta, né? com transparência, como trabalhar a organização de notas, de notas pra prestação de contas transparentes aos associados já que a gente critica que o poder público, na sua grande maioria, não presta conta ao povo dos recursos arrecadados e os recursos gastos, né? com despesas então nós temos que fazer o contrário, temos que mostrar ao contrário e a gente tem feito isso e com muito pé no chão e com muita tranqüilidade inclusive, né? nas nossas prestações de contas das nossas entradas, do sindicato, por exemplo, tem sido de forma, eh... tranqüila,

transparentes, com as assembléias muito cheia de gente, com um número grande de gente e que aprovam, né? por unanimidade essa prestação de conta porque vê a transparência na frente mostrando o dinheiro do trabalhador, onde é que está, investido em quê, então pra mim esse é um papel educativo muito grande e que a educação tem esse papel fundamental dentro da gestão de cada entidade, principalmente do sindicato.

TELMA: Zilda, no debate sobre as políticas públicas de desenvolvimento, quais são aquelas que o sindicato considera como prioritárias para a qualidade de vida do território do Sisal?

ZILDA: Nós consideramos muitas e assim entre elas a prioridade número um é água pra todos é uma política pública que precisa ser inclusive revista porque a gente sabe da decadência, sabe das dificuldades, mas nós sabemos que água é vida e que o ser humano não vive sem ela, né? e nem todo mundo tem acesso a água com facilidade tem que ter muito (inint.) então é essa educação que é uma outra prioridade pra gente muito forte por causa disso é que criamos o departamento de educação no campo, né? com pessoas agora que vai está assumindo diretamente o trabalho, o papel de formação da... da... levando em consideração a bio-ecologia, o meio ambiente, o local onde está inserido pra trabalhar essa questão dentro das escolas, então o papel do departamento, hoje é trabalhar em parceria com as escolas formal pra tentar incluir, inclusive nos currículos escolares ai essa questão do meio ambiente, da educação ambiental que é mais do que necessária e ta passada do tempo de a gente trabalhar ela porque é na escola que se aprende como preservar o nosso ambiente como conservar os nossos mananseais de água que estão ai se esgotando indo, né? de a poluição acabando, como esgotar, com conservar a fauna e a flora que ta sendo levada, né? então a gente ta trabalhando essa possibilidade, né? da educação a outra coisa é a questão da reforma agrária que também não existe agricultor se não tiver terra pra produzir e nós sabemos que tem muita terra presa em poucas mãos e muitas mãos sem terra pra produzir (inint.) então é nossa, uma bandeira de luta nossa também a questão da reforma agrária a saúde ai você, enfim nós temos umas bandeiras, né? de prioridade que é indispensável e o restante vem por acréscimo, né? mas a partir daí demanda o que forem surgindo.

TELMA: Dentro dessa prioridades, existe alguma proposta, algum projeto já colocado em ação que não seja do próprio sindicato de que forma?

ZILDA: Nós temos, enquanto proposta, colocado em ação ainda nós tamos fazendo já um levantamento das famílias do município que não tem cisterna para capacitação de água das chuvas porque nós sabemos que a água da Embasa ela é escassa ela não vai conseguir sustentar tanta gente, então é preciso ter uma outra estratégica de capacitação de água, de busca de água a gente ai ta fazendo um levantamento de família as comunidades aonde tem as

famílias que não tem cisterna e não tem água encanada, né? uma outra ação que a gente ta desenvolvendo das aguadas públicas do município e a situação de cada uma como está, né? a questão da poluição, dos desmando mesmo que está as aguadas pra que se possa depois sentar, talvez com o município, também com Estado e buscar uma ação conjunta para que se faça essas aguadas voltarem a serem preservadas e servir de fato a população carente da água que tem muita gente que não depende da água das aguadas os tanques, que fizeram os tanques de chão que chama, muita gente não precisa, mas uma boa parte da nossa população necessita dessas águas e essas águas precisa ser preservadas, então a gente já tem a ação que é essa questão da água e da educação que já temos os projetos de alfabetização em parceria tanto com o governo do Estado como com o governo federal, né? através dos programas, dos projetos que a gente vem desenvolvendo que é o programa de alfabetização do Mova Brasil, por exemplo, o Topa que é do governo do Estado e a parceria com as entidades sociais do municípios eles fazem é um programa que está vinculado com o governo federal através da central única dos trabalhadores que é o Todas as Letras também de alfabetização que o sindicato tem envolvimento diretamente com esses três programas de alfabetização, né? e essa coisa do departamento (inint.) que eu coloquei que é o levantamento da real situação dos estudos de cada realidade, de cada localidade porque, por exemplo a gente fica muito triste como a gente vemos filhos dos agricultores lá na zona rural na escola e que termina de se formar e diz assim eu to me formando pra ir trabalhar em São Paulo e ai como é que fica o campo? Como é que nós vamos dá ênfase, vamos dá continuidade a agricultura familiar no município? Se os nossos jovens se preparam na escola, se formam, mas a tendência é procurar, viajar pra fora do Estado, né? atrás de emprego a busca de emprego, então nós precisamos fazer com que a própria educação oriente os nossos jovens a aproveitar das suas potencialidades locais as suas terras que tem, tem tantos potenciais na zona rural que o pessoal pode utilizar e produzir com qualidade e sobreviver com qualidade na zona rural, no campo e ai a gente fica preocupado êxodo rural, muita gente vai embora, né? semana passada, por exemplo, só de uma comunidade viajou vinte e dois jovens pra Santa Catarina pra trabalhar, pra trabalhar em construção civil em Santa Catarina porque o nosso meio não dispõe de emprego que lhe custe pra sobreviver, então a gente pretende construir no campo aonde ele está uma educação diferenciada que mostre como aproveitar potenciais que se tem, como aproveitar a terra que tem, como aproveitar o restantes das árvores que se tem nativa, como aproveitar o resto de alimentação e tal e transformar em adubo orgânico e produzir e fazer uma agricultura orgânica com qualidade e daí gerar renda pra família poder permanecer no campo.

TELMA: Eh... já estamos concluindo, né?

ZILDA: Ham, ham.

TELMA: Para concluir, na sua opinião, qual a principal missão do... do Sintraf/Serrinha?

ZILDA: A principal missão dele é meio difícil de alcançar, mas vai ter que alcançar que é trabalhar a... essa mudança de realidade vinda de tantos anos, né? porque assim foi colocado muitos anos que a roça não é bom pro povo que tem que morar na cidade, que tem que buscar melhoria de vida lá fora e essa que é um desafio pro sindicato transformar essa realidade, essa mentalidade na cabeça do nosso povo há tantos anos, né? que é por isso que a gente vê com os olhos raso d'água tantos jovens se desertarem muito a fora na busca de alternativa de vida, né? em função de não ter conseguido ainda a mudança da mentalidade das pessoas do conhecimento da sua realidade de saber que aqui onde nós estamos é que é o lugar bom lá fora não tem tanta vantagem, né? hoje a coisa tem mudado muito a tecnologia tem mudado tem chegado até o povo, aqui até próximo, então nada mais justo do que se aproveitar da tecnologia que tem das escolas que nós já temos próximas a gente, universidades que estão próximas da gente e formar esse povo, esses jovens essas pessoas de meia idade, da segunda idade ainda, não digo a terceira que a terceira já ta um pouco, né? mas até a segunda idade ainda tem condição de ainda se preparar e orientar nosso povo, nosso jovem a permanecer no campo, então esse é o maior desafio pra gente uma missão muito grande, levando em consideração que a gente vive numa região semi-árida baiano, né? que a água tem a escassez de sempre com a ausência de chuva a zona rural não oferece condições de vida com tranqüilidade, sabe que é com dificuldade, mas é essa realidade que a gente precisa a aprender a conviver com ela não é também mudar porque, por exemplo, a situação climática do nosso meio a gente não vai conseguir mudar que faz parte da natureza, mas aprender a criar medidas de convivências com o semi-árido com essas eh... essas ausências de chuvas eventuais que aparecem nós precisamos fazer isso, então é o nosso maior desafio e a nossa missão que nós temos pra alcançar.

TELMA: Dentro dessa missão, efetivamente como a sua participação poderia contribuir para uma sociedade mais digna?

ZILDA: Dentro dessa missão é justamente isso é participar do processo de formação, né? buscando parceiro porque a gente sabe que sozinho a gente não consegue muita coisa a gente tem que está trabalhando com parcerias mesmo e essa parceria acredito que junto com o mesmo objetivo a gente consegue alcançar essa vitória que a gente tanto deseja. A gente já alcançou algumas e eu acho que essa será uma que a gente pode alcançar talvez se não hoje ou amanhã, mas que sabe num futuro não tão longe a gente pode ta alcançando ela.

TELMA: Ok, Zilda, você gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

ZILDA: Não, só dizer que pra gente aqui do sindicato ta participando desse processo também é um processo educativo de educação de certa forma colocando as experiências que a gente tem e buscando outras experiências de outras pessoas que a gente fica gratificante ta juntos, né? e propomos construir essa parceria pra mudar essa realidade.

TELMA: Ok, obrigada pela sua contribuição.

ZILDA: Ok.

ENTREVISTA ANA MARIA DE OLIVEIRA SILVA

TELMA: Estamos aqui presentes com a senhora dona Ana Maria de Oliveira Silva, filiada no Sintraf/Serrinha, pessoa com a qual nós pretendemos desenvolver essa entrevista do Infaz investigativo a participação feminina nos movimentos sociais camponeses do território do Sisal. Eh... dona Ana, em que momento histórico as mulheres efetivamente começaram a fazer parte do sindicato de Serrinha, quando foi que as mulheres começaram a participar com mais... firme sem depender de marido e tal?

ANA: Veio acontecer de uns dez anos pra cá quando as mulheres ficaram mais conscientes do seu direito que antigamente as mulheres sofriam muito, agora eu acho um pouco mais forte que (inint) a participação da mulher foi de dez anos pra cá, que dês anos anterior as mulheres sofriam muito, então de dez anos pra cá as mulheres tiveram mais consciência do movimento de mulher e começou a participação no movimento popular.

TELMA: E o que foi que fizeram dessa mudança de dez anos pra cá?

ANA: Muita luta que pra fazer isso a gente sabe que muitas mulheres foram mortas pra que outras hoje tivesse vivendo, porque a gente tem as histórias muito assim na vida real das mulheres que os maridos não deixavam participar de nada e ai elas começaram a se comunicar com as outras mulheres mais experientes e começaram a sair de casa ai sua alta estima foi se valorizando e hoje tem a participação.

TELMA: Aqui no sindicato de Serrinha, como foi que se deu essa participação, tava vindo dessas mulheres (Inint.) pra que direções, secretarias...

ANA: Depois de muita discussão, né? porque a gente já começou a discussão aqui pelo voto, né? que as mulheres não votava e ai começaram a votar e ai começaram, assim a exigir os seus direitos, a participação forte mesmo aqui dentro do sindicato foi de cinco anos, porque já tinha aqui dentro do movimento, mas de cinco anos pra cá que foi formado a diretoria foi que a mulher teve mais espaços, porque há cinco anos atrás a gente ainda ia pra cozinha fazer comida pro diretor, ai depois teve uma reunião com a diretoria ai achou que não era bom a gente ficar dentro da cozinha ai começou assumir a secretaria que a gente já vinha da secretaria, mas a gente fazia o trabalho da secretaria e ainda ia pra cozinha, ai depois foi tirado da cozinha e vieram a ficar cada um com sua parte, trabalhando com o povo.

TELMA: Dona Ana, como era o sindicato antes da participação feminina, só os homens, digamos assim mandavam, né? como é que era?.

ANA: Era muito ruim (inint.) porque você não podia fazer nada eles achavam (Inint.), mas não podia, ai depois que a mulher chegou no sindicato foi que cresceu o sindicato o sindicato cresceu com a participação da mulher.

TELMA: E assim, no seu ponto de vista, o que foi que mudou? Qual a diferença entre o modo que os homens, digamos assim, administraram o sindicato e o modo que as mulheres colocaram, gerenciaram o sindicato?

ANA: Foi muito difícil, mas não impossível, né?o porque a gente tem os companheiros com a mente mais aberta, o diário de reunião que a gente sabia que o sindicato somente com homem não dava certo, e quando a mulher chegou a gente viu que o sindicato teve um crescimento enorme depois da participação da mulher.

TELMA: Por que a senhora acha que houve esse crescimento?

ANA: Porque houve, a gente vê mesmo que a gente vê a consciência dos homens também, porque antigamente os homens tinha a mente fechada pra mulher e hoje não os companheiros caminham em igualdade mulheres e homens, né? se tiver algum ainda assim machista, mas aqueles outros que já ta mais consciente vai aconselhando ai a coisa vai melhorando, ai cresceu, cresceu o sindicato cresceu muito com a participação do homem e da mulher porque eu acho que assim um sindicato, uma entidade começa com um homem não funciona e também e se fosse com a mulher não funciona ai cresceram as duas forças e ai criou o homem e a mulher e os espaços foram ficando de igual, de igualdade.

TELMA: Eh... mas a senhora conseguiu perceber assim a diferença no modo que a mulher conduziu o sindicato e a diferença do jeito do homem, por que a senhora acha que, pelo que a senhora colocou que quando as mulheres entraram a situação melhorou, né isso? Mas a senhora percebeu assim no dia a dia, por que melhorou?

ANA: Com certeza, dá pra todo mundo perceber, melhorou muito, o sindicato cresceu muito, hoje a gente sai na rua o pessoal vem atrás das mulheres eu trabalho aqui (Inint.) das mulheres do sindicato quando eu saio que chego na rua o pessoal me cerca procurando saber informação tudo diretinho, ai criou informação ai cresceu muito com a participação da mulher, eu acho que o sindicato não tivesse dado a chance de todo jeito hoje tem que ter noventa por cento de mulheres na diretoria do sindicato, se o sindicato não tivesse aberto espaço hoje no... em geral, eu acho, eu não sei como tava o sindicato hoje porque as mulheres organizou mesmo o sindicato, organizou o sindicato junto com alguns companheiros que já tinha a mente aberta.

TELMA: Hum. E organizou como?

ANA: Em tudo, cresceu, cresceu a participação, cresceu o público, o desenvolvimento, desenvolveu muito os projetozinhos desenvolveram com a presença da mulher.

TELMA: Ok. Assim eu relação à educação, dona Ana, eh... que espaço a educação tinha na gestão dos homens, antes da gestão feminina, antes da participação feminina?

ANA: Era muito fechada, o espaço era muito fechado os homens eram muito fechados assim aquele machismo, achava que a mulher não sabia fazer nada e era uma participação muito fechada, depois com muita discussão eles queiram ou não, né? ai abriu, eles abriram a mente e eu acho que a educação hoje tanto ficou, cresceu muito tanto na parte do conhecimento da mulher como no conhecimento do homem, entendeu? Porque a gente pensa assim a educação a gente hoje temos uma educação muito forte, a gente sabe sair em qualquer meio, a gente sabe se defender, entendeu? E eu acho que tanto foi para o homem como para a mulher a participação dos dois.

TELMA: Mas assim na gestão dos homens...

ANA: Sim eu acho que...

TELMA: Como era tratada a educação? Tinha o mesmo espaço que tem hoje na gestão das mulheres?

ANA: Não tinha não.

TELMA: Por quê?

ANA: Porque o homem era muito machista, era muito fechada a mente dele, nem que tenha um ou dois ainda, mas os outros tudo já ficou mais consciente, ai abriu aquele espaço ai ficaram os outros caminhando juntos.

TELMA: Certo. O que é que as mulheres do Sintraf/Serrinha pensam que os homens acham da participação política delas no sindicato. Como é que a senhora acha que eles vêem essa participação das mulheres no sindicato?

ANA: Olhe, eu pessoalmente acho que é uma participação muito boa porque criou um número de mulheres no sindicato, criou mais um núcleo de mulher na participação da mulher, mas tem alguns ainda que acham que as mulheres ainda não tão ainda ocupando o espaço delas onde elas deviam ter ocupado, mas a minha visão eu acho que a mulherio, o movimento de mulher cresceu muito mais a quantidade de mulheres é tão próprio que hoje tem muito mais mulher associada que o homem eu acho que depende de uma mulher na entidade pra que as coisas também cresçam porque é muito mais longe é melhor você trabalhar assim com um grupo de mulheres organizadas do que trabalhar com homens desorganizados, mas eu acho que a participação mais cresceu mesmo foi depois que as mulheres também tomaram conta do sindicato.

TELMA: Certo. Agora eu queria saber da senhora exatamente, sabe o quê? Eh... como é que a senhora acha que os homens avaliam a participação de vocês eles ficaram felizes com esse crescimento político de vocês ou não, na opinião da senhora?

ANA: Na minha opinião, eu acho que eles ficaram felizes porque quando eles Vêem que as coisas ta dando certo, o projeto ta dando certo eles ficaram foram felizes, né? porque eles sabiam, né? porque também eles sabia... que hoje os espaços estão ai, entendeu? Hoje nós temos dez mulheres na diretoria, então o espaço cresceu eu acho que eles acham que o espaço cresceu, apesar de eles ainda dizerem ainda que as mulheres também não estão ocupando os seus espaços, mas eu acho o que era antigamente nós hoje nós estamos, não vou dizer dez, mas pelo menos nove nós tamos ainda com uma luta muito boa.

TELMA: Sei. Dona Ana a educação teve algum papel na luta pela participação feminina no sindicato em Serrinha?

ANA: Teve.

TELMA: E na sua opinião, qual foi a importância da educação pra esse processo?

ANA: Olhe eu digo que o processo que esse processo eu vou partir um pouco pra a situação da entidade que se formou aqui que foi o que mais organizou as mulheres o MOC que mais organizou ai o sindicato chegou também abriu as portas, mas todo trabalho da mulher mais foi pela igreja católica em primeiro lugar as pastorais e depois de muito tempo o MOC começou o trabalho aberto mesmo pra mulheres dando curso pintura em si, ai o sindicato também chegou e abraçou a causa.

TELMA: É, porque assim a igreja saiu e o MOC entrou?

ANA: A igreja não saiu, entendeu? Mas todo trabalho hoje, todas as mulheres hoje eu digo que a gente tem experiência foi tudo saiu da marca de trabalho da igreja católica, ai depois o MOC fez projeto ai começou aqueles curso de capacitação pra mulheres ai foi quando as mulheres começaram a sair, então o sindicato viu também que ia ser bom ai também abriu as portas, ai hoje em dia você vê que hoje temos dez mulheres na diretoria.

TELMA: Então pra chegar a essa conquista, vocês passaram por processo educativo que a igreja desenvolveu e que o MOC desenvolveu?

ANA: Com certeza.

TELMA: E esses processos educativos eles normalmente eram cursos, que tipo de cursos?

ANA: Muitos cursos, cursos de relação de gênero, começa a trabalhar a questão dos gêneros muitos cursos mesmo, não só educação do campo, educação mesmo da mulher a situação da sexualidade, entendeu? As doenças transmissíveis que foi tudo passado pelo MOC, esses cursos foi tudo pelo MOC foi pra gente mulheres.

TELMA: Mas esses cursos eram só voltados pras mulheres?

ANA: Pras mulheres.

TELMA: Inicialmente é?

ANA: Inicialmente foi pras mulheres os da igreja começou com celebrações nas comunidades e os cursos que nós tomamos foi tudo pelo MOC e ai fica o aberto pela causa.

TELMA: E como era assim, a senhora falou dos conteúdos que esses cursos abordavam, né? e como era assim o modo de... como era trabalhado esses conteúdos, como era que acontecia esses cursos? Era só vocês sentarem ler texto, como é que eram desenvolvidos esses conteúdos sobre sexualidade, sobre doenças sexualmente transmissíveis, sobre educação no campo?

ANA: Nós tínhamos uma professora muito boa, a gente passava era uma semana em Feira de Santana tomando aquele curso com ela, vinha ela e trazia outras palestrantes de fora, principalmente mulheres, mulheres do Caribe, mulheres que participou muito de movimentos fora às vezes ela vinha pra nos ajudar eu acho que foi daí que abriu muito a mente das mulheres.

TELMA: Mas vocês já... esses cursos eh... eles eram assim dinâmicos, divertidos como é que era assim trabalhado os conteúdos?

ANA: Era tudo com dinâmica, palestra, entendeu? Era com dinâmica, palestra a professora escrevia tudo a gente tinha os livros pra fazer os trabalhos de grupo foi muito bom, eu acho que foi daí que surgiu mesmo a luta das mulheres, que as mulheres não ter que ocupar os espaços, eu digo eu porque tinha dez filhos porque naquela época abracei a causa do trabalho e hoje agradeço muito a Deus por as informações que a gente tomou que a gente não fomos formadas, eu estudei o segundo ano primário, graças a Deus eu não me troco pelas pessoas que estão no ginásio e tudo, porque a gente, o conhecimento que a gente tomou nesses cursos a gente aprendeu foi muito bom o conhecimento que hoje tem gente que nem chega perto da gente por conhecimento que a gente tem, entendeu? Eu acho que foi tudo bom que era tudo mística, era mística os trabalhos de grupos, eram inscritos nos papéis tudo aquilo a gente foi aprendendo e com isso a gente se desenvolveu muito e fomos levando pra comunidade pras companheiras que ficava lá, que às vezes a gente saia participava de uma reunião quando chegava numa comunidade ou no município que fosse passar pelo sindicato a companheira do sindicato a companheira e se fosse também a base a gente passava lá nas bases onde a gente mora na comunidade eu acho que foi muito, muito bom, importante mesmo essa parte.

TELMA: Certo. Na atualidade se, pelo que a senhora colocou, hoje não só presidente do sindicato, como boa parte da direção do sindicato é composta por mulheres, né? qual o papel

da educação hoje dentro dessa gestão feminina aqui Sintraf, vocês... qual a importância da educação que vocês... qual a importância que vocês dão a educação hoje?

ANA: Eu acho que a importância, a gente se preocupa, a importância da gente é organizar mais companheira para que elas possam desenvolver seu papel de educação se educar como mulher, se educar como mulher porque se a gente não tiver uma formação de educação, uma palavra amiga pra dá a uma companheira da gente, entendeu? Ela se perde no espaço e ai a gente tamos formado pra isso, não temos formatura assim de livro, mas formatura de aprendizagem do movimento graças a Deus a gente tem isso e o que eu penso hoje a educação das companheiras é que elas se eduquem, saiba se desenvolver e se valorizar muito mais é o papel que a gente pensa hoje na entidade crescer mais pessoas, jovens, mulheres maduras também que talvez não tenha formação nenhuma e a gente tamos aqui, graças a Deus a sala aqui anda cheia a gente formando as pessoas pra desviar, pra não seguir aquele caminho, seguir esse outro por aqui porque a educação da mulher eu acho que é muito importante, porque nós feminina, a gente somos, sabemos que pra sociedade ainda é muito discriminada ainda, então a gente temos que ta seguro na proposta da gente, né? na educação pra que a gente não se perca.

TELMA: Ham, ham, mas no caso vocês estão sugerindo no sindicato vocês estão sugerindo para homens e mulheres também, então eh... essa educação que vocês valorizam, que vocês desenvolvem aqui vocês também tão estimulando também que os homens participem, né? que tipo de curso, por exemplo, os homens vão participar?

ANA: É a gente, a preocupação da gente é principalmente com as mulheres, as mulheres a gente ta com uma reunião na comunidade e convida elas, e convida também pra elas levarem os companheiros, porque eu disse: “oh gente você participando de uma reunião os maridos de vocês não indo é difícil porque eles não acredita, e eles vindo eles estão sabendo o que é que vocês estão estudando e eles participando junto com vocês já é uma ajuda mais, minha preocupação, a preocupação do sindicato hoje é que os homens participem, é tanto que o trabalho da gente é trabalho de gênero mulheres e homens pra que eles participem também vendo que a mulher não ta fazendo besteira, que muito homem fala assim, quando a mulher vai pra reunião, ah! Ela vai fazer isso e aquilo e ele tanto junto com ela ta vendo o que ela ta fazendo, e não o que ele ta pensando, então o trabalho da gente hoje em relação de gênero é que participem mulheres e homens jovens, as crianças também participam já criando aquele ritmo eles não se criaram, fazer um trabalho coletivo é muito difícil fazer um trabalho coletivo com homens e mulheres.

TELMA: Eh... no debate sobre as políticas públicas de desenvolvimento assim do território do Sisal, né? de modo geral o que as mulheres do sindicato de Serrinha defendem como prioridade?

ANA: Elas defendem assim, elas defendem a bandeira de luta.

TELMA: Mas assim que políticas públicas vocês acham que são importantes pra qualidade de vida das pessoas do território do Sisal?

ANA: Olhe, primeiro lugar eu acho a questão da saúde, porque a saúde é um ponto que a gente não pode sair dela, é um ponto principal a questão da saúde é porque quando a gente trata da saúde a gente trata com homens e mulheres porque (inint.) com a luta lá no hospital faz em oito de março o tema saúde porque quando a gente faz um trabalho desse a gente ta fazendo um trabalho geral pra homem e pra mulher eu acho que é um tem assim que não pode sair é a saúde, a saúde e a educação soa dois temas principal forte que a gente tem que levar em frente, sem educação é difícil viver sem a saúde também, então a bandeira a gente não pode esquecer desses dois pontos que é a saúde e a educação porque da saúde gera a saúde do corpo e da mente e a educação vem o trabalho, vem o lazer porque às vezes a gente vê muita coisa que acontece hoje é por falta de lazer, falta também de alimentação dentro do lar ai se a gente não tiver seguro nessas duas partes pra que tenha a saúde, a educação a gente tamos perdida, a gente tamos...

TELMA: Certo. Dentro dessas prioridades que a senhora destacou no caso saúde e educação, é existe alguma proposta colocada em ação por parte do sindicato?

ANA: É, o sindicato sempre lutou, sempre lutou em vários casos que hoje tão mudando a gestão, né? tão mudando de gestão, mas as pessoas que vão ficar pra continuar com essas lutas.

TELMA: Mas assim dentro dessa bandeira da educação e da saúde vocês têm algum projeto que vocês estejam colocando em prática de que forma esses projetos estão sendo colocados em prática?

ANA: Ah! Ai tem outras pessoas que trabalha participar desse projeto, você acha que você vai que hoje em dia está Dilza, né? ela também faz parte desse projeto você pode fazer essa parte com ela.

TELMA: Tá certo. Para concluir dona Ana, na sua opinião, qual a principal missão do sindicato de Serrinha?

ANA: Eu acho até que pra missão do sindicato hoje é organizar a vida dos trabalhadores, e trabalhadoras é um ponto forte porque a gente não pode deixar hoje os trabalhadores na base sem formação o sindicato tem que hoje ta de pé firme, lutando na comunidade, ma delegacia

sindical organizando no trabalhador, trabalhadora porque se o sindicato não fizer isso não tem mais que organiza porque nós tamos vivendo uma vida assim não sabendo mais por onde a gente andar, então o papel do sindicato é fazer isso é continuar os trabalhos de base nas organizações das associações e tudo para que a gente possa ver nossos trabalhadores organizados.

TELMA: Ok. Dona Ana dentro dessa missão, eh... qual seria a sua, como a sua participação poderia contribuir para uma sociedade mais justa?

ANA: Eu acho que se depender de mim eu vou tentar ajudar, hoje eu não estou ficando na diretoria, to saindo porque eu quis sair, mas vou assumir outras lutas e o que depender de mim pra ajudar a entidade ainda mais crescer que é uma coisa da gente o sindicato hoje todo mundo tem suas obrigações, então o sindicato hoje representa os trabalhadores, eu acho que a gente tando ou não tando a gente tem que ta junto dando força pra que as coisas vá continuando, o trabalho vá desenvolvendo o projeto.

TELMA: Então a senhora gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

ANA: Não, eu gostaria de dizer que foi um prazer pra mim hoje eu como leiga hoje graças a Deus com muito conhecimento que Deus me deu que participei de muitos movimentos eu fui coordenadora de mulheres a nível de Estado, quando eu participei com nove Estado do nordeste lá que eu aprendi muita coisa boa com minhas amigas e hoje graças a Deus me sinto uma mulher realizada porque eu to aqui recebendo mensagens delas e eu acho que eu me sinto muito feliz em trabalhar com mulheres o tempo todo e tudo que adquirimos hoje foi tudo com nossas lutas e a gente temos muitas mulheres já representadas no mundo e a gente espera que vá continuando essa geração, continuando se organizando pra que amanhã possa dá um testemunho porque amanhã a gente pode não existir, mas tem aqueles frutos, né? novo, nascendo pra que a luta continue porque sem a luta não tem vitória.

TELMA: Com certeza. Então brigado, dona Ana, e até a próxima.

ENTREVISTA TEREZA

TELMA: Nós estamos aqui com dona Tereza Borges de Souza.

TEREZA: Rocha.

TELMA: Oh! Perdoe-me, Rocha de Souza, a atual presidente da Apaeb, mas foi uma das mulheres que participou da luta pela sindicalização das mulheres na década de oitenta no SINTRAR Serrinha. Dona Tereza eh...

TEREZA: Oitenta e dois, oitenta e oito.

TELMA: Oitenta... na década de oitenta, né? em que momento histórico as mulheres começaram a fazer parte do sindicato de Serrinha, a participar mesmo, ocupar cargos, definir políticas?

TEREZA: Começaram do ano de oitenta e oito pra cá, porque até oitenta e oito o diretor do sindicato naquela época não associar a mulheres, eles argumentavam que o esposo já sendo sócio a mulher não teria necessidade de se associar ai eles não filiavam mulheres naquela época não mulher nenhuma, eu lembro que pra eu me associar alguém me incentivou eu procurar o sindicato pra eu ouvir a resposta como eu sou solteira ai pediu que eu viesse procurar o sindicato pra eu me associar pra ver o que eles argumentavam eu vim mesmo naquela época, foi a presidente da associação da minha comunidade ai eu vim procurar o sindicato pra eu me afiliar quando eu cheguei lá ele falou, eles alegaram que se meu esposo já era sócio não tinha necessidade de eu me associar, mas como eu não tinha esposo, eu disse que eu não tinha esposo, ali eles me filiaram, a partir daí da filiação de eu como mulher outras mulheres vieram também aproveitaram e vieram quando eles alegam que tinham esposo que eles não filiavam mulheres ai como as mulheres já tinham conhecimento que eu era sócia ai alegava que tinha mulher sócia e ela dava especificamente meu nome a partir desse momento as mulheres começaram se filiar ao sindicato porque o que a gente desejava mesmo nós agricultores, desejava mesmo era fazer parte do sindicato assumir o sindicato mais como luta foi uma época que foi difícil a gente conseguiu, mas foi muito difícil de realmente a gente assumir o sindicato porque até prisões houve naquela época de nossa luta.

TELMA: Nossa.

TEREZA: Foi.

TELMA: A senhora pode falar um pouco dessa luta como foi que... como aconteceu, os detalhes?

TEREZA: Eu não sei todos os... detalhadamente porque eu não fiz parte da luta eu vim ai assumir porque ocuparam o sindicato vários dias, dias e noites ocupavam fizeram ocupação

no sindicato os agricultores, mas eu não fiquei em definitivo, então a gente ocupou o sindicato porque queria fazer parte do sindicato e como tinha impedimento dos diretores ai a única... a única opção que a gente teve foi realmente ocupar o sindicato ai nós ocupamos como tinha alguém por de traz ai que incentivava a diretoria pra que a gente não assumisse porque não queria o sindicato nas mãos dos trabalhadores porque realmente naquela época estava na mão dos trabalhadores com essa ocupação teve alguém dos companheiros que foram presos levaram três meses detidos mesmo e o grupo saiu porque se prendesse os companheiros que eles também iam ser presos uma equipe bem grande e foram lá pra justamente pra delegacia a equipe toda, mas teve alguns companheiros que ainda passaram uma noite detido lá, a partir daí a gente continuou com a luta pra assumir mesmo a diretoria do sindicato, continuamos com a luta e partimos pras comunidades procurando conscientizar os outros companheiros da nossa luta e também o que era que nós queríamos com essa luta e no final nós conseguimos mesmo conquistamos a diretoria do sindicato e depois daí pra cá agora o sindicato ta na mão realmente dos agricultores.

TELMA: Sei.

TEREZA: Mas foi uma luta difícil.

TELMA: Como era o sindicato antes dessa luta e como ficou depois? Quem era que coordenava o sindicato, como era coordenado depois como foi que ficou?

TEREZA: Eu to te dizendo que eu não tinha muito conhecimento, eu sei quem era presidente daquela época era João Pedro e tinha um companheiro aqui que faz parte de outro sindicato.

TELMA: Eu digo assim, no sentido de como é que era administrado o sindicato antes e como foi que ficou depois...

TEREZA: A administração era mais voltada assim para o assistencialismo não era uma administração voltada para, vamos dizer assim, para promover os trabalhadores a promoção humana não tinha essa... eles não tinham, não é que eles tivessem, eles não queriam realmente a promoção do ser humano, então o sindicato voltava mais para a questão do assistencialismo de médico, de... de... dessas coisinhas assim que realmente não é assistência que não é papel de sindicato, a partir do momento que nós assumimos mudou a questão... a metodologia de administrar foi voltada mais para as comunidades para trabalhar junto com o próprio associado nas comunidades ta conscientizando os agricultores dos seus diretos e dos seus deveres envolvendo mesmo o agricultor, procurando também a questão de crédito pra os próprios agricultores e muitos outros atividades.

TELMA: Ham, ham. De lá pra cá com a participação feminina, o que mudou no seu ponto de vista?

TEREZA: Na época em que teve a ocupação que a gente assumiu diretoria do sindicato já mudou alguma coisa que já teve mulheres que fez parte da diretoria naquela época já tinha mulheres se envolveram e começaram a fazer parte da diretoria e com relação a questão da diretoria de mulheres até hoje tem um grande números de mulheres na própria diretoria, então as mulheres realmente passaram a assumir o seu papel de mulher e também o seu papel de diretora sindical de a partir daquele momento perceberam que tinha o lugar delas também dentro das entidades, não é só dentro, não é na cozinha como diz alguém, o lugar da mulher é também junto das entidades, junto ao poder público e ne vários lugares.

TELMA: Em se tratando da educação, dona Tereza, que espaço ela tinha na gestão que antecedeu a gestão feminina, no espaço da gestão anterior antes dessa mudança como era que os gestores do sindicato lidam com a educação, tinha importância ou não?

TEREZA: Não tinha importância, tanto é que se não tinha importância para ele não tinha importância a mulher, que a mulher não era considerada, vamos dizer assim, não era considerada assim como pessoa porque se fosse considerada como pessoas elas faziam parte do próprio quadro dos associados eles não consideravam isso, porque se eles alegavam que mulher não podia, não tinha necessidade de se associar o sindicato porque realmente eles não tinha consideração a própria mulher, então a partir do momento que a mulher passou a fazer parte do quadro do sindicato claro que realmente ela se sente mais independente não fica tão dependente do marido porque o que é que eles colocavam diziam que se o esposo era a sócio então a mulher tinha todo o direito o mesmo direito como o homem associado tinha , mas eu não enxergava por ai não tinha pessoa que eu lembro que disse o seguinte: se o esposo, se o esposo se alimentar, claro que não vai encher a barriga da mulher, então se ele é sócio a mulher não vai se sentir assim completa, porque quem é sócio é ele e não ela, então ela também sendo associada a valorização dela é maior e a auto estima dela também vai mais elevada que ela sente assim mais independente.

TELMA: Dona Tereza, eu digo assim em relação à valorização da educação, essa gestão anterior, a participação feminina valorizava a educação?

TEREZA: A educação que você fala a educação formal ou não formal?

TELMA: Todas as formas de educação, que eu não sei do sindicato que acaba lidando com as duas, né? tão a formal como a não formal, né?

TEREZA: Como eu te falei eu não tenho assim muito, muita informação da diretoria antiga que eu comecei a fazer parte foi desse quadro ai que eu to te contando pra cá, mas eu não

tenho muita noção de antigamente com relação a educação, mas eu acho que assim, como é que diz não era prioridade pra eles a questão da educação porque como eu já coloquei eles trabalhavam mais a questão do assistencialismo e se eles visavam mais essa questão porque o assistencialismo, porque o assistencialismo ele se sente preso, fica dependendo de alguém para poder dá continuidade a sua sobrevivência eu acho que não era muito valorizado não.

TELMA: Ham, ham. Dona Tereza, a senhora como mulher o que é que a senhora pensa sobre o que os homens acharam da conquista que vocês fizeram, a conquista política?

TEREZA: O que os homens acharam?

TELMA: O que foi que eles acharam da conquista de vocês de poder votar de poder ocupar cargos na direção do sindicato e tal?

TEREZA: Eles acharam assim interessante porque realmente nós conseguimos conquistar o sindicato foi graças as mulheres porque se filiou um grande números de mulheres e com esse... com esse.... com esse número de associados foi que aumentou mais, vamos dizer assim, a oposição lá dentro do próprio, lá dentro do sindicato que a gente era oposição com esse grande números de mulheres e às vezes as mulheres tem momentos, né? porque eu não sou mulher não, mas eu acho que tem momentos que a persistência da mulher é mais do que dos homens elas também não desistem facilmente, quando estão na luta as mulheres não desistem assim tão facilmente, então essa persistência fez com que realmente mulheres e homens conquistassem o sindicato.

TELMA: Mas os homens viram isso com bons olhos, no seu ponto de vista?

TEREZA: Eu acho que viu, eu nunca vi eles comentando nada, mas eu acho que viram tanto é que viram que eles colocaram as mulheres que estavam junto a eles aquelas que estavam mais recentes eles colocaram na própria diretoria do sindicato como a companheira daqui que era Helena companheira aqui da Apaeb, ela também já sabe, é também porque ela fez parte da diretoria do sindicato, não só ela mas também outras mulheres também fez parte da diretoria do sindicato, eu não porque eu tava assim um pouco mais afastada eu nunca fiz parte da diretoria não.

TELMA: No seu ponto de vista, a educação teve algum papel, no caso aí seria a educação não formal, né? teve algum papel na luta pela participação feminina no sindicato em Serrinha?

TEREZA: Teve, teve porque essa equipe que tava em frente pra conquista do sindicato eles já eram, já faziam parte daqui da diretoria, diretoria e (inin.) social da Apaeb, então como ele já tinha assim um maior conhecimento, um maior noção da questão de luta de conquista fez com que essas pessoas que estão assim em frente conseguisse atrair mais outras pessoas que estavam dentro lá nas comunidades que não estavam assim tomando conhecimento do...

do...da noção do sindicato e também do dever do próprio sindicato que é que eles deve realizar.

TELMA: É e no caso aí, como foi que essas pessoas foram tomando conhecimento que processos educativos é... foram desenvolvidos para fortalecer essa luta pela participação feminina?

TEREZA: A gente...

TELMA: Foram cursos, foram palestras, foi o quê?

TEREZA: Não foi, a gente sempre aproveita pra nossa formação quando a gente não tem assim muito, quando a gente não tem assim remuneração a gente sempre aproveita os espaços já existentes nas próprias comunidades, e então o que é esses espaços, é as reuniões das associações que acontecem mensalmente e cada uma tem assim a sua data definida esse pessoal, ou seja, as pessoas que tava assim em frente dessa luta aproveitavam desses espaços também pra ta levando informação, naquela época também era ematec hoje é biliar ela também já tinha assim um trabalho junto a algumas comunidades e esse pessoal também acompanhavam a ematec que tinha algumas reuniões pra também nesses... nesses... nessas reuniões ele está levando conhecimento do público lá na roça como é que era a atuação do sindicato e como é que deveria ser a atuação ou realmente o papel do sindicato o que é que ele deveria fazer, e eu lembro que em algumas reuniões o pessoal colocava que o sindicato daquela época estava fazendo, assim um papel do poder público tava fazendo ações que realmente não compete ao sindicato e sim competia ao poder público e fez-se com que o pessoal fosse se despertando e passasse também a ser um associado do próprio sindicato, então é essa formação que os agricultores receberam naquela época, não teve assim, que eu lembro, não teve assim um curso especifico para essa formação não, teve esse espaço que já existia que o pessoal realmente passaram assumia esses espaços pra ta derrubando mais o trabalho do sindicato.

TELMA: Ham, ham. É na... no seu ponto de vista, dona Tereza, qual o papel na educação dentro do modelo de gestão que as mulheres desenvolveram no sindicato em Serrinha, a educação em um papel pra essa gestão feminina essa gestão que é composta por boa parte das mulheres que são filiadas, na diretoria, na secretaria a maior parte é mulher, né? então no seu ponto de vista, eh... qual o papel da educação dentro dessa gestão feminina ai no sindicato?

TEREZA: A educação, eu acho que a educação, vamos dizer assim, ela é um em primeiro lugar eu acho que ela deve, ele deve não, ela é a primeira coisa que deve existir tanto a educação formal quanto a educação não formal, essa educação ela deve, ele tem que existir e as mulheres tem algumas, das mulheres que fez parte daquela luta, daquela conquista e tem

algumas elas trabalhavam assim como professora leiga do município ela já tinha assim uma maior formação, como já tinha essa maior formação elas também teve também a contribuição assim do MOC nessa conquista nessa luta do sindicato e o pessoal do MOC eles sempre traziam materiais pra ta repassando pra as pessoas que faziam parte do... da sua equipe e também o MOC ele trabalhou um pouco essa questão com relação ao sindicato ele nos ajudou muito pra poder acontecer essa conquista, então a educação ela é o primeiro ponto, eu acho o primeiro ponto que, não só as mulheres, mas que também os homens devem levar em conta, porque se realmente a gente conquistou o sindicato é porque a nossa formação, porque não estavam todas as mulheres estavam assim algumas mulheres porque essas mulheres tinham uma maior formação, uma maior formação em relação aos direitos e deveres e essa formação ela nunca deve deixar de existir não só dentro do sindicato, mas também de todas as entidades do... do... da própria Faeb, só que às vezes a gente tem dificuldade de ta levando essa forma... essa formação, essa educação não formal a gente sente dificuldade de está levando.

TELMA: Por que dona Tereza?

TEREZA: Porque a gente ta levando a educação pra os próprios cooperados, cooperados não, os próprios associados, mas sinto uma dificuldade porque tem que ter uma pessoa disponível. Vamos dizer assim, pra trabalhar isso um educador disponível, quando a gente não tem recurso pra esse educador está sempre na comunidade pra ta levando essa formação já é um pouco difícil, porque os próprios diretores eles já tem assim outras atividades à exercer e pra nós levarmos alguma educação formal tem que ser um educador próprio pra desenvolver esse papel, por isso que encontramos uma grande dificuldade, agora a dificuldade pra gente ter esse educador porque esse educador ele vai precisar de uma pequena remuneração às vezes a entidade ela não tem assim recurso suficiente pra ta pagando mais uma outra pessoa pra ta formando os seus próprios associados e às vezes nós levamos essa formação através de reuniões que o próprio sindicato participa ou então quando acontece uma reunião de associações dentro do próprio sindicato que a gente ta aproveitando pra levar essa formação ou essa educação.

TELMA: Certo. Dona Tereza, que políticas públicas eh... o sindicato tem priorizado para melhorar a qualidade de vida das pessoas aqui no território do Sisal? A senhora como filiada ao sindicato, né isso? O que a senhora tem percebido em relação a isso?

TEREZA: Eu tenho percebido que o sindicato tem trabalho um pouco com relação a educação, a educação formal, tem trabalho pouco com relação a isso tem desenvolvido assim algumas turmas de educação de jovens e adultos como teve um projeto ai que aconteceu em 2006, uma, foi duas turmas, ou três turmas que tinha nas comunidades pra essa educação e

também tem agora oito turmas com relação a educação também, eu acho que educação é umas das prioridades do sindicato, hoje pela questão do crédito que o Pronaf deu acho que o sindicato trabalha um pouco com relação, com relação ao crédito e trabalha também com relação a questão da previdência essa também é uma política do sindicato, trabalha, não é assim consistente, mas eu acho que ele trabalha também a questão da reforma agrária da falta de terra, pouca terra que os agricultores e que os agricultores tem.

TELMA: Sim, continuando.

TEREZA: Sim, mas se você tenha umas políticas públicas que eu já citei que eles tão assim dando prioridade da... do próprio sindicato.

TELMA: Para concluir, dona Tereza, na sua opinião, qual a principal missão do sindicato em Serrinha?

TEREZA: Não é a missão, é a que eu penso, né?

TELMA: É no seu ponto de vista, né?

TEREZA: Eu acho que uma das missão é essa de ta levando esse trabalho que ele já tem, mas pra mim deveria ser assim um trabalho mais sistemático que essa questão da educação para seu próprio associado e a outra questão também que eu acho que deveria ser mais consistente também é a questão da.... da... da reforma agrária sendo que aqui no nosso município é um pouco difícil porque aqui não tem reserva assim pra os agricultores possam ta ocupando, mas a questão da falta de terra é uma questão problemática que deve ser, que o sindicato deve lutar mesmo para conquista que nós somos um município que não tem terra e eu acho que a missão do sindicato até uma das missão do sindicato é essa a questão da terra pra o agricultor porque se o agricultor de ele não tem, a área dele é muito pequena ali não pra a sobrevivência dele e da família e como não dá ele sai e deixa seu pedacinho de terra pra ir procurar um emprego em outros Estados pra ta sobrevivendo.

TELMA: Dentro dessa missão, na sua avaliação, que contribuição a senhora poderia dá pra que a sociedade, falo a sociedade mais justa a senhora enquanto pessoa que ta ligada ao movimento camponês.

TEREZA: Eu acho que uma grande contribuição é a gente ta trabalhar assim em parceria com todas as entidades do município, porque o nosso trabalho é voltado sempre pra as pessoas da zona rural e quando nós estamos assim de mãos dadas claro que, com é que diz, as conquistas são maiores, são mais lutas, mas as conquistas são maiores porque todos estão de mãos unidas para o bem do próprio associado, esqueci a pergunta.

TELMA: Não, era assim a sua contribuição.

TEREZA: O que é que eu to dando a contribuição?

TELMA: Na sua avaliação, como a senhora pode contribuir pra uma sociedade mais justa dentro dessa luta sindical?

TEREZA: Como eu já disse ta trabalhando em favor do... os trabalhos voltados pra... em favor do trabalhador rural, é a gente ta conquistando mais financiamento para o próprio agricultor, agora um financiamento que realmente traga beneficio para o próprio associado visando o trabalho que ele já executa e um outra... às vezes a gente contribui, mas não contribui muito e uma outra questão, é a questão da potencialidade que já existe no nosso município a gente percebe assim uma potencialidade dentro da própria comunidade, mas que essa potencialidade não é mais derrubada então nós temos derrubar mais essas potencialidades que tem dentro do próprio município e buscar mais uma maior comercialização pra esse potencial que já existe no município.

TELMA: A senhora fala potencialidade em relação a o que plantio ou...

TEREZA: Em relação a produção.

TELMA: Produção de que tipo de...

TEREZA: A produção da cultura de... de... dos cultivos que os agricultores já faz como também tem o outro potencial que é aquele que o pessoal produz, né? nas comunidades eu to citando isso porque eu sou da comunidade de uma comunidade e eu vejo que na minha comunidade as mulheres lá elas produz muitas coisas de artesanatos e esse artesanato ele não é valorizado, e ele também não é divulgado e eu sempre luto para que seja derrubado esse potencial para que nós possamos assim alcançar uma comercialização, quem sabe? Pode até ta com isso, visando... pode ta conquistando mais curso pra empreendedorismo para melhorar mais a sua produção e como também pode ta ou não. O comercio que sai daqui pra lá e vem pra cá.

TELMA: Importação e exportação?

TEREZA: Sim, possa ta assim importando, esse pessoal possa ta assim importando e exportando os seus produtos, os produtos que são fabricados, se todas as cidades visasse isso pensa assim no bem do agricultor pra ta valorizando esse potencial eu acredito que o nosso município tinha um... esqueci...

TELMA: Uma chance de crescer mais...

TEREZA: Uma chance de crescer mais e o próprio recurso taria circulando dentro do próprio município, então o município ele cresceria bastante em relação a isso porque cada um estava produzindo e comercializando dentro do seu próprio município então claro que aumentaria o recurso dentro do próprio município.

TELMA: Ok. A senhora gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

TEREZA: Eu acho que não, vai desculpando ai viu?

TELMA: Então eu agradeço à senhora, dona Tereza pela contribuição e quando Helena chegar eu estarei aqui para entrevistá-la também muito obrigada, boa tarde e bom carnaval.

TEREZA: Brigada, viu? E vá desculpando aí.

TELMA: Não, tá ótimo.

TEREZA: Eu não tenho, como eu já te disse, eu não tenho assim, a minha participação dentro do próprio sindicato não é assim uma participação suficiente, eu sou apenas associada não acompanho tanto assim o sindicato e a Helena não, Helena já é associada fez parte de diretoria e nessa conquista que o sindicato teve em oitenta e oito ela estava junto lá e eu acompanhei, mas acompanhei mais assim a parte então eu não sei se eu contribuir muito realmente com o que você queria não.

TELMA: Contribuiu sim e eu agradeço mais uma vez. Tá, ok, dona Tereza e bom carnaval.

TEREZA: Brigada.